nista Cofmoga (Portugal) — SGSP, S. A., a cuja leitura procedeu e que era do seguinte teor:

Proposta

A Cofinoga (Portugal) — SGPS, S. A., na qualidade de accionista, e em função da carta de renúncia ao cargo de fiscal único suplente apresentada pelo Dr. Belarmino Gonçalves Martins, propõe a nomeação para o referido cargo de PriceWaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L. da, representada por José Manuel Henriques Bernardo ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão.

Seguidamente o presidente colocou à discussão dos presentes a proposta apresentada, e como sobre ela ninguém se quisesse pronunciar submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos quando eram 15 horas. Para que conste se lavrou a presente acta que, para sua inteira fé, validade e para que faça prova, vai ser assinada pelo membros da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jacques Guillaume*, presidente — *Jorge Manuel Fernandes do Carmo*, 1.º secretário. 2004788208

EFACEC CAPITAL - SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-L/2007

Sede social: Arroteia, Leça do Balio, apartado 1018, 4466-952 São Mamede de Infesta.

Capital social: 41 641 416 euros.

Pessoa colectiva n.º 500091480.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção), sob o n.º 13 298.

Fernando Pires, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção):

Certifico, que foram depositados os documentos referentes à prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2004.

7 de Setembro de 2005. — O Ajudante, Fernando Pires.

Relatório e contas consolidadas de 2004

Órgãos sociais

Conselho de administração:

Presidente e administrador executivo: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto.

Vice-presidente: Alexandre Morais Guedes de Magalhães.

Vogais e administradores executivos:

Guilherme Ricca Gonçalves. Pedro Salinas de Moura.

Vogais:

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral. Daniel Bessa Fernandes Coelho. Pedro Ferraz da Costa.

Secretária:

Ana Cristina Mesquita.

Conselho fiscal:

Fiscal único: Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L. da, representada por Carlos Alberto Alves Lourenço.

Fiscal único suplente: Price Waterhouse Coopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão.

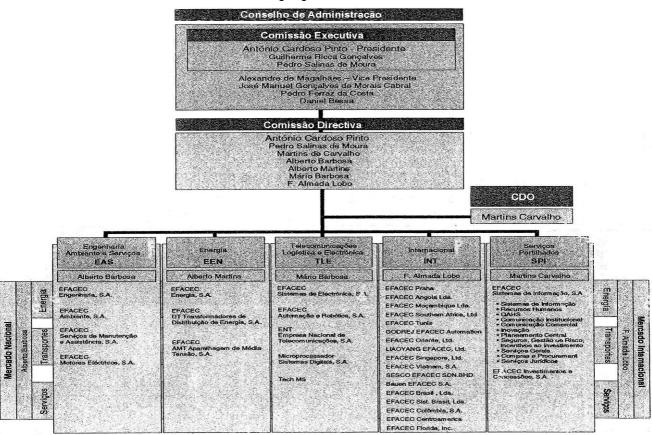
Mesa da assembleia geral:

Presidente: João Vieira de Castro.

Vice-presidente: Pedro Luís Meireles da Costa Mendes.

Secretária: Joana Martins Mendes. 2.ª secretária: Vera Campos.

Organigrama funcional



Evolução dos principais indicadores

Quadro resumo

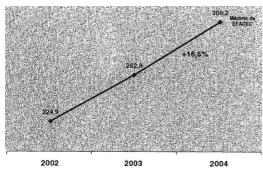
_	2001	2002	2003	2004
Encomendas recebidas (milhões de euros)	226,90	224,90	262,80	306,20
Volume de negócios (milhões de euros)	234,40	244,10	272,00	(b) 287,60
Mercado interno (milhões de euros)	135,80	150,20	188,20	210,90
Mercado externo (milhões de euros)	98,60	93,90	83,80	76,70
EBITD (cash-flow operacional) (milhões de euros) (a)	6,50	22,60	25,20	(b) 27,20
Resultados operacionais (milhões de euros)	-9,90	9,20	11,50	(b) 17,10
Resultados financeiros (milhões de euros)	_ 8,00	-6,30	-5,10	-2,40
Resultados correntes (milhões de euros)	-17,90	2,80	6,40	14,60
Resultados extraordinários (milhões de euros)	-10.90	9,20	3,40	-1.10
EBT (resultado antes impostos) (milhões de euros)	-28,80	12,00	9,80	13,60
EAT (resultados líquidos) (milhões de euros)	-24,90	6,00	8,30	(b) 10,10
EAT/vendas (percentagem)	-10,60	2,50	3,00	3,50
Cash-flow (resultado líquido + amortizações + provisões) (milhões de euros)	- 8,50	19,40	22,00	20,20
Capitais próprios (milhões de euros)	50,00	55,60	59,00	64,90
Passivo total (milhões de euros)	203,70	195,80	185,30	201,70
Activo líquido (milhões de euros)	255,00	252,70	246,70	269,10
Passivo financeiro líquido (milhões de euros)	83,00	65,00	60,30	51,80
Dividas de terceiros CP+MLP (milhões de euros)	112,10	129,50	120,40	138,20
Dividas a terceiros CP+MLP (milhões de euros)	159,20	141,20	125,40	128,30
Autonomia financeira (percentagem)	20,00	22,00	24,00	24,00
Vendas por efectivo (milhares de euros)	126,20	130,90	147,90	155,10
Rentabilidade das vendas (EBITD/vendas) (percentagem)	2,80	9,20	9,30	9,50
Endividamento (divisão financeira/capital próprio) (percentagem)	166,20	116,80	102,20	79,80
Cobertura de encargos financeiros (EBITD/res. finan.)	0,80	3,60	4,90	11,30
ROA (retum on assets) (percentagem)	-9.80	2,40	3,40	3,70
ROE (retursi on equity) (percentagem)	-49,80	10,80	14,00	15,50
Capitalização bolsista (milhões de euros)	40,10	38,00	51,60	92,00
Cotação (euros):	,	,	ŕ	,
Máxima	2,49	1,06	1,31	2,52
Mínima	0,83	0,83	0,83	1,22
Final	96,00	0,91	1,24	2,21
Número de efectivos em 31 de Dezembro	1 857	1 865	1 839	1 855

- (a)EBITD = resultados operacionais + amortizações e provisões do exercício. (b)Máximo de sempre do Grupo Efacec.

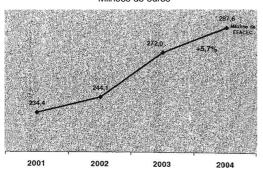
Análise plurianual

Encomendas recebidas no ano

Milhões de euros

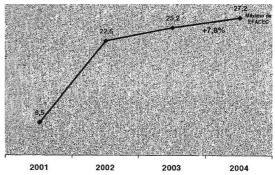


Vendas Milhões de euros

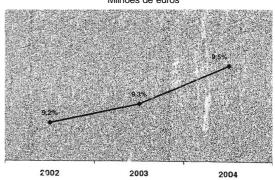


EBITD

Milhões de euros



Rentabilidade das vendas



Resultados operacionais

Milhões de euros | Merror et al. | 17.1 | EFREEC | | 148.4% | 11.5 | | 9,2 | | 9,2 | | 9,5 |

2002 2003

Resultados financeiros

Milhões de euros

2004

2004

2001

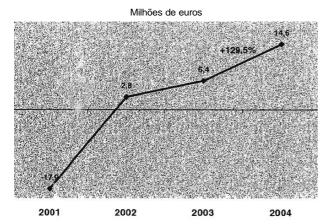
2001

452.8%

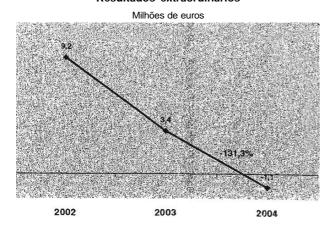
Resultados correntes

2003

2002

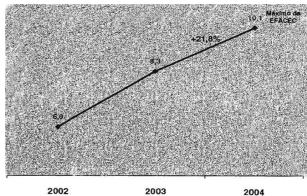


Resultados extraordinários



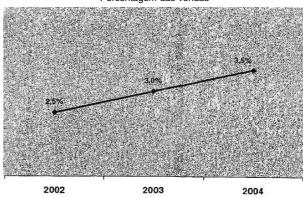
Resultados líquidos





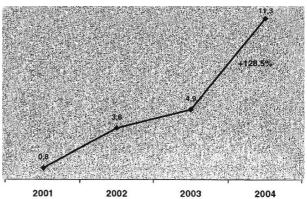
Resultado líquido/vendas

Percentagem das vendas



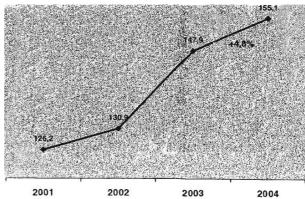
Cobertura de encargos financeiros

EBITD/resultados financeiros



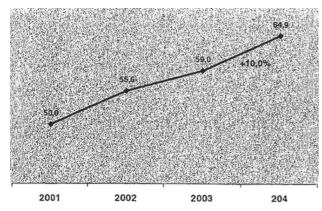
Produtividade

Milhares de euros



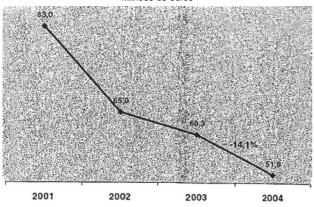
Capital próprio

Milhões de euros



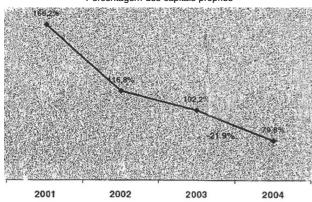
Endividamento líquido

Milhões de euros



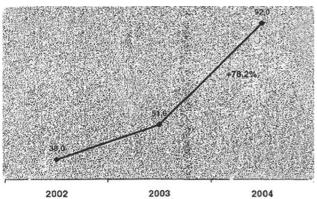
Endividamento (divisão financeira/capitais próprios)

Percentagem dos capitais próprios



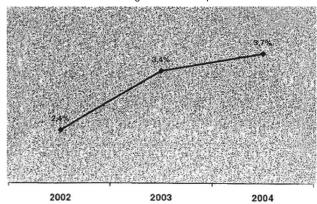
Capitalização bolsista

Milhões de euros



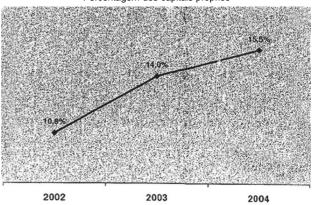
ROA - Return on assets

Percentagem do activo líquido



ROE - Return on equity

Percentagem dos capitais próprios



Síntese dos aspectos mais positivos do exercício de 2004

O desempenho da Efacec em 2004 confirma um desenvolvimento sustentado, cujo principais objectivo visa a duplicação da *performance* económico-financeira e dá dimensão do Grupo nos próximos cinco anos e, a 10 anos replicar noutros continentes as actividades que hoje desenvolve em Portugal, à medida que esses mercados o justifiquem.

Tais objectivos serão atingidos através de uma reorganização quê visa:

- a) A focagem agregada nos mercados de: energia, transportes e sistemas;
- b) Dinamizando a internacionalização à medida que os mercados domésticos estejam consolidados;
- c) Cada vez mais um posicionamento sistemista é integrador para satisfazer as necessidades actuais do mercado.

Aspectos quantitativos

Destacam-se, no exercício de 2004, os seguintes aspectos de natu-

As encomendas registadas em 2004 ascenderam a 306 milhões de euros, verificando-se um aumento de 17% quando comparado com o ano anterior;

- O volume de negócios foi de 288 milhões de euros, tendo aumentado 6% em relação a 2003;
- O EBITD (cash-flow operacional) ascendeu a 27,2 milhões de euros, mais 8% do que o verificado no anterior exercício;
- Os resultados operacionais atingiram o montante de +17,1 milhões de euros (em 2003 foram 11,5 milhões de euros), representando uma melhoria de 48,4%;

Os resultados financeiros (negativos) melhoraram 53%;

- Os resultados correntes passaram de 6,4 milhões de euros para 14,7 milhões de euros, correspondente a um aumento de 130%;
- Os resultados líquidos foram de 10,1 milhões de euros, tendo crescido de 22% em relação ao ano de 2003;
- O resultado líquido/vendas foi de + 3,5%, correspondendo a um aumento de 17%;

Os capitais próprios aumentaram 10% (+ 5,9 milhões de euros); Neste exercício foram distribuídos 3 milhões de euros em dividendos, confirmando a tradição do Grupo quanto à remuneração dos accionistas:

Os empréstimos líquidos reduziram-se em 14,1%, passando de 60,3 milhões de euros para 51,8 milhões de euros;

A produtividade, medida em termos de vendas por efectivo, passou de 147,9 milhares de euros para 155,1 milhares de euros, representado um aumento de cerca de 5%;

A rentabilidade dos capitais próprios melhorou 11% para 15,5%; A capitalização bolsista melhorou 77% face ao exercício anterior.

Aspectos qualitativos

Destacam-se, no exercício de 2004, os seguintes factos de natureza qualitativa:

Reforço do posicionamento da Efacec no mercado de prestação de serviços de manutenção (outsourcing por forma a tornar-se o prestador de serviços de referência nesta actividade, no mercado português, nomeadamente através da aquisição da actividade de reparações da ABB, e da assinatura de um memorandum of understanding com a Brisa — Conservação de Infra-Estruturas, S. A., (BCI), com vista à incorporação da actividade de manutenção desenvolvida por esta empresa. A Efacec — Serviços de Manutenção e Assistência, S. A., empresa do Grupo Efacec que se dedica à prestação de serviços de manutenção funcionará assim como holding de um grupo que integrará as actividades da BCI, da ATM — Assistência Total em Manutenção, e da Engimais, pertencentes respectivamente à CUF e à José de Mello Imobiliária, empresas com quem assinou de igual modo, ern 2004, memorandum of understanding;

Envolvimento de um consultor externo no aprofundamento, ratificação e exploração de cenários de desenvolvimento estratégico para o portfólio de negócios, face à evolução da envolvente externa e respectiva eficácia/custos, sendo os, resultados até agora apurados muito encorajadores;

Realização de mais uma etapa da consolidação do passivo financeiro, iniciada em finais de 2003, contribuindo para esse facto o empréstimo de médio e de longo prazos no montante de 27 milhões de euros, concedido à Efacec pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);

Prossecução dos trabalhos com vista à futura ampliação do laboratório de ensaios de transformadores de potência, o que permitirá responder com maior amplitude às necessidades dos clientes, sobretudo dos EUA;

Aprofundamento e consolidação do trabalho efectuado no âmbito do *procurement*, com ganhos de negociação alinhados com os objectivos traçados e que representaram 3,8 % do volume de compras (cerca de 6,2 milhões de euros). O sucesso conseguido foi obtido graças a um trabalho assente em comités de compras multidisciplinares, por área de negócio, liderados por *focal-points* e com coordenação e consolidação das sinergias ao nível do Grupo. Nesta área foi igualmente feita uma aposta no *e-procurement* global;

Desenvolvimento, pelo Gabinete de Inovação, de diversas actividades e intervenções em várias empresas e unidades do Grupo, envolvendo 280 colaboradores e permitindo, através do seu trabalho de diagnóstico e consequentes conclusões/repensar as actuais estratégias de cada uma destas áreas e contribuir com novas ideias. Destaca-se ainda o envolvimento de cerca de 50 colaboradores noutros tipos de actividades, tais como o encontro de I & D's do Grupo;

Celebração de um contrato com o ICEP, relativo à inclusão da marca Efacec como marca portuguesa em todas as campanhas protagonizadas por aquela Instituição, o que representa um passo importante para a consolidação da imagem da Efacec no mercado nacional e externo.

Adesão ao BCSD Portugal — Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, associação vinculada ao *world business council for sustainable development*, manifestação clara do posicionamento da Efacec como Grupo social e ambientalmente responsável;

Aposta continuada no desenvolvimento de competências transversais e no desenvolvimento de alto nível dos quadros de grupo, nomeadamente em gestão (pós graduações; MBA e mestrados) e em *marketing*, com o envolvimento de mais de 200 colaboradores em reuniões plenárias e no programa de imersão em MK, iniciado em 2003;

Desenvolvimento de uma *web* RH visando a melhoria contínua dos diferentes processos de gestão dos recursos humanos, permitindo uma gestão mais eficaz, flexível e com maiores níveis de autonomia para os diferentes colaboradores;

Lançamento de importantes projectos no domínio da responsabilidade social, em particular no âmbito da solidariedade através de projecto Ser Solidário e no âmbito da responsabilidade ambiental, através do projecto EFAverde;

Importante conquista por parte da Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., no âmbito do projecto de integração dos sistemas de qualidade/ambiente e segurança do Grupo, ao obter a certificação pela APCER, dos seus sistemas de gestão ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com as normas NP EN ISO14001 e NP4397/OHSAS18001 e a manutenção da certificação do sistema da qualidade;

Certificação da Efacec — Automação e Robótica, S. A., pela Associação Portuguesa de Certificação, segundo a norma OHSAS 18001:1999 Occupational Health and Safety Management Systems e a manutenção da certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2000 Sistemas de Gestão da Qualidade, requisitos no âmbito da comercialização, concepção; desenvolvimento, produção, instalação e assistência após venda de sistemas de armazenagem e movimentação para a logística de aeroportos e logística industrial.

Relatório de gestão

1 — Enquadramento macroeconómico

A economia mundial deverá ter crescido, no ano de 2004, cerca de 5%, segundo dados preliminares, o que representa a taxa de maior crescimento dos últimos 30 anos. Para esta evolução muito contribuíram as economias do Japão, dos Estados Unidos da América e muito particularmente da República Popular da China.

Segundo o FMI, o Japão, cuja economia cresceu em 2004, 4,4%, teve a sua maior taxa de crescimento dos últimos 14 anos e a maior entre as economias industrializadas (G7).

Também os Estados Unidos mantiveram um ritmo elevado de crescimento, que se situou em 4,4%, graças ao elevado nível de confiança dos agentes económicos e do investimento empresarial e a um moderado crescimento do consumo privado.

Neste contexto favorável da economia dos Estados Unidos, a Efacec conseguiu reforçar, em 2004, a sua posição neste mercado, com mais unidades vendidas de equipamentos de potência de energia, pese embora a perda da competitividade da moeda, com a depreciação em 7,85% do dólar americano face ao euro.

A actividade económica na área do euro, terá crescido cerca de 2% em 2004, impulsionada pelo dinamismo das exportações e pelo forte apoio do crescimento do comércio internacional.

A taxa média de inflação manteve-se elevada, nos 2,4%, reflectindo a subida das matérias-primas e, em particular, do preço do petróleo, mitigada pela forte apreciação do euro face ao dólar americano.

Em Portugal assistiu-se a uma ligeira retoma da economia, com um crescimento económico de 1,1% em 2004, para cujo crescimento contribuiu o aumento da procura interna e do investimento. Contudo, é de notar o desequilíbrio comercial externo, justificado pelo forte crescimento das importações.

A inflação média anual diminuiu de 3,3% em 2003 para 2,4% em 2004. A desaceleração dos preços teve a sua origem na apreciação do euro e na moderação da actividade económica e do crescimento salarial.

A taxa de desemprego continuou a crescer, situando-se, no final de 2004, em 6,7% (6,3% em 2003 e 5% em 2002).

De acordo com as previsões do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter uma tendência de crescimento moderado iniciada em 2004, com o PIB de 1,1% à crescer para 1,6% e 2%, respectivamente em 2005 e 2006. Para que tal se verifique é essencial que a procura interna cresça ligeiramente e que haja uma aceleração das exportações, passando as mesmas dos actuais 6,8%, para 7,5% e 8,6% em 2005 e 2006, respectivamente.

2 — Análise económica e financeira

Apesar da desvalorização do dólar americano e da necessidade de constituir significativas provisões não previstas, a Efacec atingiu o objectivo definido para 2004, o que consideramos notável, para o que contribuiu a crescente dinâmica das equipas comerciais e a redução dos custos operacionais e dos encargos financeiros.

A procura de novos modelos organizacionais, associada à realização de economias operacionais, tem constituído um objectivo contínuo de antecipação/adaptação do Grupo Efacec às novas realidades.

Mantendo a sua política de forte investimento na Inovação, nos seus colaboradores e no desenvolvimento de novas tecnologias em articulação com as tecnologias de base, a Efacec soube impor-se na linha da frente da indústria portuguesa, nos mercados nacional e internacional.

Em virtude destes factos a Efacec vem continuadamente a reflectir uma imagem favorável no mercado, factores que contribuíram para que a valorização bolsista da sua cotação tenha sido, em 2004, + 78,2%, o que representa cerca de seis vezes mais do que, a valorização média do PSI-20 (cuja valorização foi de cerca de 13%), uma das maiores subidas ocorridas no último ano, confirmando o reconhecimento pelo mercado do potencial futuro do Grupo.

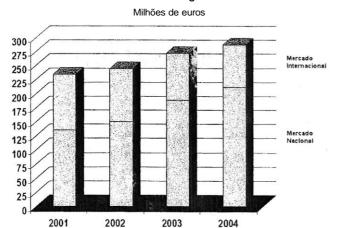
No corrente exercício as contas consolidadas do Grupo Efacec apresentam um resultado líquido de 10,1 milhões de euros, ultrapassando ligeiramente os objectivos definidos, o que corresponde a um acréscimo de 22% quando comparado com igual período do ano anterior.

Importa, referir que aquele resultado está influenciado, pela constituição de uma provisão para fazer face à dívida da sociedade Universal Motors, no montante de 2100 milhares de euros, em consequência das dificuldades económicas que aquela empresa atravessa e com a qual o Grupo Efacec tem apenas relações comerciais.

Não obstante a conjuntura cambial desfavorável já referida, verificada ao longo do ano de 2004, foi possível angariar encomendas no montante de 306 milhões de euros (+ 17% que em 2003), permitindo atingir um importante volume da carteira de encomendas e consequentemente, vir a manter um elevado nível de actividade no exercício de 2005.

Os resultados correntes mais que duplicaram, passando de 6,4 milhões de euros para 14,6 milhões de euros.

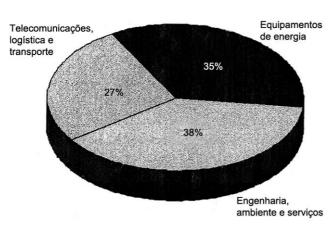
Volume de negócios



O volume de negócios ascendeu a cerca de 288 milhões de euros, verificando-se um aumento de 5,7% face ao ano anterior.

A contribuição de cada pólo da Efacec para o volume de vendas realizado em 2004, é a seguinte:

Vendas



No plano financeiro a Efacec continuou a desenvolver, em 2004, diversas acções, das quais se destacam: uma melhor gestão cambial; um maior rigor na selecção dos investimentos; uma mais eficiente afectação dos activos; e o esforço de cobrança junto dos seus clientes. Estas medidas contribuíram para a redução do endividamento

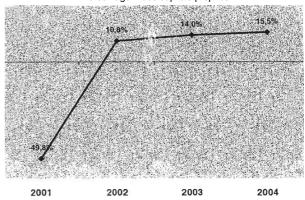
líquido, que passou de 60,3 milhões de euros para 51,8 milhões de euros, representando um decréscimo de 8,5% face a 2003.

Ainda no âmbito financeiro é de salienta que no corrente exercício o Grupo Efacec despendeu cerca de 1 milhão de euros em rescisões de contratos de trabalho e investe cerca de 3,6 milhões de euros na modernização das suas unidades de produção.

A rentabilidade dos capitais próprios foi de 15,5% contra 14,0% no final do anterior exercício, o que corresponde a uma melhoria de 11%

ROE — return on equity

Percentagem dos capitais próprios



A autonomia financeira manteve-se em 24%, após a distribuição de dividendos ocorrida no exercício em análise.

O *cash-flow* operacional (antes de extraordinários, financeiros e IRC) continua a evoluir favoravelmente, situando-se em 27,2 milhões de euros contra 25,2 milhões de euros em 2003, o que corresponde a um aumento de cerca de 8%.

Os resultados financeiros melhoraram 53% em resultado da redução das perdas cambiais, bem como da diminuição dos juros de empréstimos bancários, para cuja evolução muito contribuiu um melhor acompanhamento da evolução do dólar americano e uma mais adequada gestão cambial.

Ainda neste âmbito iniciou-se em finais de 2004 uma renegociação dos apoios de curto prazo, cujo impacto se irá evidenciar no exercício de 2005.

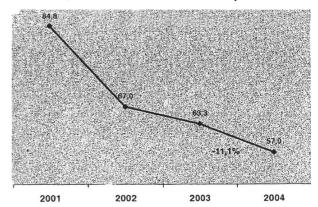
Neste exercício realizou-se mais uma etapa da consolidação do passivo financeiro, iniciada em finais de 2003, contribuindo para esse facto o empréstimo de médio e de longo prazos no montante de 27 milhões de euros, concedido à Efacec pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Este empréstimo visa igualmente apoiar os investimentos decorrentes da estratégia de crescimento do Grupo em aumento de capacidade e melhoria do produto, nomeadamente na área de I&D.

Este movimento de consolidação e reestruturação do passivo financeiro irá ser reforçado em 2005, de modo a traduzir uma melhor adequação dos capitais alheios no balanço.

No final deste exercício, a dívida financeira encontra-se repartida da seguinte forma (em milhões de euros):

Empréstimos de médio e de longo prazos	37,5
Papel comercial	9,3
Empréstimos bancários	9,8
Subsídios reembolsáveis	0.3

Evolução da dívida financeira — Grupo Efacec



2.1 — Risco Financeiro

No âmbito da gestão dos riscos financeiros, foram mantidas as regras e orientações definidas nos últimos exercícios, no tocante à gestão dos riscos com impacto nos resultados: cobertura de risco cambial; controlo do risco da taxa de juro associado à divida bancária; e cobertura de preço de *commodities*.

A exposição cambial do Grupo Efacec resulta da grande vocação exportadora de algumas empresas do Grupo, sendo a evolução da cotação EUR/USD acompanhada diariamente, de modo a permitir seleccionar as formas de cobertura deste risco, através dos vários tipos de instrumentos financeiros que o mercado coloca à disposição.

À data de 31 de Dezembro de 2004 o Grupo Efacec tinha coberturas cambiais activas de 26,1 milhões de dólares norte-americanos, através de opções, o que representa uma cobertura da totalidade das cobranças em dólares norte-americanos previstas para os próximos 12 meses.

Relativamente ao risco de taxa de juro a Efacec tem a maior parte dá sua dívida a taxa variável, beneficiando, desse modo, da manutenção das taxas de juro a níveis baixos.

Durante o ano de 2004 os EUA aumentaram gradualmente a sua taxa de juro, passando de 1% no início do ano para 2,25% no final de 2004.

No tocante à Europa os sinais ainda fracos de fortalecimento da economia, conjugados com expectativas mais favoráveis para o comportamento da inflação nos próximos meses, terão justificado o adiamento da inversão do ciclo de taxas de juro por parte do Banco Central Europeu. No entanto; é previsível que este ciclo seja alterado no final do primeiro semestre de 2005 conduzindo ao aumento das taxas de juro na zona euro.

Neste sentido a Efacec irá reforçar, durante o 1.º semestre de 2005, as coberturas de taxa de juro da sua dívida bancária, aproveitando os níveis historicamente baixos das mesmas, por forma a minimizar os encargos financeiros.

No tocante às *commodities* o Grupo Efacec tem em risco a variação de preço do cobre nos mercados internacionais. Este tipo de risco tem sido tradicionalmente coberto junto dos próprios fornecedores deste metal, colocando compras futuras com preço fixado. No entanto, durante o exercício de 2004 foram de igual modo efectuadas coberturas através de derivados, junto dos mercados financeiros. Assim, no final de 2004, a Efacec procedeu à cobertura do risco de variação do preço do cobre, em cerca de 80% das necessidades previstas para 2005.

Por fim, releva-se que todas as operações enunciadas em matéria de cobertura dos riscos, têm por objectivo cobrir riscos efectivos do Grupo.

Todas as operações, enquanto activas, são acompanhadas de perto, procedendo-se periodicamente à sua avaliação, bem como à avaliação da continuidade da sua adequação ao objectivo inicial que lhe deu origem.

2.2 — Investimentos

O investimento global do Grupo ascendeu a cerca de 5 milhões de euros, consubstanciado essencialmente em novos equipamentos e modernização das unidades fabris localizadas no pólo de Arroteia.

No respeitante a investimentos financeiros a Efacec reforçou as suas participações detidas na Liaoyang Efacec Electrical Equipment Co. L. da (LEEEC) e nas Águas da Figueira, no montante global de 272 milhares de euros.

Foi constituída a sociedade S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos (instalações fixas), S. A., participando a Efacec com 120 milhares de euros, correspondentes a 40% do capital social.

2.3 — A Efacec e o mercado de capitais

Os principais mercados bolsistas internacionais registaram, em 2004, ganhos entre 3.5% e 17%.

O mercado português, com uma valorização anual de cerca de 13%, encontra-se entre os melhores vencedores mundiais de 2004.

O índice bolsista PSI-20 fechou, em 31 de Dezembro, ao nível dos $7600\,$ pontos.

2.3.1 — Acções Efacec

A Efacec mantém cotadas no mercado oficial 41 641 416 acções, correspondentes à totalidade seu capital social, com um valor nominal de 1 euro cada.

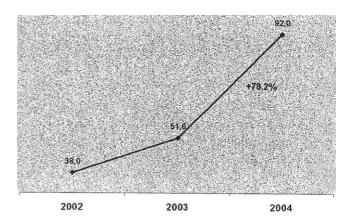
De referir que em finais do ano de 2003 a Efacec efectuou uma operação de redução do seu capital social, pela modalidade de redução

do valor nominal das acções com reagrupamento das mesmas, através da substituição de cada acção detida por três novas acções de valor nominal de 1 euro. Em consequência, o número de acções representativas do seu capital social passou de 13 880 472 euros para 41 641 416 euros e o valor nominal de cada acção passou de 5 euros para 1 euro.

Esta operação foi concretizada na Euronext em Abril de 2004.

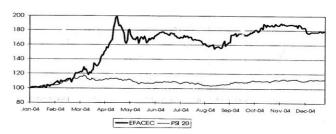
Capitalização bolsista

Milhões de euros



Como se comprova pela análise do gráfico seguinte, a cotação da acção Efacec teve um comportamento bastante positivo em 2004, traduzido numa valorização de 78,2% (valorização mais de seis vezes superior à valorização média do PSI-20 no mesmo período), contra 12,6% do PSI-20.

Evolução das cotações Efacec vs PSI-20



Esta valorização contribuiu para posicionar a Efacec nas maiores subidas ocorridas no exercício de 2004, confirmando o reconhecimento pelo mercado, dos resultados atingidos pelo Grupo.

No período em análise as cotações máxima e mínima da Efacec foram de 2,52 euros e de 1,22 euros, respectivamente.

As acções Efacec apresentaram uma boa liquidez, tendo sido transaccionadas neste exercício 10,9 milhões de acções.

À data de 31 de Dezembro de 2004 a empresa continua a manter em carteira 900 000 acções próprias, adquiridas no exercício de 2000.

2.3.2 — Obrigações Efacec

O empréstimo obrigacionista no montante nominal de 15 milhões de euros, emitido em Novembro de 1999, com um prazo máximo de cinco anos e com uma opção de reembolso antecipado (*call-option*) no final do terceiro ano, foi totalmente amortizado em Novembro de 2004.

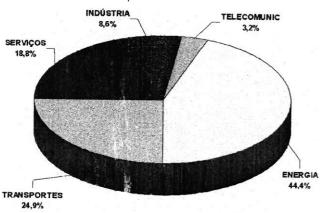
3 — Actividades e áreas de negócio do Grupo

O Grupo Efacec tem desenvolvido a sua actividade assente numa estrutura organizada por áreas de negócio: Engenharia, Ambiente e Serviços (EAS); Equipamentos de Energia (EEN); Telecomunicações, Logística e Electrónica (TLE); e Internacional, que se agrupam em três pólos de actividade: Carnaxide; Arroteia; e Maia.

A repartição do total das vendas no Grupo em 2004, representada no gráfico seguinte, reflecte no entanto uma maior concentração da actividade em três domínios principais: Energia, Transportes e Serviços.

Perfil da vendas — Grupo Efacec

Vendas por sector de actividade



Esta concentração vem ao encontro do objectivo estratégico da Efacec de focagem agregada nos mercados de energia, transportes (actividade crescente no seu portfólio de negócios e que se sustenta no abrangente leque de competências e experiência adquirida como sistemista/integrador) e serviços.

Dadas as competências multidisciplinares que a Efacec possui e que representam o seu principal factor diferenciador e de competitividade, a Efacec foi uma vez mais escolhida, em 2004, como parceiro preferencial para inúmeras realizações de referência nacional e internacional.

3.1 — Encomendas e realizações no mercado nacional

Destacam-se em seguida alguns exemplos de encomendas recebidas e realizações efectuadas em 2004, com o objectivo de ilustrar cada uma das diferentes Áreas de Negócio do Grupo:

REN — Rede Eléctrica Nacional: contrato para fornecimento de um autotransformador desfasador de 450 MVA e de seccionadores e disjuntores, cuja adjudicação foi obtida na sequência de concursos internacionais em que participaram outros fabricantes europeus credenciados:

EDP — Distribuição: encomenda para o fornecimento de seccionadores e disjuntores, surgida na sequência de exigente concurso público internacional, tendo a escolha recaído sobre a Efacec dada a fiabilidade e competitividade das soluções apresentadas;

Metro do Porto: continuação dos fornecimentos que incluem os sistemas de transmissão, videovigilância, telefonia, informação ao público (visual e sonora) e bilhética, tendo-se adicionado novas funcionalidades aos sistemas e disponibilizado, atempadamente, os serviços para o Euro 2004. Obtenção de encomenda relativa ao sistema de rádio de dados para comunicação entre o posto central e as composições;

Refer: recepção provisória dos sistemas integrados de telecomunicações de apoio à exploração das linhas do norte e do Algarve, bem como do nó do Porto (fase IV), e conclusão dos projectos: ramal Tunes-Lagos; linha de Sintra (estação de Melecas); eixo Norte-Sul (troços Coina-Penalva e Pinhal Novo-Palmela-Setúbal);

Brisa — Auto-estradas de Portugal: fornecimento das primeiras fases, do Sistema de Telemática Rodoviária (STR) da rede de auto-estradas, nas vertentes de transmissão e videovigilância. Ampliação da presença na área da videovigilância com a obtenção da encomenda de um sistema para todas as praças de portagens. Fornecimento de sistemas de energia fotovoltaicos para alimentação de equipamentos remotos (câmaras e estações meteorológicas);

Mercado do tratamento de água e efluentes: das adjudicações recebidas dos mercados do tratamento de águas e efluentes, relevam-se as estações de tratamento de efluentes para diversas localidades de Trás-os-Montes, o reforço da captação para a Estação de Tratamento de Água de Lever e as estações de tratamento de água para as localidades da Póvoa e Caia (Alentejo). Para além da adjudicação da operação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Matosinhos, destacam-se ainda as TAR's para Seia e São Romão, bem como o fornecimento de todos os equipamentos electromecânicos para o aproveitamento hidroagrícola do Roxo (Alentejo);

Centro Comercial Dolce Vita Douro (Vila Real): instalação de todas as infra-estruturas eléctricas e electromecânicas do centro comercial;

Praça de Touros do Campo Pequeno (Lisboa): contrato para renovação das instalações eléctricas, telecomunicações, ventilação, ar condicionado e sistemas electrónicos de segurança, do subsolo da Praça de Touros do Campo Pequeno;

Portucel (Cacia): contrato para remodelação da rede de média tensão, fornecimento e montagem da instalação eléctrica de potência, iluminação, detecção de incêndios e aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), da nova caldeira de recuperação da Portucel em Cacia:

Carris: fornecimento de cerca de duas centenas de indicadores de destino (painéis) para autocarros;

Ecogen: colocação em serviço da primeira instalação de micro cogeração em Portugal, contribuindo para o arranque do conceito de produção de energia distribuída e intervindo nas fases de projecto, instalação e manutenção dos sistemas;

Optimus: substancial participação da Efacec na construção de novas estações UMTS reengenharias, optimizações e *back up* da rede existente:

Redes móveis: ainda na área de actividade das redes móveis e no tocante a projectos especiais, salienta-se a confiança depositada na experiência da Efacec por parte dos três operadores de redes móveis. Entre os vários espaços cobertos em que se implementou a cobertura rádio, incluem-se importantes estádios destinados ao Euro 2004, Dragão, Boavista e Guimarães, centros comerciais, Dolce Vita e Fórum Madeira (Funchal), bem como a cobertura de rede nos túneis do Metro do Porto.

3.2 — Encomendas e realizações no mercado internacional

Florida Power & Light (EUA-Palm Beach): encomenda dos dois maiores transformadores até hoje fornecidos para os EUA, efectuada pela Florida Power & Light, uma das mais conceituadas *utilities* americanas, permitindo o reforço da penetração no exigente mercado dos EUA;

Georgia Power Company (EUA-Atlanta): encomenda de várias subestações móveis;

PG&E — Pacific Gas and Electric Company (EUA-São Francisco): encomenda de transformador móvel:

Sonelgaz (Argélia): encomenda para equipar subestações de transporte da rede eléctrica argelina;

Metro Ligeiro de Tenerife (Canárias): encomenda referente aos dois lotes, energia & sistemas, da nova linha do Metro Ligeiro de Tenerife que irá ligar Santa Cruz de Tenerife a La Laguna. Este projecto chave na mão, que decorrerá entre 2004 e 2006, é uma obra de elevada envergadura e que vem confirmar o reconhecimento das capacidades técnicas e tecnológicas da Efacec por parte do mercado espanhol;

Aeroporto de Cabo Verde: fornecimento e montagem, no novo aeroporto de Cabo Verde, de vários tipos de equipamentos eléctricos, electromecânicos e electrónicos, bem como de uma Etar, sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado e sistemas de manipulação automática de bagagem, e painéis de informação variável ao público;

Dr. Franz Feurstein GmbH (Áustria): encomenda para fornecimento de um armazém automático de bobinas de papel à austríaca Dr. Franz Feurstein GmbH, uma das maiores produtoras mundiais de papel fino de baixa gramagem e alta qualidade;

Republic of Singapore Air Force: encomenda para o fornecimento e a instalação de quatro armazéns automáticos de cargas leves, destinados ao armazenamento de peças de reserva para aviões e que surgiu como consequência natural da qualidade e fiabilidade demonstradas pela Efacec em mais de 10 sistemas automáticos de material *handling* realizados no sudeste asiático;

ESA — European Space Agency (Holanda): desenvolvimento, para a ESA, do primeiro *hardware* espacial completamente desenvolvido em Portugal, o EuTEMP, unidade de medida e aquisição de temperatura de pequenas dimensões, autónoma e alimentada por baterias, que obedece aos requisitos de segurança e de qualificação da ESA e da NASA e será montado na parte externa do modulo europeu, *Columbus*, da estação espacial internacional.

3.3 — Áreas de negócio

Em seguida apresenta-se uma análise resumida da actividade e indicadores das áreas de negócio não tomando em consideração os ajustamentos entre elas, previstos nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.3.1 — Engenharia, ambiente e serviços (EAS)

Os indicadores económicos apresentados em seguida, caracterizam a actividade desenvolvida pelo conjunto das empresas que integram esta área de negócios durante o exercício de 2004 e sua comparação com o ano anterior:

(Em milhares de euros)

•	
2003	2004
97 464 119 921	134 350 128 864
3 812 3 033 2 590	5 780 4 419 3 920
	97 464 119 921 3 812 3 033

O valor das encomendas registadas neste exercício cresceu 38%, passando de cerca de 97 para 134 milhões de euros e o volume de negócios foi de 129 milhões de euros em 2004 contra 120 milhões de euros em 2003.

O EBITD apresenta um aumento de 52% face a 2003.

Os resultados líquidos cresceram 51%, passando de 2590 para 3920 milhares de euros.

A evolução positiva de todos os indicadores acima referidos são o resultado de prestígio a reconhecimento das competências detidas por esta área de negócio, contribuindo para tal a elevada qualidade e empenho de todos os seus colaboradores.

3.3.1.1 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado nacional:

REN — Rede Eléctrica Nacional: execuções para a nova interligação eléctrica a 400kV com Espanha, infra-estrutura considerada um pilar fundamental pára o estabelecimento do MIBEL. Está nova interligação tornou-se possível devido ao trabalho de remodelação da subestação de Ferreira do Alentejo, coma construção das linhas de 400 kV entre Sines, Ferreira do Alentejo e Alqueva e com a ligação em *T* para Balboa, já em Espanha, para estabelecer a nova interligação com a rede internacional:

A Efacec respondeu à urgência da obra cumprindo, num curto prazo de execução e dentro do orçamento previsto, todos os requisitos contratuais, apesar da complexidade do projecto;

Mercado do tratamento de água e efluentes: das adjudicações recebidas dos mercados do tratamento de águas e efluentes, destacam-se várias estações de tratamento de efluentes para diversas localidades de Trás-os-Montes, o reforço da captação para a estação de tratamento de água de Lever e as estações de tratamento de água para as localidades da Póvoa e Caia (Alentejo). Para além da adjudicação da operação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Matosinhos, destacam-se ainda as ETAR's para Seia, S. Romão, bem como o fornecimento de todos os equipamentos electromecânicos para o aproveitamento hidroagrícola do Roxo (Alentejo);

Energias renováveis: durante 2004 a Efacec ganhou importantes encomendas na área das energias renováveis, nomeadamente na da energia eólica, correspondendo a uma aposta estratégica da empresa nesta área, das quais destacámos;

Parque Eólico da Pampilhosa da Serra: estabelecimento do contrato com a Enersis referente à subestação de 220kV do parque eólico de 30 kV, cuja adjudicação foi possível pela rapidez e solidez das respostas técnicas e comerciais da Efacec. O contrato, com um prazo de realização ambicioso, e incluindo cerca de 25% de equipamentos Efacec, será o primeiro parque em Portugal com uma subestação de 220 kV, ligado directamente à rede de transporte de energia da REN, representando assim um marco histórico na energia eólica portuguesa;

Parques Eólicos do Rabaçal e Degracias (Condeixa-a-Nova): contrato assinado com a VESTAS para o projecto, fornecimento de equipamento, construção e colocação em serviço de toda a instalação complementar de produção, destinada aos parques de Rabaçal e Degracias, da Enersis, com uma potência instalada de 22 MW;

Parque Eólico do Penedo Ruivo (Serra do Marão): a Efacec assinou com a Energiekontor um contrato para o fornecimento chave na mão do parque eólico de Penedo Ruivo, de 15 MVA, incluindo o projecto de concepção e detalhe, a construção civil e a subestação 20/60 kV para ligação à rede;

Portucel (Cacia): contrato para remodelação da rede de média tensão, fornecimento e montagem da instalação eléctrica de potência, iluminação, detecção de incêndios e AVAC, da nova caldeira de recuperação da Portucel em Cacia;

Centro Comercial Dolce Vita Douro (Vila Real): fornecimento e montagem de todas as infra-estruturas eléctricas e electromecânicas do centro comercial;

Praça de Touros do Campo Pequeno (Lisboa): contrato para renovação das instalações eléctricas, telecomunicações, ventilação, ar condicionado e sistemas electrónicos de segurança, do subsolo da Praça de Touros do Campo Pequeno.

3.3.1.2 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado internacional:

Metro Ligeiro de Tenerife (Canárias): Encomenda referente ao lote de energia da nova linha do Metro Ligeiro de Tenerife, que liga Santa Cruz de Tenerife a La Laguna. Estão previstas futuras ampliações, nomeadamente a ligação ao aeroporto de Tenerife Norte. A Efacec e responsável pelo projecto incluindo o cálculo e dimensionamento das subestações, fornecimento, instalação e opção de manutenção dás subestações de tracção, da rede de energia e da linha aérea. Este projecto decorrerá entre 2004 e 2006 e tem uma importância estratégica pois reforçará a lista de referências da Efacec como contratista principal nos projectos integrados de metros, que são uma aposta futura do Grupo nos mercados nacional e internacional;

Aeroporto de Cabo Verde: fornecimento e montagem, no novo aeroporto de Cabo Verde, de vários tipos de equipamentos Eléctricos, Electromecânicos e Electrónicos, bem como de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado e sistemas de manipulação automática de bagagem e painéis de informação variável ao público;

AOZ — Asment Ouled Zidane (Marrocos): empreitada de projecto e fornecimento de todos os sistemas de despoeiramento (filtros de mangas, ventiladores e sistemas de descarga) para a fábrica de cimento marroquina AOZ. Este fornecimento relacionou-se com a construção de raiz da fábrica, com futura localização a 56 quilómetros do sudoeste de Casablanca.

3.3.2 — Equipamentos de energia (EEN)

Na sequência do exercício de planeamento efectuado internamente pela Efacec, foi ratificada por um consultor externo a estratégia para a área de equipamentos de energia, relevando-se que a sua principal actividade, transformadores de potência, tem um forte potencial de crescimento no mercado internacional; é amplamente confirmado o potencial tecnológico da actividade de média tensão; a actividade de transformadores de distribuição constitui uma excelente plataforma de apoio ao desenvolvimento de transformadores de potência; a actividade de alta tensão, com uma notável carteira de encomendas para os próximos anos, apresenta claras sinergias fabris com a actividade de media tensão.

Relevam-se em seguida alguns indicadores económicos que caracterizam a actividade desenvolvida peto conjunto das três empresas desta área de negócio no exercício de 2004, comparativamente ao ano anterior.

As encomendas confirmadas aos seus clientes neste exercício foram de 117 milhões de euros contra 94 milhões de euros angariadas no ano anterior, correspondendo a um aumento de 25%.

O volume de negócios cresceu 4% quando comparado com o período homólogo de 2003. A carteira de encomendas situa-se em 66 milhões de euros, aumentando 18% face a 2003.

_	2003	2004
Encomendas	93 600 100 058 9 866 474 1 039	116 945 103 972 8 385 3 710 1 961

Os resultados antes de impostos foram cerca de oito vezes superiores aos realizados no exercício anterior.

Os resultados líquidos cresceram 89% em 2004, passando de 1039 milhares de euros para 1961 milhares de euros, confirmando a justeza das medidas de reestruturação implementadas nos exercícios anteriores (2002 e 2003), aprofundadas no actual exercício e que se consubstanciaram em:

Focalização em mercados tecnicamente mais exigentes, mas com melhores margens;

Reestruturação dos negócios e da organização interna do Grupo; Inovação e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias; Dinamização das equipas de trabalho e seu rejuvenescimento; Forte redução dos custos de estrutura e grande rigor na gestão financeira.

O mercado de exportação representa actualmente para esta área 49% do total das suas vendas, para o que contribui a importante rede de agentes, delegações e filiais existentes no estrangeiro.

3.3.2.1 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado:

REN — Rede Eléctrica Nacional: encomenda de um autotransformador desfasador será instalado na subestação da Falagueira. A adjudicação foi obtida na sequência dum concurso internacional em que participaram os maiores fabricantes europeus, representando um marco importante para a Efacec, por se tratar do primeiro ATD a instalar na rede eléctrica portuguesa, que devido à exigente especificação técnica, quer para o funcionamento como autotransformador desfasador, quer como autotransformador normal (AT), requereu estudos aprofundados de elevada complexidade técnica;

EDP — Distribuição: encomenda e fornecimento de transformadores de potência destinados a subestações das três direcções de infra-estruturas da EDP — Distribuição;

EDP — Produção: fornecimento de vários transformadores de 64 MVA, 220 kV para a central de Castelo de Bode e conclusão dos trabalhos dos dois transformadores de 113 MVA, 165 kV para a central de Venda Nova II;

Siemens — Fabrico de Transformador de Potência (438 MVA-22/410 kV) destinado ao Grupo 3 da Termoeléctrica do Ribatejo (TER) no Carregado;

Metro do Porto: encomenda e fornecimento de uma subestação móvel de tracção.

3.3.2.2 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado internacional:

PG&E — Pacific Gas and Eelectric Company (EUA-São Francisco): encomenda de dois auto-transformadores de 420 MVA e fornecimento de vários auto-transformadores de 200 MVA e de 100 MVA, bem como de um transformador móvel e de uma subestação móvel. As novas encomendas surgem na sequência da confiança depositada pela PG&E na Efacec que continua a ser um dos poucos fabricantes aprovados por esta *utility* americana;

Georgia Power Company (EUA-Atlanta): encomendas de várias subestações móveis, todas com características técnicas diferentes, sendo a maior de 46 MVA, 220 kV. Esta encomenda vem confirmar a penetração no exigente mercado dos EUA, dada a comprovada competitividade internacional dos produtos Efacec e a preferência pela elevada qualidade e fiabilidade da sua tecnologia;

Florida Power & Light (EUA-Palm Beach): encomenda de autotransformadores de 560 MVA. A Florida Power & Light, uma das maiores e mais conceituadas *utilities* dos EUA, com elevada exigência a nível de padrões de qualidade e a quem a Efacec tem vindo a fornecer subestações móveis, confirmou a preferência pelo Grupo ao encomendar dois dos maiores transformadores até hoje fornecidos para os EUA;

Alabama Power (EUA): encomenda de uma subestação móvel, pela comprovada competitividade, internacional destes produtos e preferência pela qualidade e fiabilidade da tecnologia Efacec;

NPC — Nevada Power Company (EUA-Las Vegas): renovação do contrato-programa a três anos para o fornecimento de transformadores de 20 MVA, 33 MVA e 50 MVA. Na sequência deste contrato a Efacec fabricou, em 2004, vários transformadores de 33 MVA e dois de 50 MVA;

Sonelgaz (Argélia): encomendas para o fornecimento de transformadores de potência, seccionadores de alta tensão e celas de média tensão e mais de duas centenas de postos de média e baixa tensão da gama Normafix, destinados a equipar subestações de transporte da rede eléctrica argelina. A Sonelgaz, empresa pública argelina responsável por toda a rede eléctrica nacional, continua a manifestar grande confiança no equipamento produzido pela Efacec, com quem estabeleceu a 3000 MVA, o total da potência de transformadores fabricados pela Efacec instalados na rede eléctrica argelina:

PPC (Grécia): fornecimento de equipamento de distribuição secundária das gamas Fluofix GC e Normafix24 para a PPC, empresa de distribuição eléctrica da Grécia;

Clemessy — Aeroporto Charles de Gaulle (França): contrato para fornecimento de celas de média tensão da gama Normafix, celas extraíveis da gama Normacel e transformadores de 8,5 MVA. Esta é mais uma importante referência adquirida pela Efacec num dos mais prestigiantes aeroportos internacionais, permitindo ao Grupo continuar a posicionar-se favoravelmente na candidatura a realizações no sector internacional de transportes;

ICE (Costa Rica): fornecimento de transformadores de 45 MVA. Destaca-se a realização de um ensaio de resistência aos curto-circuitos realizado: numa unidade de 45 MVA, 230 kV, num reputado laboratório internacional (KEMA), comprovando assim a excelência da tecnologia Efacec. Desde 1998 este é o sexto transformador a realizar este, tipo de ensaio, tendo a Efacec obtido sucesso em todos eles;

EAC (Chipre): fabrico de um transformador de 165 MVA, 142 kV de uma unidade de 14,5 MVA, 15 kV. Destaca-se neste projecto a incorporação das mais recentes tecnologias de monitorização *on-line* de transformadores. Estas unidades incorporam um sistema de detecção de gases e humidade no óleo, de monitorização de descargas parciais de monitorização do regulador em carga. Todas estas informações estão disponíveis na sala de comando da Subestação, sendo a comunicação feita através de uma ligação em fibra óptica.

3.3.3 — Telecomunicações, logística e electrónica (TLE)

A análise estratégica confirmada em 2004 por um consultor externo, releva dois aspectos principais caracterizadores do pólo tecnológico da Maia: uma elevada competência de gestão de projectos com criação de valor, o que o posiciona como a área de negócios mais rentável do Grupo; e uma elevada capacidade de antecipação de oportunidades de negócio, consubstanciada num nível igualmente elevado, de *entrepreneurship* dos seus quadros, demonstrando capacidades de renovação contínua. Estas características são suportadas pelas seguintes competências chave intrínsecas:

Profunda especialização de engenharia em sistemas complexos; Elevado conhecimento das necessidades dos sectores de actividade em que actua;

Alargada lista de referências em projectos nacionais;

Mindset fortemente empreendedor;

Acesso privilegiado aos clientes portugueses.

Destacam-se alguns, indicadores económicos, que caracterizam a actividade desenvolvida pelo TLE no exercício de 2004, comparativamente ao ano anterior.

(Milhares de euros)

_	2003	2004
Encomendas	104 791	80 275
Volume de negócios	83 691	88 499
EBITD	8 019	7 862
Resultados antes de impostos	5 503	5 379
Resultados líquidos	4 924	4 690

O volume de negócios cresceu 6% em 2004 face a 2003 e as encomendas recebidas foram de 80 milhões de euros, contribuindo para uma carteira de encomendas de 106 milhões de euros, o correspondente a mais de um ano de actividade, o que permite assegurar o nível de negócios previstos para 2005.

3.3.3.1 — Exemplos de encomendas é realizações no mercado nacional:

Refer: recepção provisória dos sistemas integrados de telecomunicações de apoio à exploração da linha do norte (sub-troço Aveiro-Ovar) e da rede de acesso no troço São Bento/Nine/Braga e linha Guimarães-Braga.

Destaca-se ainda o sub-troço Entroncamento-Albergaria, bem como a linha do Algarve (sub-troço Funcheira-Faro).

Salienta-se, pelo facto de representar um salto em termos tecnológicos na abordagem efectuada pela Refer para a exploração das suas linhas, a adjudicação da solução de telecomunicações para a Linha de Oeste. Finalmente verificou-se o relançamento expressivo da actividade das passagem de nível com diversas encomendas da Refer para das quais salientamos um sistema inovador de 20 PNs automáticas simplificadas com recurso a novas tecnologias nomeadamente a transmissão de anúncios via rede IP para o ramal da Figueira da Foz;

Metro do Porto: continuação dos fornecimentos que incluem os sistemas de transmissão videovigilância, telefonia, informação ao público (visual e sonora) e bilhética, tendo-se adicionado novas funcionalidades aos sistemas e disponibilizado atempadamente os serviços para o Euro 2004. Obtenção de encomenda relativa ao sistema de rádio de dados para comunicação entreposto central e as composições;

Brisa: fornecimento das primeiras fases do Sistema de Telemática Rodoviária (STR) da rede de auto-estradas, nas vertentes de transmissão e videovigilância. Ampliação da presença na área da videovigilância com a obtenção da encomenda de um sistema para todas as praças de portagens. Fornecimento de sistemas de energia fotovoltaicos para alimentação de equipamentos remotos (câmaras e estações meteorológicas);

CP — Caminhos de Ferro Portugueses: conclusão da fase II do projecto *Train-office* e do projecto *Interfast* (primeiro terminal rodo-ferroviário da Bobadela);

Carris: conclusão da fase III do projecto SAEIP e fornecimento de cerca de uma centena e meia de sistemas de indicadores de destino para autocarros (painéis de indicação de destino);

STCP: conclusão do projecto SAEI, culminado com a encomenda e fornecimento de um *video-wall* e de cerca de meia centena de painéis electrónicos de informação aos utentes dos serviços de transportes públicos (painéis de paragem de autocarro);

Optimus: grande aumento da actividade, principalmente no 2.º semestre de 2004. No tocante a projectos especiais, em que se implementou a cobertura rádio de espaços cobertos, incluem-se os importantes estádios destinados ao Euro 2004, (Dragão, Boavista e Guimarães) centros comerciais (Dolce Vita nas Antas e Fórum Madeira, no Funchal) e cobertura de rede nos túneis do Metro do Porto;

Renova, S. A.: fornecimento e instalação de um sistema de transporte de paletes baseado em transportadores motorizados para ligação entre duas unidades de produção e o novo armazém de expedição. O sistema instalado inclui a identificação e etiquetagem automática das paletes à saída de cada posto da produção, transporte até ao armazém numa distância de cerca de 150 metros e distribuição por tipo de armazenagem;

Laboratórios Bial (Trofa): armazém automático para armazenagem de matéria-prima, embalagem e produto acabado (medicamentos). O armazém instalado, baseado numa estante autoportante no qual se inclui o revestimento, inclui ainda uma rede de transportadores associados, que asseguram o transporte das paletes entre as várias áreas de tratamento:

Ecogen: colocação em serviço da primeira instalação de microcogeração em Portugal, contribuindo para o arranque do conceito de produção de energia distribuída e intervindo nas fases do projecto, instalação e manutenção dos sistemas;

CascaiShopping: fornecimento de um sistema de gestão integrada do centro comercial CascaiShopping que integra a gestão técnica com os sistemas de segurança do edifício;

Águas do Cávado: adjudicação do sistema de transmissão IP para suporte das comunicações de dados, voz e televigilância do sistema multimunicipal de abastecimento de água à área norte do grande Porto.

3.3.3.2 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado internacional:

Metropolitano de Tenerife, S. A. (Canárias): encomenda do lote de sistemas para a nova linha do Metro Ligeiro de Tenerife, que irá unir Santa Cruz de Tenerife a La Laguna, numa extensão aproximada de 15 quilómetros. A encomenda contempla, neste lote, o fornecimento de sistemas de sinalização; telecomunicações (comunicações por fibra óptica e via rádio); supervisão técnica; telecomando; sistema de auxílio à exploração (SAE); informação ao público; telefonia; videovigilância; bilhética; controlo de acessos; e detecção de incêndios:

Sonelgaz GRTE (Argélia): contrato para o fornecimento de sistemas de telecomando (PCG's), chave na mão, para a rede de transporte da Sonelgaz envolvendo centros de comando Scate X e unidades remotas CLP 500. Trata-se do primeiro contrato para a rede de transmissão de energia neste cliente. Estão ainda em curso outras ofertas de elevado valor para a Sonelgaz na a área da distribuição;

CERN — Centre Europeen de Recherche Nucléaire (Suíça): fornecimento de mais de três centenas de conversores de tensão de quatro quadrantes ± 10 Vdc/± 120 A, que irão equipar 110 racks, com o objectivo de alimentar imanes que permitem o funcionamento do maior acelerador de partículas jamais feito pelo homem, o LHC (large hadron collider). A Efacec assegurará ainda, todo o fornecimento e teste das cartas electrónicas. O contrato prevê a extensão da encomenda de mais conversores e racks, abrindo as portas a outros negócios em curso e bateu técnica e comercialmente empresas oriundas do centro e norte da Europa, que são fornecedores tradicionais do CERN;

ESA — European Space Agency (Holanda): desenvolvimento do primeiro *hardware* espacial completamente desenvolvido em Portugal, o EuTÉMP, que consiste numa unidade de medida e aquisição de temperatura, autónoma e alimentada, por baterias, que obedece aos requisitos de segurança e de qualificação da ESA e da NASA e será montado na parte externa do módulo europeu, *Columbus*, da estação espacial internacional, dedicada à demonstração em órbita de tecnologias espaciais;

Bósnia-Herzegovina Railways Public Corporation: contrato para fornecimento e instalação de um sistema de controlo remoto para a rede eléctrica de tracção, que se enquadra na política de reabilitação e reconstrução da Bósnia-Herzegovina;

Chilectra (Chile): novas encomendas para fornecimento de sistemas de comando controlo e protecção para as subestações de distribuição;

Cruikshanks (Escócia): continuação da parceria com a empresa escocesa para o fornecimento de sistemas de controlo para subestações de transporte de energia no Bahrain, concretizada com a encomenda de três novos sistemas;

Dr. Franz Feurstein GmbH (Áustria): encomenda de armazém automático de bobinas de papel e equipamento associado. Este cliente integra o Grupo Trierenberg Thinprinting, um dos maiores produtores mundiais de papel fino de baixa gramagem e alta qualidade. O fornecimento da Efacec é chave na mão, incluindo: edifício de estante autoportante e revestimentos; rede de extinção de incêndios; ventilação; iluminação;

Força Aérea de Singapura: fornecimento e instalação de quatro armazéns automáticos tipo *Miniload* (armazéns de cargas leves) para armazenamento de peças de reserva para aviões e concebidos para funcionarem 24 horas/dia, sete dias/semana. A encomenda que originou este fornecimento surge como consequência natural da qualidade e fiabilidade demonstradas pela Efacec nos mais de 10 sistemas automáticos de material *handling* realizados no sudeste asiático. Destacase o facto deste ser o segundo fornecimento da Efacec para as Forças Armadas de Singapura;

Strabag GmbH (Bulgária): contrato para construção do sistema de tratamento de bagagens do novo terminal do Aeroporto Internacional de Sofia. O projecto consiste no fornecimento e instalação *turnkey* do sistema de movimentação de bagagens do novo terminal do aeroporto, desenhado para servir 2,5 milhões de passageiros por ano. Para além de vários balcões de *check-in*, de transportadores de bagagens e de carrocéis de triagem e de recolha de bagagens, o fornecimento inclui um sofisticado sistema de controlo e um *software* de gestão dinâmica do fluxo de bagagens no aeroporto;

SCA — Hygiene Paper España, S. L. (Espanha): encomenda de um sistema pioneiro de carga, através da utilização de *automatic guided vehicles* (AGVs). A SCA Espanha pertence ao Grupo Svehsk Celfulosa Aktiebolaget (S. C. A.) de origem sueca que conta com cerca de 46 000 empregados distribuídos por 40 países e que em 2003, teve uma facturação de 9,4 biliões de euros;

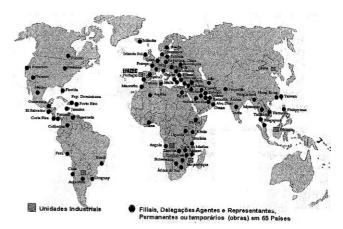
Sovena Ibérica (Espanha): encomenda para remodelação e actualização de um armazém automático, em Espanha, que implicou a adição de novos equipamentos e um novo sistema de gestão. A Sovena é líder na Península Ibérica, no fabrico de azeites e derivados, tendo demonstrado uma preferência continuada pela qualidade e fiabilidade da Efacec, ao efectuar esta nova encomenda após o fornecimento pela Efacec, em 2001, de um armazém automático para as suas instalações em Portugal;

Recall (Nova Zelândia-Auckland): encomenda de um sistema de armazenagem para a Recall, empresa especializada em arquivos (armazenagem de documentos). Esta encomenda simboliza o sucesso da capacidade de customização dos produtos e soluções Efacec às necessidades dos seus clientes, e surge na sequência de um contrato para fornecimento de um armazém para as instalações da Recall na Noruega, para o qual a Efacec desenvolveu um sistema perfeitamente adaptado às necessidades deste cliente, e que está a ser implementado em várias partes do Mundo.

3.3.4 — Efacec internacional

A internacionalização do Grupo EFACEC assume uma das principais prioridades estratégicas para o desenvolvimento e crescimento futuro dos seus negócios.

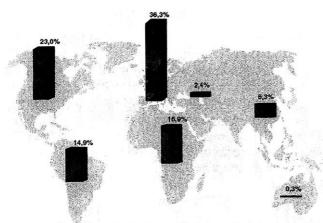
Rede internacional



Em 2004 foi dada continuidade à actividade da Efacec Internacional, apoiando de forma significativa o desenvolvimento dos negócios do Grupo na área internacional.

Volume de negócios (exportação)

Por mercado



Exportação de 44% do volume de negócios em Equipamentos 2004: Exportação de 27% do volume total de negócios

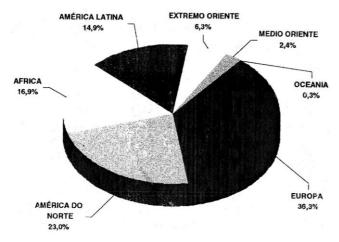
Foi dada continuidade à preocupação da escolha criteriosa das geografias da expansão, da constituição de alianças estratégicas e tácticas com parceiros internacionais e da partilha de recursos com outras entidades, preferencialmente ibéricas.

São, ainda, objectivos chave do processo de internacionalização acrescentar valor nos mercados de destino, através da criação de bases locais próprias, industriais e de engenharia e da constituição de adequadas parcerias comerciais e ou tecnológicas com entidades locais.

Deste modo a Efacec realiza uma abordagem mais integrada ao cliente e uma melhor percepção do valor acrescentado das suas propostas, factores de diferenciação e de acréscimo de competitividade decisivos para o sucesso dos negócios internacionais.

Perfil das vendas no Grupo Efacec em 2004

Vendas por mercado — exportação

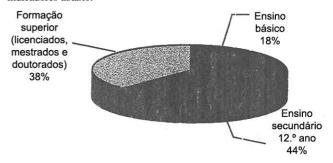


4 — Áreas corporativas

4.1 — O perfil humano do Grupo

Com o objectivo de contribuir para consolidar a preparação dos recursos humanos do Grupo, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, para os desafios de duplicação da *performance* e dimensão nos próximos cinco anos e de, a 10 anos, replicar noutros continentes as actividades que hoje são desenvolvidas em Portugal, o exercício de 2004 caracterizou-se pelo desenvolvimento de diversas acções sustentadas e interligadas, no âmbito da gestão de recursos humanos.

Do ponto de vista das qualificações a Efacec conta com uma equipa experiente e com elevados níveis de qualificação, conforme ilustram os indicadores abaixo:



		(Em percei	ntagem)
Níveis de escolaridade	2001	2002	2003	2004
Ensino básico (1.º e 2.º ciclos)	25,5	25	25	18
Ensino secundário e 3.º ciclo Formação superior (licenciados,	39,5	40	40	44
mestres e doutores)	35	35	35	38

O número de efectivos aumentou ligeiramente face a 2003, em resultado da admissão de 36 colaboradores afectos à actividade de Reparações da ABB, que a Efacec adquiriu no final de 2004.

	2001	2002	2003	2004
Número de efectivos	1 857	1 865	1 839	1 855

Esta relativa estabilidade do número de efectivos não espelha o rejuvenescimento crescente em que o Grupo tem apostado desde 2002, dado que em 2004 se registou uma taxa de rotação de efectivos de 14%, tendo sido admitidos 138 novos colaboradores.

Reconhecendo que o seu capital humano é o activo mais importante da organização, e que as pessoas são a principal vantagem competitiva que permite criar valor de forma sustentada, em 2004 o Grupo Efacec continuou a aposta no desenvolvimento dos seus colaboradores, através de uma aposta continuada em formação e desenvolvimento, sendo de destacar a formação avançada para executivos, realizada em escolas de renome mundial: IMD; London Business School; Kellogg (USA); Harvard Business School (USA); Wharton (USA).

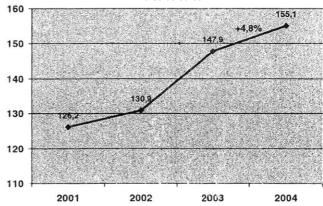
Na formação profissional de activos, foi dada particular ênfase às áreas de formação técnica, *marketing* e vendas, gestão e finanças, línguas, comportamento humano e informática, dirigidas a 941 participações, num total de 16 760 horas.

Para além destas, foram igualmente planeadas e realizadas acções sobretudo *on job* nas áreas técnica, da qualidade, higiene, ambiente e segurança.

A forte aposta no desenvolvimento de competências transversais dos quadros de Grupo continuou a assumir particular importância, pelo que em 2004 foi dada continuidade ao desenvolvimento de alto nível, nomeadamente em gestão (pós-graduações, MBA e mestrados) e em *marketing*, com o envolvimento de mais de 120 colaboradores em reuniões plenárias e no programa de imersão em MK, iniciado em 2003.

Vendas/efectivo

Milhares de euros



Foram lançados projectos no domínio da responsabilidade social, em particular no âmbito da solidariedade, através de projecto Ser Solidário e no âmbito da responsabilidade ambiental, através do projecto EFAverde.

O primeiro teve como objectivo apoiar, através do envolvimento e contributo de todos os colaboradores do Grupo, uma instituição de solidariedade social. O segundo visou a melhoria significativa da qualidade do ambiente de trabalho em espaços fechados, pela sensibilização anti-tabágica.

Como suporte à gestão de recursos humanos foram dados passos para modernizar os processos administrativos ao nível da Gestão de RH, tendo sido criado na intranet do Grupo um canal web RH, que permite aos responsáveis pelas áreas e unidades de negócio obter e gerir informação em tempo real, de forma mais ampla, rápida e eficaz, e conduz a importantes economias de tempo. A web RH permite de igual modo maiores níveis de autonomia na consulta e maior co-responsabilização na geração e actualização da informação, por parte de chefias e colaboradores, podendo estes realizar tarefas em regime self-service (ex-consulta do plano anual de formação; justificação de ausências, etc.).

Esta experiência resultou com sucesso e será alargada, em 2005, a outras áreas da gestão administrativa de RH.

4.2 — Inovação

4.2.1 — Inovação organizacional

Com a conclusão do projecto de inovação EFAinova que decorreu em 2003, foi criado em 2004 o gabinete de inovação, cuja missão consiste em desenvolver na organização uma cultura de inovação, tornando-a num valor do Grupo Efacec.

No ano de 2004 o gabinete de inovação implementou um conjunto de acções e desenvolveu a sua actividade nas unidades de negócio, com especial destaque para as intervenções nas Efacec — Automação e Robótica, Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão e Efacec DT — Transformadores de Distribuição, bem como na unidade de aparelhagem de alta tensão. Os 280 colaboradores envolvidos repensaram as actuais estratégias de cada uma destas áreas e contribuíram com novas ideias.

Para além dos projectos nas unidades de negócio foram desenvolvidas diversas iniciativas e eventos (encontro de I & D, Programa Quadro da Comissão Europeia, iniciativas COTEG, desenvolvimento de *site* na *intranet* do Grupo) para que o processo de inovação atinja toda a organização, levando-a a pensar o futuro, a, empenhar-se e a envolver-se na construção da estratégia da Efacec.

Os 500 colaboradores da Efacec que participaram no desenvolvimento das actividades de inovação, com elevada receptividade, mostraram que é possível passar das ideias à prática, fazendo com que os projectos orientados pelo gabinete de inovação, tenham resultado em novos processos operacionais internos e novos modelos de negócio, criando condições para o desenvolvimento e reforço do espírito e cultura de inovação no Grupo.

As organizações de sucesso, serão aquelas onde exista um espírito aberto para a inovação, onde todos os envolvidos na cadeia de valor partilhem o mesmo desafio comum — fazer da inovação a chave do sucesso da organização, pelo que esta deve ser encarada como um processo sistemática, contínuo e sustentado, que requer acima de tudo uma atitude positiva de todos os intervenientes.

Em 2004 a Efacec privilegiou o desenvolvimento de acções dirigidas aos processos e à organização e, em 2005, o objectivo será dirigir os projectos e acções para a identificação de inovações associadas a produtos e a negócios.

4.2.2 — Investigação e desenvolvimento

A Efacec deu continuidade em 2004 à sua filosofia e prática de investigação e desenvolvimento, numa procura de melhoria sistemática das suas soluções, sistemas e produtos.

Na área da produção e transmissão de energia, transformadores de potência, foi intensificado o enfoque no desenvolvimento do *software* de cálculo e projecto automático, potenciando ganhos significativos em produtividade e sustentando a concepção e realização de novos produtos, entre os quais destacámos o primeiro autransformador desfasador (potência nominal — 650 MVA; regulação de tensão: 400/150+7,5%, — 10% kV; regulação de ângulo de desfasamento: +/- 25°) a instalar na subestação da Falagueira, em Outubro de 2005. Este aparelho foi desenvolvido a partir da necessidade da REN em maximizar a injecção de potência, produzida a partir de novas centrais eólicas, na rede de 400 kV, com optimização da capacidade de transmissão insta-

lada, evitando, a construção de novas linhas. A solução tem vantagens assinaláveis dos pontos de vista ecológico e económico. Os estudos levados a cabo pela REN, IST e GESI, com simulação em PSS/E e ATP, confirmaram a perfeita adequação e coerência dos parâmetros apresentados pela Efacec.

Na área de distribuição de energia, aparelhagem de média tensão e transformadores de distribuição, foram redireccionados recursos para responder de forma mais focada ao mercado de soluções integradas, sobretudo, na área dos postos de transformação, do *e-business*, com a introdução do *software* de projecto de postos de transformação (Visual-PUC) e ainda dos *software* de apoio à área comercial — ProcomWeb e *joint ventures* Efa-Export.

No domínio das homologações conseguiu-se a Autorização Temporária de Utilização (ATE) dos produtos Normafix e Fluofix na rede da EDF em França e no domínio dos produtos estendeu-se a gama Fluofix, com função de protecção por disjuntor de vácuo bem como a inclusão do novo (comando CI3 na função interruptor. Iniciou-se de igual modo um esforço de colaboração na área de I&D com a Bauen Efacec, visando reforçar a capacidade nesta área sobretudo em projectos de celas com tecnologia de isolamento no ar.

Na área de negócios de telecomunicações, logística e electrónica, na unidade de automação de sistemas de energia serão de destacar a conclusão do desenvolvimento da nova gama de protecções X420, do detector de defeitos D050 e do armário para automação e telecontrolo de Interruptores Aéreos Telecomandáveis (IAT), equipamentos para aplicação nas subestações de distribuição e na rede de média tensão. Na gestão de redes, realce para o desenvolvimento do sistema Genesy's que foi colocado em exploração efectiva no despacho da região norte da EDP. Foram igualmente apresentadas candidaturas junto da Agência de Inovação para projectos de desenvolvimento em colaboração com a REN e entidades do SCTN (FEUP e FCUP).

Na unidade de sistemas de alimentação foi concluído o desenvolvimento do sistema de monitorização, via *ethemet*, para sistemas de alimentação. Foi também finalizado um sistema de supervisão de gama baixa, este tem como principal característica o baixo custo o que permite a abordagem a mercado cujo *drive* é preço.

Por outro lado teve início o desenvolvimento de sistemas de alimentação com pilhas de combustível a hidrogénio (em colaboração com a Ballard) permitindo a construção de sistemas com menor impacto ambiental. Para a realização deste projecto a Efacec SE/SA submeteu uma candidatura à Agência de Inovação para demonstração desta tecnologia, em situação real, numa estação rádio de telecomunicações móveis a ser disponibilizada por um operador.

Ainda no âmbito das energias renováveis foi concluído um estudo sobre sistemas fotovoltaicos. Esta a decorrer uma parceria com um promotor energético nacional para a instalação de uma central piloto de 100 kW em território nacional.

A unidade sistemas de alimentação apresentou na Feira de Hannover 2004 um sistema de alimentação inovador baseado em pilhas de combustível (fuel cells). Com este sistema pretendemos alterar o mercado da energia para telecomunicações substituindo gradualmente os tradicionais sistemas em que a energia de backup é armazenada em baterias, por sistemas com pilhas de combustível, onde a fonte alternativa é o hidrogénio (H2). Desta forma, para além de consumir energia a partir de fonte renovável, estamos simultaneamente a eliminar a utilização de baterias, que do ponto de vista ecológico representam uma séria ameaça ao ambiente.

Tendo como principal alvo os segmentos metros ligeiros e ferrovias, a ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações efectuou a consolidação técnica da plataforma de *software* Inoss, que suporta a implementação de soluções integradas de apoio à exploração nas vertentes de transmissão, videovigilância e informação ao público (visual e sonora), alargando consideravelmente as funcionalidades disponibilizadas e o leque de equipamentos que podem ser operados a partir dessa plataforma

Na Microprocessador Sistemas Digitais deu-se uma evolução da gama de indicadores de destino, com desenvolvimento de módulos de LED's (light emitting diode) SMD (surface mounting device) bem como de nova consola de comando e de comunicação por fibra óptica entre consola e painéis.

4.3 — Qualidade, ambiente e segurança (QAS)

Em 2004, como resultado da nova organização estratégica QAS, realizaram-se os primeiros fóruns de Qualidade, Ambiente e Segurança, onde se lançaram diversos projectos de interesse inquestionável.

As actividades da qualidade visaram essencialmente o aperfeiçoamento do sistema de qualidade do Grupo, com vista à integração futura dos sistemas de qualidade das empresas de TLE e dos sistemas de ambiente

e segurança. Esse aperfeiçoamento tem contribuído para uma melhoria de desempenho nas auditorias de certificação.

As características inovadoras do projecto do sistema de qualidade do Grupo foram ainda objecto de um artigo publicado na edição de Junho da revista *Exame*.

A Efacec colaborou de igual modo em várias iniciativas da Associação Portuguesa para a Qualidade, nomeadamente na organização do seu 29.º Colóquio Nacional da Qualidade e na moderação de várias sessões de debate.

O ano de 2004 assistiu à primeira certificação do sistema de gestão ambiental numa empresa do Grupo. A Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., obteve a certificação, pela APCER de acordo com a norma NP EN ISO 14001. Mais duas empresas iniciaram a implementação do sistema de gestão ambiental, estando a sua certificação prevista para o ano de 2005. Com base nestas experiências, as restantes empresas do Grupo poderão avançar para as respectivas certificações.

Na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), o ano registou mais alguns acontecimentos de relevo. A Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., obteve, em simultâneo com a certificação ambiental, a primeira certificação no Grupo Efacec, segundo as OHSAS 18001:1999/NP 4397:2001. Durante o Outono de 2004, a Efacec — Robótica, S. A., seguiu-se-lhe com a obtenção da certificação no mesmo domínio.

Um dos resultados esperados é a minimização do risco das diversas actividades industriais e, como consequência, a redução dos potenciais acidentes de trabalho, o que só será verdadeiramente um sucesso com a obtenção de zero ocorrências. Por outro lado, prevê-se que em 2005 sejam implementadas diversas soluções organizativas, respeitadoras dos novos referenciais (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto—Código do Trabalho e Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho—Regulamentação do Código do Trabalho) e devidamente autorizadas pelo Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

No final do ano, a inscrição do Grupo Efacec no Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável foi um sinal visível da sua tradicional consciência social, e constituiu um primeiro passo para o desenvolvimento de novas actividades com vista a uma gestão mais equilibrada e excelente.

4.4 — Procurement

A Efacec deu continuidade em 2004, ao aprofundamento e consolidação do trabalho efectuado no âmbito do *procurement*, com ganhos de negociação alinhados com os objectivos traçados, e que representaram 3,8% cujo volume de compras (cerca de 6,2 milhões de euros).

O sucesso conseguido foi obtido graças a um trabalho assente em comités de compras multidisciplinares, por área de negócio, liderados por *focal-points* e com coordenação e consolidação dás sinergias ao nível do Grupo, tendo-se igualmente apostado no *e-procurement* global.

Pela importância que têm na rentabilidade do Grupo (representam cerca de 60% do volume de vendas), as compras/procurement passaram a ter uma gestão cada vez mais técnica, com competências específicas, transmitindo para o exterior um reforço evidente da capacidade negociai, com reflexos evidentes nos resultados conseguidos.

5 — Factos relevantes

Como acontecimento relevante será de realçar a aquisição da actividade de reparação da ABB (Perafita) realizada no último trimestre de 2004, permitindo à Efacec ampliar a sua actividade de prestação de serviços de manutenção, através de integração horizontal, por forma a tornar-se, a curto prazo, o operador de referência na área de manutenção (outsourcing) no mercado português.

Releva-se ainda a realização de mais uma etapa da consolidação do passivo financeiro, iniciada em finais de 2003, contribuindo para esse facto o empréstimo de médio e de longo prazos no montante de 27 milhões de euros, concedido à Efacec pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

Ao nível da composição dos órgãos sociais salientamos as seguintes alterações ocorridas em 2004:

O Grupo José de Mello, substituiu o administrador Eng. António Maria da Cunha Pereira Palha, que cessou funções enquanto administrador da sociedade, por razões de natureza domiciliária, tendo sido cooptado para essa vaga o Dr. Pedro Salinas de Moura;

No âmbito das competências do conselho de administração foi nomeado, por unanimidade, vice-presidente o administrador Dr. Alexandre de Magalhães, no conselho de administração de 29 de Setembro passado, que, pelas suas qualidades pessoais e profissionais, muito contribuirá para o prestígio e qualidade de desenvolvimento futuro da Efacec.

Conforme recomendação da CMVM, informa-se que o Grupo Efacec tem praticamente concluídos os trabalhos relativos à transição do normativo nacional para o normativo IFRS. Deste modo as contas relativas ao 1.º trimestre de 2005, e os respectivos comparativos, serão apresentados segundo este normativo dentro de um prazo que deverá ser semelhante ao verificado nos exercícios anteriores.

Estão quantificados os efeitos que a referida transição provocará no balanço da Efacec, à data da transição (1 de Janeiro de 2004).

De seguida apresenta-se a reconciliação dos capitais próprios (em milhares de euros):

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003 (nor-	
mativo POC)	59 014
Diminuição do imobilizado incorpóreo	_ 1 403
Aumento do imobilizado corpóreo	5 872
Reclassificação dos interesses minoritários	2 338
Diminuição das existências	_ 4 044
Diminuição de proveitos diferidos	5 242
Aumento de impostos diferidos activos	450
Aumento de impostos diferidos passivos	-2310
Reclassificação do badwill	203
Outros	_ 6
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003 (nor-	
mativo IFRS)	65 356

A diminuição do imobilizado incorpóreo resulta do facto de os respectivos conteúdos não satisfazerem os requisitos de reconhecimento conforme o IAS 38.

O aumento do imobilizado corpóreo decorre do registo ao justo valor de activos à data da transição. A reclassificação dos interesses minoritários e do *badwill* decorre da aplicação do IAS 27.

A diminuição das existências e dos proveitos diferidos resulta da aplicação do método da percentagem de acabamento na mensuração das obras plurianuais.

O aumento de impostos diferidos activos é uma consequência, essencialmente, do ajustamento no imobilizado incorpóreo.

O aumento dos impostos diferidos passivos tem origem, essencialmente, nos ajustamentos do imobilizado corpóreo e das obras plurianuais das filiais da área de negócio EEN.

Em termos de resultados de 2004 estima-se que os efeitos da aplicação do novo normativo impliquem uma diminuição dos resultados líquidos do exercício relativamente ao anterior normativo de cerca de 564 milhares de euros. A respectiva reconciliação apresenta-se como segue (em milhares de euros):

Resultados líquidos em 2004 (normativo POC)	10 074
Amortização do imobilizado incorpóreo	890
Reclassificação dos aumentos de imobilizado incorpó-	
reo de 2004	_ 299
Amortização do imobilizado corpóreo	_ 926
Ajustamento obras plurianuais	-1077
Ajustamentos IAS 39	848
Impacto fiscal dos ajustamentos acima referidos	
Outros	_ 155
Resultados líquidos em 2004 (normativo IFRS)	9 5 1 0

Os ajustamentos no imobilizado incorpóreo, imobilizado corpóreo e obras plurianuais são uma consequência dos ajustamentos efectuados na transição.

Os ajustamentos decorrentes da aplicação do IAS 39 resultam da valorização ao justo valor de dívidas a médio e longo prazo e de instrumentos financeiros derivados.

Em termos de capitais próprios à 31 de Dezembro de 2004 é a seguinte a reconciliação (em milhares de euros):

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 (nor-	
mativo POC)	64 898
Diferença na transição a 1 de Janeiro de 2004	6 342
Diferença nos resultados líquidos de 2004	-564
Reclassificação de interesses minoritários	_ 28
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 (nor-	
mativo IFRS)	70 648

Dado a demonstração dos fluxos de caixa ser apresentada utilizando o método directo não há ajustamentos significativos relativos à mudança do normativo.

6 — Governo das sociedades

Tendo presente os imperativos nos mercados internacionais mais exigentes, de rigor e transparência da estrutura, organização, controlo

e gestão das sociedades, apraz-nos registar o respeito pelo conjunto de regras e normas instituídas desde 1999 pela CMVM.

Assim, e dando acolhimento ao regulamento da CMVM n.º 7/2001 sobre o governo das sociedades cotadas com as alterações entretanto efectuadas, salientam-se a seguir elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário elaborado em obediência ao artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários adoptados pela Efacec Capital — SGPS, S. A., no respeito pelas recomendações apresentadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Ao longo deste relatório e contas, outras informações referentes a esta matéria complementam: aquelas aqui referidas.

CAPÍTULO 0

Declaração de cumprimento

A sociedade considera ter seguido fielmente os princípios inerentes às recomendações da CMVM, embora reconheça não ter ainda adoptado na sua plenitude a recomendação referente a uma eventual restrição do exercício activo do direito de voto em caso de haver imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a cinco dias úteis, dado considerar que necessita de um maior prazo (10 dias) para as respectivas comunicações de bloqueio das acções emitidas pelas entidades de depósito serem receptícias pela sociedade. Acresce que, no historial da sociedade, não há registo de algum accionista não ter podido participar na assembleia geral por incumprimento desse prazo de 10 dias.

CAPÍTULO I

Divulgação de informação

1 — Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos departamentos da sociedade no quadro de processo de decisão empresarial:

O Grupo evidencia uma organização centrada em áreas de negócio complementares, mas com acompanhamentos específicos de gestão.

Todas as empresas reportam funcional e hierarquicamente à sua área de negócio e ao administrador designado para o efeito.

A orientação global estratégica, coordenação e comunicação é assegurada pela estrutura central residente na holding do Grupo, cujos serviços comuns estão organizados numa base funcional.

As quatro áreas de negócio em que o Grupo se divide são:

EAS — Engenharia, Ambiente e Serviços; EEN — Energia (Indústria);

TLE — Telecomunicações, Logística e Electrónica;

INT — Área Internacional.

A organização de cada uma destas áreas de negócio é, como mencionado, no entender do conselho de administração, a que melhor responde ao modelo considerado em cada caso, em conformidade com as características e condições específicas de exercício da actividade, procurando manter um equilíbrio de exigências e prioridades comuns, de modo a obterem-se as sinergias necessárias à angariação de maior valor acrescentado na gestão de cada um dos negócios. Cada uma destas áreas tem autonomia de gestão, planeamento e controlo dos negócios e é responsabilizada por toda a condução do seu orçamento anual realizado e actualizado ao longo do ano.

Todas as decisões estratégicas com maior relevo para a área específica e ou com consequências para o Grupo, como um todo, são levadas à holding do Grupo para discussão alargada e deliberação ou ratificação.

2 — Lista das comissões específicas criadas na sociedade:

Desenvolvimento da cultura e metodologia de marketing; Projecto Efacec como empregador de referência e Gabinete de Inovação do Grupo;

Sistema de Qualidade do Grupo;

Unidade de Serviços Partilhados;

Unificação dos Sistemas de Aprovisionamentos.

3 — Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na

Para além da obrigatoriedade de todos os documentos importantes com relevância jurídica serem analisados pelos serviços jurídicos do Grupo, a sociedade tem em desenvolvimento um sistema de controlo de riscos que assenta no acompanhamento com que o conselho de administração da sociedade e, de uma forma mais alargada, das empresas que compõe o Grupo EFACEC, vê a gestão do risco em todas as suas vertentes e o acompanhamento rigoroso da actividade das várias sociedades que integram cada uma das unidades de negócio, a evolução das suas principais variáveis, as demonstrações financeiras mensais e as suas contas de exploração. Esta política e este rigor estão fortemente implementados no Grupo e todos os altos responsáveis pela gestão e quadros intermédios têm uma postura que é conducente à análise atempada e detalhada das situações potenciais geradoras de risco de negócio, financeiro, legal ou outro específico ou inerente à sociedade, actividade ou país.

Para isso o conselho de administração tem implementado no Grupo um sistema de gestão de risco e controlo interno, complementado por análises periódicas realizadas por entidades externas credíveis e vocacionadas para este tipo de postura, tendente minimização dos riscos associados aos negócios e à gestão.

O Grupo, para os riscos financeiro, operacional e económico, adopta ainda, acções específicas de controlo para minimizar as suas consequências.

As formas de cobertura de risco vão variando e evoluindo de ano para ano e de negócio para negócio, estando o Grupo permanentemente atento ao desenvolvimento de novas formas de gestão de oportunidades e de riscos. Nenhuma actividade económica está isenta de fiscos. Através de uma postura de gestão atenta e eficaz procura-se mitigar o risco associado ao negócio, pelo que em 2003 foi lançado um sistema de controlo do risco em contratos, que entrou em funcionamento em 1 de Janeiro de 2004.

O conselho de administração aprovou um Sistema Interno de Poderes de Gestão (SIPGES) que estabelece as regras de vinculação interna e externa a que estarão sujeitas qualquer decisão a tomar ou qualquer compromisso a assumir pela sociedade. O SIPGES subdivide-se em Regras de Vinculação Funcional (RVF) e Níveis Estatutários de Representação (NER). As RVF estipulam as matérias relativamente às quais e os montantes acima dos, quais terá de ser obtida, previamente a qualquer decisão a tomar, a aprovação do respectivo órgão ou hierarquia superior. Os NER definem a forma de vinculação externa pelos respectivos representantes legais (administradores e/ou procuradores) da sociedade, em função das matérias e montantes em causa.

4 — Evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta os factos relevantes para o efeito:

V. Capítulo 5 — Análise económico-financeira — a Efacec e o mercado de capitais.

5 — Política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade:

O conselho de administração da Efacec Capital - SGPS, S. A., sempre pautou a distribuição de dividendos por um contínuo e progressivo incentivo ao investimento no Grupo e nas suas competências. Em conformidade, foi submetendo à aprovação de assembleias gerais anteriores uma afectação à distribuição de dividendos que tivesse presente essencialmente: (i) a capacidade interna futura de geração de meios libertos; (ii) as perspectivas de investimento e necessidades de financiamento; e (iii) a estabilidade e o crescimento do payout ratio.

De acordo com os estatutos, os lucros líquidos apurados pelo balanço terão a seguinte aplicação: (i) 5%, pelo menos, para fundo de reserva legal, enquanto não estiver preenchido ou sempre que seja necessário reintegrá-lo e (ii) o saldo, para qualquer outra aplicação que seja votada pela assembleia geral por simples maioria.

A sociedade distribuiu em 2004 dividendos relativos ao exercício de 2003, retomando a tradição de remuneração dos seus accionistas.

6 — Planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa:

Neste exercício não foi adoptado qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

7 — Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro lado, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas:

Neste exercício não foram realizadas quaisquer operações entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas.

8 — Gabinete de apoio ao investidor ou a outro serviço similar:

A sociedade através do seu departamento de comunicação institucional e do seu representante para as relações com o Mercado de Valores Mobiliários encontra-se sempre disponível para esclarecer, dentro dos limites legais, o investidor.

9 — Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente:

A comissão de remunerações da sociedade é composta por três membros eleitos em assembleia geral:

- A 31 de Dezembro de 2004 eram membros da referida comissão António Burnay Teixeira, Dr. Fernando Aguiar-Branco e o Dr. Pedro Mendes. Nenhum dos referidos membros acumula qualquer outro cargo em qualquer outro órgão social.
- 10 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e discriminação percentagem respeitante a serviços:

No exercício de 2004, o montante total das remunerações pagas ao auditor externo foi de 381 milhares de euros, cuja discriminação percentual é a seguinte (em percentagem):

a) Serviços de revisão legal de contas	36,8
b) Outros serviços de garantia de fiabilidade	41,7
c) Serviços de consultoria fiscal	7,5
d) Outros serviços (implementação IFRS)	14,0

Todos os serviços referidos nas alíneas c) e d) foram prestados por colaboradores da PriceWaterhouse Coopers & Associados que não participaram em quaisquer dos trabalhos de auditoria realizados nas diversas empresas do Grupo Efacec.

CAPÍTULO II

Exercício de direito de voto e representação de accionistas

1 — Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, nomeadamente que afastem o exercício do direito de voto por correspondência:

Os estatutos da sociedade não contemplam qualquer regra que afaste ab initio o exercício do direito de voto por correspondência, sendo que em qualquer convocatória se definem as regras pana o respectivo exercício que se passam a transcrever:

É admitido o voto por correspondência, devendo as declarações de voto, que deverão ser dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e dar entrada na sociedade até às 17 horas do terceiro dia útil anterior ao da designado para a assembleia geral, estar encerradas em envelope laçado do qual constará o nome do accionista e a menção declarações de voto por correspondência para a assembleia geral da Efacec Capital — SGPS, S. A., a realizar no próximo dia ... de ... pelas ... horas. Cada declaração de voto deverá ser assinada pelo accionista, com reconhecimento notarial da sua assinatura, e encerrada em envelope separado e lacrado, com menção do nome do accionista e indicação do ponto da ordem do dia a que diz respeito.

Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia geral, desde que o representante seja uma das pessoas mencionadas no artigo 380.º do Código das Sociedades Comerciais, bastando para isso fazer-se acompanhar de uma carta assinada pelo accionista ou por quem o vincule legalmente, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

São colocados à disposição dos senhores accionistas, na sede social da sociedade, no prazo legal (15 dias antes da assembleia geral), os elementos de prestação de contas, as propostas feitas pelo conselho de administração e que serão submetidas à deliberação da assembleia geral, relatórios diversos que as devem acompanhar — os previstos na lei e eventualmente outros que se considere possam melhorar a apresentação da informação, os textos que conduzam a alterações societárias que estejam sujeitos à deliberação na assembleia.

A convocatória para a assembleia geral é divulgada antecipadamente nos meios de comunicação social e nos termos previstos na lei.

2 — Existência de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência:

A sociedade não acha relevante a definição de um modelo imutável para o exercício do direito de voto, pensando que o cumprimento das regras indicadas no ponto acima será suficiente para a segurança jurídica do voto por correspondência.

3 — Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos:

No presente estado da técnica, a sociedade preferiu, neste exercício, não utilizar meios informáticos para o voto, dado os mesmos ainda não garantirem, com a mesma eficácia do voto por correspondência, a segurança jurídica necessária para a confirmação da autenti-

cidade e veracidade do voto nem garantirem a integridade e confidencialidade do respectivo conteúdo.

4 — Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral:

Tem direito a voto o accionista, que 10 dias antes do designado para a realização da assembleia geral prove ser possuidor de, pelo menos, cem acções registadas, depositadas ou inscritas em seu nome, nos termos da lei.

5 — Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral:

V. ponto 1 deste Capítulo.

6 — Número de acções a que corresponde um voto:

A cada 100 acções corresponde um voto.

CAPÍTULO III

Regras societárias

1 — Códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou outros regulamentos internos:

Tem sido prática ao longo de todos estes anos o respeito e manutenção de um clima organizacional interno que suporte uma cultura e prática empresarial e societária que permita e induza a obediência peias boas práticas de gestão e de conduta, a ética e a respeito pelas regras acima referidas.

Acresce ainda que, através de algumas recomendações e regulamentações internas, o conselho de administração tem pautado a sua gestão por facilitar a comunicação entre as várias empresas e colaboradores, a instituição de um clima de transparência, lealdade e confidencialidade a todos os níveis da organização, a consciência da aplicação e o respeito pelas obrigações resultantes dos deveres de diligência e prevenção e a salvaguarda e prevenção da incorrecta utilização das oportunidades negociais e dos activos da sociedade.

Esta forma de condução dos negócios e da gestão na sociedade tem sido amplamente divulgada por todos os parceiros e colaboradores do Grupo.

Nesse sentido a Efacec implementou em 2004, um código de valores do Grupo.

2 — Procedimentos internos adoptados para o controlo do risco na actividade da sociedade:

V. ponto 3, Capítulo I desta Secção.

3 — Limites ao exercício dos direitos de voto, de direitos especiais de algum accionista e de acordos parassociais:

Em consequência da alteração de estatutos levada a cabo no exercício de 2003, foi suprimida a regra segundo a qual não seriam contados os votos emitidos em assembleia geral de accionistas por um só accionista, em nome próprio ou também como representante de outros, quando excedessem 10% do capital social.

Não existem consagrados nos estatutos da sociedade quaisquer restrições à transmissibilidade acções nem direitos especiais de algum accionista e desconhece-se a existência de acordos.

CAPÍTULO IV

Órgão de administração

1 — Caracterização do órgão de administração:

Tal como estabelecido estatutariamente a administração da sociedade é exercida por um conselho de administração composto por um presidente e dois a 14 administradores, eleitos em assembleia geral, cujos mandatos têm a duração de quatro anos. Dos sete administradores que presentemente compõem o conselho de administração, sendo embora todos independentes nos termos do regulamento n.º 7/2001, com a redacção dada pelo regulamento n.º 11/2003 ambos da CMVM, três não foram indicados em particular por accionistas de mais expressiva representação. O conselho de administração pode delegar a gestão corrente da sociedade numa comissão executiva, composta por um número ímpar de membros, obrigatoriamente inferior a metade do número de membros do conselho de administração, ou um ou mais administradores. Esta possibilidade foi exercida, existindo actualmente uma comissão executiva, composta por três administradores, um dos quais é igualmente o presidente do conselho de administração, sendo os restantes administradores executivos.

Ao conselho de administração, são conferidos pelos estatutos os mais amplos poderes, sem outras limitações e reservas que não sejam as legais, para superior orientação dos negócios da sociedade.

O conselho de administração reúne pelo menos, uma vez por trimestre, salvo os casos previstos na Lei ou necessidade correntes que o justifique.

As deliberações do conselho de administração constam de acta, assinada por todos os que nela participam, e são tomadas, pelo menos, por maioria dos votos dos membros presentes ou representados, cabendo ao presidente voto de qualidade.

A) A identidade de membros que compõem o órgão de administração a 31 de Dezembro de 2004 é a seguinte:

Presidente e administrador executivo: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto.

Vice-presidente: Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.

Vogais e administradores executivos:

Guilherme Ricca Gonçalves. Pedro Salinas de Moura.

Vogais:

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral. Daniel Bessa Fernandes Coelho.

Pedro Ferraz da Costa.

B) Funções dos administradores em outras sociedades:

António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

Efacec — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec Energia — Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S. A. presidente do conselho de administração;

Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec DT — Transformadores de Distribuição, S. A. — presidente

do conselho de administração; ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. — presi-

dente do conselho de administração; Efacec — Engenharia, S.A. — presidente do conselho de adminis-

tração; Éfacec — Motores Eléctricos, S. A. — presidente do conselho de

administração; Efacec -

 Ambiente, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — SGPS, S. A.;

Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec - SGPS, S. A.;

Efacec — Automação e Robótica, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec Capital — SGPS, S. A.; Efacec — Sistemas de Informação, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Serviços de Manutenção e Assistência, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — International Financing, SGPS, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec -SGPS, S. A.;

Efacec — Investimentos e Concessões, SGPS, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec - Capital, SGPS, S. A.;

GEMP — Empreendimentos Imobiliários, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — Capital, SGPS, S. A.;

Efacec — Investimentos e Concessões, SGPS, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec Singapore, Ltd. — gerente;

Sesco Efacec SDN BHD — administrador;

Efacec Singapore, Ltd. — gerente;

Quinta do Pinto — Sociedade Comercial Agrícola, S. A. — presidente do conselho de administração.

Guilherme Ricca Gonçalves exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

Efacec — Bombas Hidráulicas e Ventiladores S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec Energia — Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S. A. administrador e vice-presidente;

Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec DT — Transformadores de Distribuição, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. — administrador e vice--presidente.

Pedro Salinas de Moura exerce cargos sociais nas seguintes socie-

Efacec — Sistemas de Informação, S. A. — administrador;

ECO-OIL — Tratamentos de Águas Contaminadas, S. A. — administrador;

Nutriquim — Produtos Químicos, S. A. — administrador;

Quimitécnica Ambiente — Tratamento de Resíduos e Efluentes, S. A. — administrador;

Salinas de Moura — Consultores Associados, L.da — sócio gerente.

Daniel Bessa Fernandes Coelho exerce cargos sociais nas seguintes:

Finibanco — S. A. — administrador;

Finibanco Holding, S. A. — administrador;

Celulose Beira Industrial (Celbi), S. A. — administrador;

Império Pneus — SGPS — administrador;

SPGM — Sociedade de Investimentos — presidente do conselho fis-

Figueira Paraindústria — presidente do conselho fiscal;

Hospital de São João, no Porto — presidente do conselho geral.

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

EDP — Electricidade de Portugal, S. A. — administrador;

ONI — SGPS, S. A. — administrador;

Efacec Capital — SGPS, S. A. — administrador;

José de Mello Imobiliária — SGPS, S. A. — administrador; Imopólis — SGFII, S. A. — administrador;

José de Mello — Participações II, SGPS, S. A. — administrador;

Soinper — S. A. — administrador;~ José de Mello — Serviços, L.da — gerente.

2 — Comissão executiva ou de outras comissões com competência em matéria de gestão:

O conselho de administração deliberou conceder aos membros da comissão executiva poderes de gestão e administração corrente de todos os negócios da sociedade e de efectuar todas as operações e actos relativos ao seu objecto social, incluindo, no respeito pelos limites de poderes que lhe são conferidos, o exercício e a promoção do exercício dos direitos da sociedade nas sociedades em que participe e também o direito de dar, à administração destas, instruções vinculantes, nos termos da lei. O conselho de administração deliberou ainda excepcionar da delegação de poderes que confere aos membros da comissão executiva as matérias adiante especificadamente enumeradas além daquelas que, legalmente, não são susceptíveis de serem decididas a não se» pelo conselho de administração, todas as quais se manterão exclusivamente na esfera de decisão do conselho de administração, sendo obrigação da comissão executiva a de ás submeter à apreciação deste conselho: aprovação do plano de desenvolvimento estratégico consolidado do Grupo; aprovação do orçamento anual consolidado do Grupo; aprovação de alianças e parcerias estratégicas do Grupo com terceiros; aprovação de investimentos iguais ou superiores a 1% do valor das vendas do ano anterior (incluídos no orçamento); aprovação de investimentos extraordinários, i.e. não incluídos no orçamento, iguais ou superiores a 500 000 euros; aprovação de operações de financiamento a médio/longo prazo superiores a 10 milhões de euros; aprovação de modificações importantes no modelo de organização do Grupo; aprovação da política global de remunerações e benefícios dos recursos humanos do Grupo; aprovação da celebração de contratos de valores superiores a 25 milhões de euros; aquisição/venda, permuta ou qualquer forma de alienação de bens e direitos imobiliários; arrendamento de quaisquer prédios e trespasse de qualquer estabelecimento ou escritórios; constituição de penhor ou hipoteca ou outra qualquer forma de oneração de quaisquer bens da sociedade ou prestação de garantias especiais para pagamento de dívidas da sociedade ou dás suas participadas; compra ou venda de títulos de outras sociedades e subscrição de participações noutras sociedades.

No que se refere ao modo de funcionamento, o conselho de administração deliberou que a comissão executiva funcionará do modo a seguir descrito: A comissão executiva reunirá semanalmente, sendo lavrada acta de cada reunião. Cada administrador executivo, membro da comissão executiva, terá genericamente a seu cargo a gestão corrente de cada uma das convencionais áreas de actividade, a saber: comercial, técnica, e financeira. Em particular António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto terá a seu cargo as áreas comercial e operacional e terá, uma maior responsabilidade e autonomia na orientação das funções de suporte do Grupo, nomeadamente, no planeamento estratégico e controlo de gestão, nos recursos humanos, e na comunicação institucional e comercial Guilherme Ricca Gonçalves acompanhará em especial os aspectos tecnológicos do Grupo e os serviços funcionais relacionados com a qualidade, ambiente e segurança Pedro Salinas de Moura terá a responsabilidade das áreas administrativas e financeiras transversais e as áreas funcionais relacionadas com as tecnologias de informação, as compras, os serviços jurídicos, seguros, gestão de risco, serviços gerais e a inovação António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto enquanto presidente da comissão executiva, caberá ainda a direcção e supervisão da gestão da todas as áreas de actividade do Grupo, nomeadamente as atrás mencionadas, devendo, em consequência, participar na decisão final em matérias importantes de cada uma.

O conselho de administração, deliberou conceder ao abrigo do disposto no artigo 13.º, n.º 2 dos estatutos, aos administradores executivos, membros da comissão executiva, poderes de vinculação da sociedade, em execução e no âmbito da delegação de poderes de gestão acima especificada.

A comissão executiva tem o apoio de uma intitulada comissão directiva que reúne no seu seio os administradores-delegados gestores de cada área de negócios do Grupo.

3 — Modo de funcionamento do órgão de administração:

Ver descrição nos pontos acima.

a) Delimitação de competências entre o presidente do órgão de administração e o presidente da comissão executiva, caso exista:

Não aplicável no exercício em questão.

b) Lista de matérias vedadas à comissão executiva, se existente:

Ver descrição nos pontos acima.

c) Informação aos membros do órgão de administração relativamente às matérias tratadas e decisões tomadas pela comissão executiva, caso exista:

Ao longo de ano a comissão executiva vai informando o conselho de administração através de reuniões periódicas convocadas para o efeito, sendo as mesmas antecipadas do envio de informação preparada sobre os temas a discutir.

d) Lista de incompatibilidades definida internamente pelo órgão de administração e número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, caso existam:

Não aplicável no exercício em questão.

 e) Número de reuniões do órgão de administração durante o exercício em causa:

O conselho de administração da sociedade efectuou nove reuniões no exercício de 2004.

4 — Política de remuneração:

Compete à comissão de remunerações da sociedade a atribuição das remunerações dos órgãos sociais, em função do cumprimento anual de determinados objectivos.

5 — Indicação da remuneração, individual ou colectiva:

As remunerações auferidas durante o exercício de 2004 pelos membros do conselho de administração foram de 447 milhares de euros correspondentes a remunerações fixas, 218 milhares de euros a remunerações variáveis e 179 milhares de euros a seguros.

7 — Informação ao investidor

Sociedade cotada na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto: Efacec Capital — SGPS, S. A.

Representante para as relações com o Mercado de Valores Mobiliários:

Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira;

Tel.: 229562575; Fax: 229562885;

E-mail: melisa@ca.EFACEC.pt.

Divulgação de informação:

O Grupo Efacec promove a divulgação da informação financeira trimestral, semestral e anual, bem como outras informações eventualmente relevantes para investidores e público em geral, através da *internet* (www.efacec.pt).

8 — Perspectivas

As sólidas bases que a Efacec hoje possui para continuar o seu desenvolvimento de uma forma sustentada, e que se consubstanciam em três exercícios em crescendo, justificam os seus objectivos principais de duplicação da *performance* económico-financeira e da dimensão do Grupo (nos próximos cinco anos e, a 10 anos replicar noutros continentes as actividades que hoje desenvolve em Portugal, à medida que esses mercados o justifiquem.

Como referido, tais objectivos serão atingidos através de uma reorganização que visa:

- a) A focagem agregada nos mercados de energia, transportes e sistemas:
- b) Dinamizando a internacionalização à medida que os mercados domésticos estejam consolidados;
- c) Cada vez mais um posicionamento sistemista integrador para satisfazer as necessidades actuais do mercado.

Corroborando tais objectivos, o exercício de planeamento efectuado internamente pela Efacec bem como a realização de um estudo desenvolvido em 2004, por parte de um consultor externo, com vista à validação e enriquecimento das principais conclusões avançadas pelo Grupo, e cujos objectivos foram os de lançar uma estratégia de desenvolvimento sustentadamente rentável para a Efacec e aumentar a sua eficiência, demonstram que a Efacec possui factores chave de sucesso que lhe permitem encarar o futuro com optimismo, e dos quais se destacam: prazo de entrega, qualidade, fiabilidade, reputação, acesso ao cliente, assistência e custo.

Do mesmo modo, e porque a Efacec acredita que as principais fontes geradoras da sua riqueza se encontram no mercado, na tecnologia que possui ter que continuadamente desenvolve, na sua organização e, em particular, nas suas equipas e pessoas, dará continuidade, em 2005, às actividades operacionais que lhe permitam avançar para uma fase de implementação/mudança, alterando a organização por forma a adaptá-la aos grandes eixos estratégicos desejados e das quais se destacam:

Continuar a desenvolver e a aprofundar o processo de internacionalização do Grupo:

Desenvolver uma base para alianças e parcerias comerciais e tecnológicas, nomeadamente nos negócios em que a Efacec necessita de complementaridades para enfrentar um mercado cada vez mais consolidado e globalizado:

Continuar o processo de desenvolvimento e formação de alto nível dos seus quadros em gestão e *marketing*, permitindo uma abordagem comercial mais tecnocrata, uma maior criatividade/inovação nos processos e métodos industriais, e um maior rigor/rentabilidade na utilização dos recursos;

Criar continuadamente condições de desenvolvimento e sedimentação da inovação como competência chave da organização em I & D e para o desenvolvimento e diferenciação tecnológica;

Capitalizar na competência técnica e brio dos colaboradores da Efacec (*empowerment*);

Preparar e desenvolver novos líderes, que alavanquern o desenvolvimento contínuo das equipas e antecipem e encarem os processos de mudança organizacional, como a mais importante fonte de vantagem competitiva sustentada;

Aprofundar o desenvolvimento de uma cultura de Grupo Sinergética, ultrapassando a postura de conglomerado;

Enfatizar o rigor e controlo financeiro e o sentido económico; Aprofundar a filosofia participativa quanto à partilha de criação de valor:

Desenvolver em contínuo a responsabilidade corporativa e social do Grupo e dos seus colaboradores, nomeadamente pela intervenção social e pela melhoria contínua do sistemas e processos de qualidade, ambiente e segurança.

9 — Agradecimentos

As realizações da Efacec são feitas a pensar nos seus clientes, fornecedores, banqueiros e accionistas a quem agradecemos uma vez mais a confiança que depositam nas capacidades e potencialidades da Efacec, demonstrada pela importância e complexidade das missões e realizações que nos são confiadas.

Os nossos agradecimentos são igualmente dirigidos às entidades públicas estatais e locais, pela forma somo acompanharam e incentivaram a Efacec.

Aos nossos colaboradores, parceiros especiais no engrandecimento da nossa empresa, dirigimos um especial agradecimento e um forte louvor pelo elevado empenho, dedicação esforço e competência, uma vez mais demonstradas em 2004, principais factores para o elevado nível de êxito do desempenho do Grupo e para a construção sustentada do seu futuro.

À mesa da assembleia geral e ao fiscal único, por toda a aplicação e competência de que uma ver mais deram prova no desempenho das respectivas funções, queremos igualmente deixar expressos a nossa apreciação e agradecimentos.

10 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que os resultados líquidos positivos do exercício da Efacec Capital — SGPS, S. A., no montante de 10 074 339,88 euros, tenham a seguinte aplicação:

Reserva legal	503 800,00
Resultados transitados	139 457,86
Lucros não atribuídos	
Dividendos	4 565 914,69

Com o objectivo de distribuir 50% do resultado líquido aos accionistas, o conselho de administração propõe ainda distribuir reservas livres, no montante de 486 020,89, o que em termos totais perfaz 5 051 935.58 euros.

22 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.

Anexo ao relatório do conselho de administração

No cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais os membros do conselho de administração comunicaram os movimentos abaixo discriminados e as quantidades detidas (tendo em conta a operação de redução do capital social já referida) em 31 de Dezembro de 2004, quanto a títulos da sociedade:

Guilherme Ricca Gonçalves, detinha no final do ano, 2 500 000 acções, tendo adquirido durante o exercício 580 000 acções por 821 750 euros.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do regulamento n.º 11/2000 da CMVM, informamos que, à data de 31 de Dezembro de 2004, as sociedades:

José de Mello — SGPS, S. A., conjuntamente com a sua participada Tecnocapital — SGPS, S. A. (ex-SPPO) detinha 10 576 893 acções, representado 25,40% da capital social, correspondente 25,96% dos direitos de voto, sendo 6 475 671 acções da José de Mello — SGPS, S. A., e 4 101 222 acções da Tecnocapital — SGPS, S. A.;

Têxtil Manuel Gonçalves, S. A., através das suas associadas, Têxtil Manuel Gonçalves — SGPS, S. A., e SPE — Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A., detinha 10 577 514 acções, representando 25,40% do capital social, correspondente a 25,96% dos direitos de voto, sendo 10 167 951 acções da Têxtil Manuel Gonçalves — SGPS, S. A., e 409 563 acções da SPE — Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.;

EDP Participações — SGPS, S. A., detinha 2 125 821 acções, representando 5,11% do capital social, correspondente a 5,22% dos direitos de voto;

Fundação Ernesto Lourenço Estrada, Filhos, detinha 3 356 212 acções, representando 8,06% do capital social, correspondente a 8,24% dos direitos de voto.

22 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.

Balanços consolidados para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

					(Em euros)
			2004		2003
_	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27 27 27 27 27 10	5 915 214 2 4468 963 1 016 979 129 281 1 802 679 33 333 116	5 623 630 22 107 925 707 878 - 989 515 29 428 947	291 584 2 361 038 309 100 129 281 813 165 3 904 168	143 393 4 365 844 389 076 301 269 685 440 5 885 022
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Outras imobilizações corpóreas Imobilizações em curso	27 27 27 27 27 27 27 27 27 27	17 306 871 54 434 839 44 709 786 7 760 380 4 695 318 17 586 920 38 134 2 593 400	37 845 765 35 220 369 6 402 899 4 159 089 14 034 667 24 726	17 306 871 16 589 074 9 489 417 1 357 481 536 229 3 552 253 13 408 2 593 400	17 327 571 17 960 967 11 458 854 1 263 623 450 218 4 599 351
Investiga entre Gran esinos.	41 e 42	149 125 648	97 687 516	51 438 132	53 789 656
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo Empréstimos a empresas do grupo	2 e 27 27	6 039 091 -	5 985 575 -	53 517 -	74 452 1 397 917

					(Em euros
			2004		2003
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Partes de capital em empresas associadas Empréstimos a empresas associadas Partes de capital em outras empresas participadas	3, 18 e 27 27 6 e 27	6 808 712 580 448 1 604 070	2 259 554 - 4 933	4 549 158 580 448 1 499 137	4 283 574 472 448 1 496 184
Empréstimos a outras empresas participadas Títulos e outras aplicações financeiras Imobilizações em curso	27 27	645 837 201 370 —	- - -	645 837 201 370 	627 488 693 885
Realizável a médio e a longo prazos:		15 779 530	8 250 062	7 529 467	9 050 949
Outros devedores	50	2 809 261	2 100 000	709 261 	3 247 907
		2 809 261	2 100 000	709 261	3 247 907
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	37	11 120 787 14 807 434 2 955 573 891 901	95 625 - 34 916 60 776	11 025 162 14 807 434 2 920 657 831 125	8 741 843 22 392 497 2 562 384 522 994
		29 775 695	191 317	29 584 378	34 219 718
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, c/c	6 022 104	129 187 969 356 864 4 721 395 164 832 42 645	1 294 456 - 4 185 386 - - -	127 893 513 356 864 536 009 164 832 42 645	107 204 982 940 705 171 082 (-) 436 400
Empresas associadas Empresas participadas Outros accionistas Adiantamentos a fornecedores	6 033 104	4 668 748 260 346 17 977 443 383	1 364 356 - - -	970 860 260 346 17 977 443 383	195 002 19 446 1 367 288
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado Estado e outros entes públicos Outros devedores	52 51	1 291 746 096 6 467 947	- - 761 399	1 291 746 096 5 706 548	1 291 934 505 4 884 486
		148 443 849	10 909 989	137 533 860	117 126 056
Γítulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		290 673		290 673	122 847
Danásitas banaários a saiva		290 673		290 673	122 847
Depósitos bancários e caixa: Depósitos bancários		4 567 329		4 567 329	2 675 869
Caixa		329 036		329 036	227 675
Acréscimos e diferimentos:		4 896 365		4 896 365	2 903 544
Acréscimos de proveitos	53	26 420 753		26 420 753	11 678 637
Custos diferidos	53 38	679 581 6 091 832		679 581 6 091 832	271 649 8 396 302
		33 192 166		33 192 166	20 346 588
Total de amortizações			127 116 463		
Total de provisões	46		21 451 369		
Total do activo		417 646 303	148 567 832	269 078 471	246 692 286
CAPITAL PRÓPRIO), INTERESSE	S MINORITÁRIO	OS E PASSIVO		
			Notas	2004	2003
Capital próprio:					
CapitalAcções próprias — valor nominal			55 e 57 57	41 641 416 (900 000)	41 641 416 (900 000

(Em	eur	os
-----	-----	----

			(Em euros)
_	Notas	2004	2003
Acções próprias — descontos e prémios	57	(1 094 719)	(1 094 719)
Prémios de emissão de acções	10	-	125 254
Diferenças de consolidação	10 57	3 080 052	3 080 052 (5 739 118)
Ajustamentos de partes de capital em filiais associadas	42 e 57	(6 371 414) 13 195 835	15 899 429
Reservas:	42 0 37	13 173 633	13 (7) 42)
Reservas legais	57	3 110 266	2 696 573
Outras reservas	57	2 162 818	_
Resultados transitados	57	(-)	(4 968 431)
Subtotal		54 824 254	50 740 455
Resultado líquido do exercício		10 074 340	8 273 856
Dividendos antecipados			
Total do capital próprio		64 898 594	59 014 311
Interesses minoritários	59	2 517 502	2 338 467
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para pensões	46	651 813	319 575
Provisões para participações financeiras	46 46	680 103 6 044720	260 873 5234 477
		7 376 636	5 814 925
Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:			
<u> </u>	E 1		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	54 54	37 500 118	14 630 043
Outros accionistas	54	414 121	420 121
Outros credores		73 162	132 398
		37 987 401	15182 562
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis	54	_	_
Empréstimos por obrigações não convertíveis	54	_	15 000 000
Empréstimos por títulos de participação	54	- 19 469 329	- 33 659 445
Dívidas a instituições de crédito	34	50 712	33 039 443
Fornecedores, c/c		48 481 152	36 700 339
Fornecedores — facturas em recepção e conferência		5 919 100	13 217 102
Fornecedores — títulos a pagar		2 517	_
Empresas do grupo		1 075 032	208 285
Empresas associadas		370	268
Empresas participadas Outros accionistas		2 133 12 198	1 833 95 798
Adiantamentos de clientes		3 282 571	3 663 269
Outros empréstimos obtidos		-	39 543
Fornecedores de imobilizado, c/c		597 210	928 503
Estado e outros entes públicos	52	9 289 397	5 430 089
Outros credores		1 849 247	1 312 151
Credores por subscrição		233 880	
		90 264 847	110 256 626
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	53	12 377 192	11 925 702
Proveitos diferidos	53	49 779 143	38 598 825
Impostos diferidos passivos		3 877 156	3 560 868
Total do passivo		201 662 375	54 085 395
Total do passivo		201 662 375	185 339 509
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		269 078 471	246 692 286

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

(Em euros)

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

CUSTOS E PERDAS

_	Notas	20	004	200	03
Custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas:					
Mercadorias		2 699 328 116 572 319	119 271 647	2 914 083 118 691 987	121 606 070
Fornecimentos e serviços externos	56		74 531 432		70 862 474
Remunerações Encargos com pensões		46 869 740 -		43 927 985	
Encargos sociais		13 537 123	60 406 863	12 692 204	56 620 189
Amortizações do imobilizado corpóreo incorpóreo	27	9 343 214 776 502	10 119 716	11 646 860 2 072 183	13 719 043
Impostos Outros custos e perdas operacionais		297 426 1 252 941	1 550 367	388 121 1 026 002	1 414 123
(A)	44	100 375	265 880 026	218 004	264 221 904
Outros	44	4 947 289	5 047 665	9 618 505	9 836 509
(C) Custos e perdas extraordinárias	45		270 927 691 4 342 216		274 058 413 4 526 478
(E) Imposto sobre o rendimento do exercício	52		275 269 906 3 366 134		278 584 891 1 460 106
(G) Interesses minoritários Resultado consolidado líquido do exercício	59		278 636 040 136 897 10 074 340		280 044 998 70 056 8 273 856
•			288 847 277		288 388 910
Vendas:					
Mercadorias	36	2 940 392 247 121 096		3 207 591 242 176 665	
Prestações de serviços	36	37 573 366	287 634 854	26 619 875	272 004 131
Variação da produção Trabalhos para a própria empresa Proveitos suplementares			(7 048 486)		2/2 00 . 101
		754 811	609 649	1 071 567	964 451 985 037
		754 811 12 435 979 735	609 649 1 746 980	1 071 567 6 580 688 446	964 451
Outros proveitos e ganhos operacionais		12 435		6 580	964 451 985 037
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435	1 746 980	6 580	964 451 985 037 1 766 594
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435 979 735	1 746 980	6 580 688 446	964 451 985 037 1 766 594
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435 979 735	1 746 980	6 580 688 446	964 451 985 037 1 766 594
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435 979 735 400 042	1 746 980	6 580 688 446 266 980	964 451 985 037 1 766 594
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435 979 735 400 042	1 746 980	6 580 688 446 266 980	964 451 985 037 1 766 594
Ganhos de participações de capital: Relativos a em presas associadas		12 435 979 735 400 042 1 819	1 746 980 282 942 997 2 633 877 285 576 874 3 270 403	6 580 688 446 266 980 235	964 451 985 037 1 766 594 275 720 213 4 720 046 280 440 259 7 948 651
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435 979 735 400 042 1 819	1 746 980 282 942 997 2 633 877 285 576 874	6 580 688 446 266 980 235	964 451 985 037 1 766 594 275 720 213 4 720 046 280 440 259
Outros proveitos e ganhos operacionais	44	12 435 979 735 400 042 1 819	1 746 980 282 942 997 2 633 877 285 576 874 3 270 403	6 580 688 446 266 980 235	964 451 985 037 1 766 594 275 720 213 4 720 046 280 440 259 7 948 651

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Resultados correntes: (D) – (C)		14 649 183 13 577 370	6 381 845 9 804 018
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exer- cício: (F)–(G)		10 211 237	8 343 912

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

_	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	294 610 490 182 919 504 48 972 405	286 139 016 180 048 029 48 612 169
Fluxo gerado pelas operações	62 718 581	57 478 818
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(665 467) (47 166 125)	(475 765) (48 603 705)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	14 886 989	8 399 347
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	65 411 163 457	2 307 755
Fluxos das actividades operacionais (1)	14 788 943	6 091 592
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	60 000 324 878	4 321 443 49 819
Subsídios de investimento Juros e proveitos similares Dividendos	674 135 399 932 52 000	437 831 276 616 56 100
	1 510 944	5 141 810
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	304 639 2 581 502 214 970	1 515 147 2 457 340 115 967
	3 101 111	4 088 454
Fluxos das actividades de investimento (2)	(1 590 167)	1 053 356
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos de médio e de longo prazos	27 000 000 25 823 684 -	15 242 244 11 977 715 -
Venda de acções próprias		
	52 823 684	2 219 959
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos de médio e longo prazo Empréstimos obtidos/concedidos de curto prazo Amortizações de contratos de locação financeira Juros e custos similares Dividendos Reduções de capital e prestações suplementares Aquisição de acções próprias	15 185 684 42 209 636 148 209 3 102 631 3 305 217	15 116 710 14 963 228 107 585 3 719 787 4 098
	63 951 376	33 911 407
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(11 127 692)	(6 691 448)

		(Em euros)
	2004	2003
Variação de caixa e seus equivalentes	2 071 085 14 451 104 014 3 026 391 5 187 038	453 500 107 376 625 552 2 054 715 3 026 391

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

1.1) Principais movimentos ocorridos nas participações financeiras e respectivo fluxo de caixa:

Sociedade	Valor de aquisição	Valor de alienação	Valor pago	Valor recebido
Normed — Med. Técn. de Seguros Industriais, S. A. (a)	_	_	_	60 000
LEEEC — Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co	200 000	_	50 000	_
S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos (inst. fixas), S. A	120 000	_	36 120	_
Águas da Figueira, S. A. (b)	_	_	72 000	_

⁽a) Participação alienada em 2003 por 210 000 euros.

1.2) Valores de caixa e equivalentes à caixa no início do período das filiais adquiridas e das novas entradas:

Sociedade	Numerário	Depósitos à ordem	Outras aplica- ções de tesou- raria	Total
Sermetro	1 000	66 817 36 197	- -	67 817 36 197
Total	1 000	103 014	_	104 014

Nota. — Estes valores foram relevados na demonstração dós fluxos de caixa na rubrica de efeito de variação do perímetro.

2) Reconciliação dos valores de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2004	2003	
Caixa:			
Numerário Depósitos à ordem	329 036 4 567 329	227 675 2 675 869	
	4 896 365	2 903 544	
Equivalentes de caixa:			
Outros depósitos bancários	_	_	

Descrição	2004	2003
Títulos negociáveis Outras aplicações'de tesouraria	- 290 673	- 122 847
	290 673	122 847
Caixa e seus equivalentes	5 187 038	3 026 391

3) Outras informações:

O montante de créditos bancários concedidos mas não utilizados é de cerca de 38,1 milhões de euros.

A rubrica de recebimentos provenientes de empréstimos obtidos de médio e longo prazo refere-se ao empréstimo recebido do Banco Europeu do Investimento no montante de 27 milhões de euros.

A rubrica de pagamentos provenientes de empréstimos obtidos de médio e de longo prazos refere-se ao pagamento de do empréstimo obrigacionista Efacec 1999, no montante de 15 milhões de euros.

A rubrica de pagamentos provenientes de empréstimos obtidos de curto prazo inclui o pagamento do programa de papel comercial no montante de 7,6 milhões de euros.

Nota. — A omissão dos números de ordem seguintes significa ausência de matéria a declarar.

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

Demonstração consolidada dos resultados por funções para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

_	Notas	2004	2003
Vendas e prestação de serviços	62	287 634 854 (234 512 260)	272 004 131 (230 644 461)
Resultados brutos		53 122 594	41 359 670
Outros proveitos e ganhos operacionais Custos de distribuição Custos administrativos Outros custos e perdas operacionais		1 956 512 (18 862 997) (14 975 198) (3 208 513)	5 773 322 (17 766 371) (9 928 703) (4 445 898)
Resultados operacionais		18 032 397	14 992 020

⁽b) Refere-se a prestações acessórias

(Em euros)

_	Notas	2004	2003
Custo líquido de financiamento		(2 713 455) 299 667	(5 165 440) 48 976
Ganhos (perdas) em outros investimentos Resultados não usuais ou não frequentes		239 883 (2 281 122)	418 219 (629 869)
Resultados correntes		13 577 370	9 663 906
Impostos sobre os resultados correntes		(3 366 134)	(1 460 106)
Resultados correntes após impostos		10 211 237	8 203 800
Resultados extraordinários		- - 136 897	- (70 056)
Resultados líquidos excluindo interesses minoritários		10 074 340	8 273 856
Resultados por acção		0,25	0,20

No exercício de 2004, foi efectuada uma reclassificação dos centros auxiliares administrativos de outros custos operacionais para custos administrativos, pelo que estas rubricas não são comparáveis com o exercício de 2003.

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Os valores monetários estão expressos em euros)

Introdução e descrição do negócio:

As actividades das empresas do Grupo Efacec compreendem uma extensa gama de produtos e serviços de elevado nível tecnológico. Esta diversidade, com competências aos níveis produtivos e de engenharia, possibilitam a oferta de soluções técnicas a um leque muito variado de sectores de actividade tanto tio mercado interno como no externo, onde é dirigida uma fatia importante dos nossos produtos e do suporte de apoio a ferramentas de controlo operacional e de gestão, pensadas e elaboradas de acordo com as mais sofisticadas exigências do consumidor. A variedade de serviços e produtos incluem equipamentos diversos destinados ao apoio na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica; sistemas de comando e controle, tracção eléctrica, electrónica industrial, telecomunicações, automatização e robótica e projectos de engenharia visando complexos industriais, transportes e manutenção industrial.

O Grupo insere-se num mercado altamente competitivo, sendo necessário estar preparado e atento as constantes evoluções e mutações das preferências dos clientes e das novas tecnologias. Atento a isto, o Grupo tem vindo a adaptar a sua estrutura tendo em vista a melhor resposta. Depois de nos últimos anos ter apostado na internacionalização e na diversificação das suas actividades, que culminaram com a criação de sucursais, filiais e agentes espalhados por mais de 30 países, desde o ano de 2000 o posicionamento tem sido o de analisar e avaliar as estratégias desenvolvidas, apostar nas áreas de maior valor acrescentado e dotar as estruturas do grupo de competências adequadas para os novos desafios, inerentes ao mercado e às organizações.

No ano de 2000 foram tomadas algumas decisões de reestruturação pelo conselho de administração, que culminaram na realização, de pro-

visões significativas nas contas das várias empresas do Grupo. Nomeadamente, foram constituídas provisões para a participação detida ainda no final de 2000 na Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., as quais se mantêm ainda nas rubricas de provisões.

Durante os anos de 2001 a 2003, deu-se continuidade ao plano de reorganização e reestruturação interna, culminando com a redefinição de algumas estruturas orgânicas do grupo. No último trimestre de 2001, ao nível dós investimentos e das participações, foi tomada uma: decisão importante que culminará na desactivação e desinvestimento na unidade de produção mantida no Oriente — Macau desde 1993 e que, estrategicamente não se mostrava viável, atendendo a outros investimentos no grupo na mesma zona do mundo mais competitivos. A decisão teve por consequência a eliminação completa da até então empresa do Grupo — Efacec Oriente, L.da, que saiu do perímetro de consolidação em Setembro de 2001, ficando apenas registada como parte de capital em empresa do Grupo. Dada a improbabilidade de se receber qualquer tipo de benefício desta participada, foi registada no exercício de 2001 uma provisão de 100% para o efeito, a qual se mantém no final deste semestre.

As acções da Efacec Capital encontram-se cotadas no mercado oficial da Euronext Lisbon.

As notas seguintes estão organizadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade, para a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os números das notas não indicados neste Anexo significam que as mesmas não se aplicam ou a sua apresentação não é relevante para a leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

 I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas incluídas na consolidação, as suas sedes sociais e a fracção de capital detido pela Efacec Capital, directa ou indirectamente, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Fracção de capital detido (percen- (tagem)
Efacec Capital — SGPS, S. A.	Matosinhos	Empresa-mãe
Efacec — SGPS, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Energia — Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S. A	Matosinhos	100,00
Efacec Engenharia, S. A.	Oeiras	100,00
Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec DT — Transformadores de Distribuição de Energia, S. A	Matosinhos	100,00

Denominação social	Sede	Fracção de capital detido (percen- (tagem)
Efacec Motores Eléctricos, S. A. (a)	Ovar	100,00
Efacec Ambiente, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Sistemas de Electrónica, S. A. (h)	Maia	96,89
Efacec Automação e Robótica S. A.	Maia	100,00
Efacec Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Sistemas de Informação, S. A.	Matosinhos	100,00
Moldiamleva — Sociedade Instaladora de Elevadores, L.da	Oeiras	100,00
Microprocessador — Sistemas Digitais, S. A.	Maia	54,30
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (b) e (h)	Maia	99,03
Efacec International Financing — SGPS, S. A. (c)	Matosinhos	55,00
Efacec Investimentos e Concessões — SGPS, S. A. (d)	Oeiras	75,00
GEMP — Empreendimentos Imobiliários, S. A. (e)	Matosinhos	100,00
SVEP — Segurança e Vigilância Electrónica de Pessoas, L.da	Oeiras	92,00
Efacec do Brasil, L. da	São Paulo (Brasil)	100,00
Efacec Angola, L. da	Luanda (Angola)	100,00
Efacec — Sistemas do Brasil, L.da	Salvador da Baía (Brasil)	99,00
Efacec — Sistemas Venezuela, C. A.	Caracas (Venezuela)	65,00
Efacec Malaysia, SDN BHD (f)	Kuching (Malásia)	61,00
Efacec Florida	Miami (Florida)	100,00
Bauen, S. A. (g)	Córdoba (Argentina)	53,33
Efacec — Marketing Internacional, S. A. (h)	Maia	100,00
TECH M5 Capital — SGPS, S. A. (h)	Maia	100,00
TECH M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A. (h)	Maia	100,00
TECH M5 — Comunicações Celulares, L. da (h)	Maia	74,00
MAP — Consultoria e Gestão, L.da (h)	Maia	100,00

(a) A partir de 1999, após a alienação da actividade de produção e comercialização de motores eléctricos, esta empresa passou a concentrar a sua actividade na reparação de motores e transformadores de distribuição.

(b) A participação era no final de 1999 de 50,8%. No exercício de 2000 e 2001 foram adquiridos mais 21,2% e 28%, respectivamente, os quais geraram uma diferença de consolidação (nota n.º 10) no montante de 522 945 euros. A partir de 2001 a participação passou a ser de 100%, tendo em 2003 sido alienado 0,97% para fora do grupo — ver alínea (i).

(c) Empresa participada em 45% pelo IPE — Investimentos e Participações Empresariais, tendo por objectivo a gestão de algumas participações no Oriente. À data de 31 de Dezembro de 2004, detém 60% da sociedade Efacec Malaysia SDN. BHD que, por sua vez, detém 23% da sociedade Sesco Efacec, residente no mesmo país

(d) Os restantes 25% são detidos pela Caixa Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A. Esta sociedade foi constituída com a finalidade de gerir participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, podendo igualmente prestar serviços técnicos de administração e gestão, nos termos legais, nomeadamente o acompanhamento de concessões.

(e) Sociedade adquirida em 1999 para gestão de património imobiliário do grupo. (f) Esta empresa é detida pelo grupo, através da Efacec International Financing — SGPS, S. A., em 60% e pela Efacec Capital — SGPS, S. A., em 1%. Pelo facto daquela sociedade ser detida em 55% por esta, há controlo da Efacec Malaysia.

(g) Em Julho de 2003, foi adquirida 23,33% aos minoritários, ficando, o grupo a deter 53,33%, passando assim a ser integrada pelo método integral.

(h) O capital da Efacec Marketing Internacional (anteriormente denominada, Tech M5 GT) foi adquirido em Julho de 2003 aos seus fundadores por 260 500, tendo os 49,7% da Tech M5 Capital sido adquiridas a PME Capital — Sociedade de Capital

de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global por troca de acções da Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. (3,11%) e ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (0,97%), diminuindo assim a percentagem detida pelo grupo, pelo valor de 750 000.

Informação completa sobre o negócio e actividades desenvolvidas das empresas acima referidas encontram-se na sede, podendo ser disponibilizadas se solicitado.

Todas as empresas referidas na tabela anterior, foram consolidadas pelo método integral, de acordo

Para além da integração das empresas acima referidas, foram ainda integradas nas demonstrações financeiras consolidadas, as contas das sucursais da República Checa e Tunísia e as contas dos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's), EcoBarcelos, Etarlima, MCT, Sportser, Sermetro e ASMI.

2— Empresas do Grupo excluídas da consolidação:

As empresas registadas em partes de capital em empresas do grupo e que foram excluídas da consolidação, em 31 de Dezembro de 2004, as suas sedes sociais e a fracção de capital detido, directa ou indirectamente, eram as seguintes:

Denominação social	Sede	Capital detido (percen- tagem)	Valor na conta- bilidade
Efacec Oriente, L da (a)	Macau –	100	5 988 951 50 140
			6 039 091
Provisão para a Efacec Oriente (nota n.º 46)			_ 5 985 575
			53 517

(a) A meio do último trimestre do exercício de 2001 foi tomada a decisão pelo conselho de administração da Efacec de desactivar/desinvestir a actividade principal de produção desenvolvida pela Efacec Oriente, L.ªa, passando apenas a dar algum apoio a outros investimentos e projectos do grupo naquela zona do mundo. A decisão entretanto tomada inviabilizou qualquer transferência de fundos desta participada para Portugal podendo o investimento ser desactivado ou vendido. Tendo isto em consideração, o conselho

de administração decidiu de imediato excluí-la do perímetro de consolidação do Grupo, fazendo referência ao n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 23891, de 2 de Julho, passando a tratá-la nas demonstrações financeiras como uma parte de capital em empresas do Grupo. Por outro lado, e em conformidade com o capítulo 5.4.3.5 dos critérios de valorimetria do Plano Oficial de Contabilidade foi decidido construir urna provisão para a totalidade do investimento nessa participada.

3 — Empresas associadas incluídas na consolidação através do método de equivalência patrimonial:

As empresas associadas, respectivas sedes sociais, e fracção do capital detido pela Efacec Capital, em 31 de Dezembro de 2004, incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com o disposto no n.º 13.6 das normas de consolidação previstas no Decreto-Lei n.º 238/91, são como segue:

Denominação social	Sede	Fracção de capital detido (percen- tagem)	Valor na conta- bilidade
Godrej Efacec Automation & Robotics LT. (a) EID — Emp. de Inv. e Desenv. de Electrónica, S. A. (b) Efacec Moçambique, L. da (c) O&M Serviços, S. A. Sesco Efacec SDN BHD (d) Águas da Figueira, S. A. (e) S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos, S. A. Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co. (f)	Mumbai (Índia) Lisboa Maputo (Moçambique) Mortágua Kuching (Malásia) Figueira da Foz Matosinhos Liaoyang (China)	50,00 25,10 49,00 31,00 20,00 20,00 40,00 36,38	173 712 2 178 183 - 269 389 1 012 680 796 308 120 000 2 258 442
Provisão para investimentos financeiros (f)			6 808 712
			_ 2 259 554
			4 549 158

⁽a) Empresa localizada na Índia, constituída em 3 de Janeiro de 1999 na dependência operacional da Efacec Automação e Robótica.

(e) Esta sociedade tem como objecto social a exploração em regime de concessão de sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema: de recolha, rejeição dos afluentes do conselho da Figueira da Foz. O valor da participação no grupo foi aumentado em 2001 em 102 079 euros, resultante da valorização da participação em consequência da vendada Efacec Ambiente à Efacec Investimentos e Concessões, a qual, é detida em 75%.

(f) Até 31 de Dezembro de 2004, não foi considerado o método de equivalência patrimonial nesta associada dada a pouca probabilidade de transferência de fundos, tendo sido constituída uma provisão no valor de 2 259 554 euros, a qual tendo em conta a projecção de fluxos de caixa futuros pressupõe uma perda total. No exercício de 2004, foi adquirida 13,7% do capital, ficando o grupo a deter cerca de 36,38% e aplicado o método de equivalência patrimonial. Esta aquisição gerou um goodwill de 200 000 euros, o qual foi totalmente amortizado em 2004 (nota n.º 10).

6 — Outras empresas participadas:

As empresas participadas pelo Grupo Efacec não referidas nas notas anteriores são como segue:

	200	2004	
	Valor da parti- cipação	Percentagem aproximada	Valor da parti- cipação
Portugália — Companhia Portuguesa Transportes Aéreos, S. A	99 760 1 050 917 325 000 28 393	10,00 16,25	99 760 1 050 917 325 000 25 440
	1 504 070		1 501 117
Provisão	— 4 933		_4 933
	1 499 137		1 496 184

⁽a) O valor desta participada inclui prestações acessórias (configurando prestações suplementares) nó valor, de 700 918 euros efectuadas em 2001 e 2003.

A Águas da Costa de Cascais, S. A., tem sede na Avenida do Ultramar, 18, 2754-525 Cascais. Quanto às restantes, empresas, não estão referidas informações sobre a sede, capitais próprios e resultados do período, dada a imaterialidade das mesmas, de acordo com o disposto no n.º 13.2.2 das normas de consolidação.

7 — Número médio de trabalhadores ao serviço:

O número médio de pessoas nos quadros das empresas do Grupo, incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, foram, respectivamente, 2132 e 1972, com a seguinte repartição:

_	2004	2003
Quadros superiores e licenciados	677 734 721	627 681 664
Total	2 132	1 972

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

8 — Aplicação das normas de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de Dezembro de 2004, foram preparadas em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho, com o objectivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação:

Nas participações em filiais e associadas existentes em 31 de Dezembro de 1990 (anteriores à primeira consolidação de contas), a diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio na mesma data, foi registada no capital próprio sob a designação de diferenças de consolidação.

⁽b) Esta empresa foi adquirida no início do último trimestre de 2000. Foi reconhecida uma diferença negativa entre o valor de aquisição e o montante do capital próprio, registada em proveitos diferidos, no valor de 580 012 euros (nota n.º 10).

próprio, registada em proveitos diferidos, no valor de 580 012 euros (nota n.º 10). (c) O método de equivalência patrimonial foi aplicado com referência à data de 31 de Dezembro de 2004, sendo o respectivo ajustamento registado em provisões para outros riscos e encargos em virtude de o valor da participação ser negativo (nota n.º 46):

⁽d) Esta empresa é detida em 12,2% directamente pela Efacec Energia, sendo a parte restante indirectamente através da participação directa na Efacec International Financing — SGPS, que detém o controloda Efacec Malásia que por sua vez detém 23% da Sesco Efacec.

Em aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1991, a diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio, calculada à data de aquisição, sendo positiva é inscrita no activo incorpóreo na rubrica de diferenças de consolidação, e sendo negativa é inscrita no capital próprio ou no passivo, no caso de se prever, à data de aquisição, uma evolução dos resultados futuros desfavorável, ou à previsão de encargos que a participação ocasionará, na medida em que a referida previsão se realize, de acordo com o disposto

na alínea g2) do parágrafo 13.4.1 das Normas de Consolidação de Contas.

O saldo desta rubrica no final de Dezembro de 2004, compreende as diferenças de consolidação — *goodwill*, no caso de positivas, e *badwill*, no caso de negativas — decorrentes da aplicação dos métodos acima referidos.

O detalhe do seu valor, líquido das amortizações acumuladas, é conforme segue:

Rubrica	Valor bruto	Amorti- zaçoes	Valor líquido	2003
Activo:				
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações (a)	517 896	416 538	101 358	204 735
Efacec Florida	14 400	14 400	_	_
Efacec Marketing Internacional, S. A. (b)	205 605	29 541	176 064	56 868
Tech M5 Capital — SGPS, S. A. (b)	71 060	20 134	50 926	65 139
Tech M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A. (b)	201 034	56 959	144 075	184 281
Tech M5 — Comunicações Celulares, L.da (b)	151 070	42 803	108 267	138 481
MAP — Consultoria e Gestão, L.da (b)	233 988	209 140	24 848	35 936
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co. (nota n.° 3)	200 000	200 000	_	_
O & M Serviços, S. A.	207 627		207 627	
	1 802 680	989 515	813 165	685 440
Capital próprio (d):				
Efacec Motores Eléctricos	3 029 329	_	3 029 329	3 029 329
Efacec Ambiente	47 690	_	47 690	47 690
Outras	3 033		3 033	3 033
	3 080 052		3 080 052	3 080 052
Proveitos diferidos:				
EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento (c)	580 012	493 009	87 003	203 005

(a) Esta empresa do Grupo estava integrada na consolidação detendo a Efacec Capital 50,8% desde a data da sua constituição. Em Dezembro de 2000, foram adquiridos aos minoritários mais 21,2%, tendo gerado este goodwill a amortizar em cinco anos, de acordo com a política do grupo (nota n.º 27).

No início de 2001, foram adquiridos os restantes 28%, sendo apurado o montante de goodwill afecto a está percentagem de aquisição. O cálculo inicial foi assim apurado:

Empresa	Valor de aquisição dos 49,2%	49,2% do capital próprio	Diferença de conso- lidação (goodwill)
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A.	1 224 050	701 105	522 945

Este montante foi posteriormente ajustado em Dezembro de 2003 em resultado da alienação de 0,97% à PME Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global.

A variação face a 31 de Dezembro de 2003 corresponde ao valor da amortização do exercício no montante de 103 377 euros.

(b) O capital da Efacec Marketing Internacional, S. A. (anteriormente denominada, Tech MS — Gestão de Tecnologia, SGPS, S. A.), foi adquirido em Julho de 2003 aos seus fundadores por 260 500, tendo os 49,7% da Tech M5 Capital — SGPS, S. A., sido adquiridas à PME Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global por troca de acções da Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. (3,11%) e ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (0,97%); tendo gerado este goodwill, a amortizar em cinco anos. No exercício de 2004, este goodwill foi ajustado pelo prémio pago aos anteriores accionistas no valor de 143 566 euros. O subgrupo, Efacec Marketing Internacional inclui as empresas, Tech M5 Capital — SGPS, S. A., Tech M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A., Tech M5 — Comunicações Celulares, L. du e MAP — Consultoria e Gestão, L. du

foi ajustado pelo premio pago aos anteriores accionistas no valor de 143 566 euros. O subgrupo, Efacec Marketing Internacional inclui as empresas, Tech M5 Capital — SGPS, S. A., Tech M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A., Tech M5 — Comunicações Celulares, L. du e MAP — Consultoria e Gestão, L. du (c) Esta empresa passou a associada no último trimestre de 2000, após a aquisição de mais 5,6% do capital desta sociedade dedicada à investigação e ao desenvolvimento. No momento da aquisição foi apurado um badwill, registado em proveitos diferidos no montante acima referido. No exercício de 2000 a 2003 foram imputados a resultados 377.007 Euros, estando o remanescente evidenciado em proveitos diferidos (nota n.º 53), No período findo em 31 de Dezembro de 2004, foi feita uma afectação adicional a proveitos financeiros, correspondente a 20% do valor inicialmente registado em proveitos diferidos — 116 002 euros.

(d) O saldo incluído no capital próprio foi originado pela aplicação, pela primeira vez em 1 de Janeiro de 1991, da consolidação das demonstrações financeiras, e decorre da compensação efectuada entre o custo de aquisição, das partes de capital detidas e a proporção do capital próprio que elas representavam, reportadas àquela data.

Os valores atribuíveis às partes do capital próprio nas empresas filiais incluídas na consolidação, detidas por pessoas que não sejam as empresas consolidadas, foram inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários.

Relativamente aos resultados (corrigidos sempre que necessário por ajustamentos de homogeneização de critérios de valorimetria) atribuí-

veis às partes do capital próprio nas empresas filiais, detidas por pessoas que não sejam as empresas compreendidas na consolidação, foram apresentados na demonstração consolidado dos resultados na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 59).

14 — Alterações ao perímetro de consolidação:

Tech M5 GT, Tech M5 Capital, Tech M5 TOR, Tech M5 CEL, MAP, Efacec Florida e Bauen Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE'S): MCT, Sportser, Sermetro, ASMI.

Conforme referido na nota n.º 1, foram adquiridas no 2.º semestre de 2003 diversas participações fora do grupo (Efacec Marketing Internacional, S. A. (ex-Tech M5 — Gestão de Tecnologia, SGPS, S. A.), Tech M5 Capital — SGPS, S. A., Tech M5 TOR, Tech M5 CEL, MAP, Efacec Florida e Bauen) e integradas pelo método integral, sendo imateriais os valores apresentados por essas sociedades com ajustamentos de consolidação, para efeitos comparativos com o exercício de 2003.

Foram ainda integrados em 2004 os ACE's (MCT, Sportser, Sermetro, ASMI), sendo contudo o impacto imaterial em termos de demonstrações financeiras consolidadas face ao exercício anterior.

18 — Critério de contabilização das participações financeiras em associadas:

O Grupo Efacec adopta a política contabilística que segue para registar, nas suas demonstrações financeiras os investimentos financeiros em empresas associadas:

Os investimentos em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial (*equity method*). Por este método, as participações são inicialmente registadas ao custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação

no capital próprio dessas empresas, reportado à data da primeira aplicação do método, à data de aquisição, ou no momento em que a empresa se tornou numa empresa associada, se posterior;

As diferenças resultantes da aplicação do método, se positivas (casos em que o valor da aquisição é superior à proporção no capital próprio), são tratadas como *goodwill* no activo (nota n.º 3) estando incluídos na rubrica de partes de capital em empresas associadas, se negativas (casos em que o valor da aquisição é inferior à proporção no capital próprio) são registadas no capital próprio ou em proveitos diferidos, sendo este último caso para as situações onde são estimadas as perdas futuras derivadas da participação. A análise dó custo de aquisição e a sua comparação com a percentagem do capital próprio da associada tem em conta o conceito de justo valor dos activos e dos passivos, quando este se mostrar disponível e a sua análise for relevante para a leitura das demonstrações financeiras;

O valor do investimento financeiro é ajustado anualmente pelo valor correspondente à proporção nos resultados líquidos das empresas ou noutras variações das restantes rubricas; do capital próprio dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (nota n.º 44) ou como ajustamentos de partes de capital em associadas, respectivamente. Adicionalmente, os dividendos recebidos dessas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento;

A diferença verificada no exercício seguinte ao do reconhecimento do proveito ou perda financeira entre estes e o montante atribuído de dividendos é levada à rubrica de ajustamentos de parte de capital em empresas associadas, no capital próprio;

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas associadas, não subscrito pela Efacec Capital, bem como os resultantes de outras operações que originem alteração da percentagem de participação, são registados na demonstração dos resultados, no período em que ocorrem;

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são registados pelo seu valor nominal, ou o valor estimado de realização, quando mais baixo, na rubrica de empréstimos a empresas associadas. Tratando-se de prestações suplementares ou acessórias (tendo; estas as mesmas condições que aquelas, preconizadas no Código das Sociedades Comerciais) são registadas na rubrica de partes de capital em empresas associadas:

As perdas estimadas na realização e ou recuperação destes investimentos financeiros encontram-se registados na rubrica de provisões para investimentos financeiros em associadas;

Este método de contabilização não é aplicado no caso de existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou estas partes de capital sejam adquiridas e ou detidas com a finalidade de venda num futuro próximo.

IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanco consolidado:

Uma parte importante dos negócios do Grupo Efacec desenvolve-se nos mercados internacionais, dando origem a exposições ao risco de flutuação das taxas de câmbio, tanto na compra como na venda. O Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros com o objectivo único de reduzir esses riscos, que incidem fundamentalmente sobre as receitas líquidas em dólares americanos.

À data do balanço, os contratos cambiais em vigor totalizavam 26,1 milhões de dólares, com um câmbio médio USD/Euro 1,30, e com maturidades entre Janeiro e Dezembro de 2005, de acordo com o prazo de execução dos negócios que lhes estão subjacentes.

Os referidos contratos têm por base o conjunto dos negócios em divisas do Grupo firmes, encarados nos seus diferentes estádios de desenvolvimento: (i) contas a receber e (ii) encomendas em carteira ainda não facturadas.

Na data do balanço o grupo mantinha contratos de aluguer de longa duração (*renting*) considerados como locação operacional cujo valor das rendas vincendas ascendiam a 1 932 538 euros.

22 — Garantias prestadas, responsabilidades e outras contingências:

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo Efacec tinha assumido responsabilidades perante terceiros que podem ser resumidas como segue:

	2004	2003
Letras, outros títulos descontados e outras responsabilidades Garantias e cauções	2 883 173 178 551 291	955 474 145 594 638
	181 434 464	146 550 112

- V Informações relativas a políticas contabilísticas:
- 23 Bases de preparação, princípios de consolidação e critérios valorimétricos adoptados:

As principais políticas e critérios de contabilidade adoptados na preparação destas demonstrações financeiras, são como segue:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e com base nos livros e registos das empresas incluídas na consolidação, referidas nas notas $n.^{\rm os}$ 1 a 3.

Princípios de consolidação:

Investimentos em subsidiárias (filiais):

Investimentos em subsidiárias onde o Grupo tem direitos de voto superiores a 50% ou, sem o ter, exerce, directa ou indirectamente, controlo sobre as operações da empresa, são consolidadas pelo método de integração global (nota n.º 1). A consolidação inicia-se desde a data cujo controlo passou para o Grupo e termina quando este cessa. Este critério não é adoptado quando se tratem de empresas com pouco significado, cuja contribuição para o agregado não é importante. O controlo existe quando o Grupo tem o poder de orientar as políticas financeiras e operacionais da empresa, em ordem a obter os benefícios económicos das suas actividades. Por este método de consolidação, as transacções, saldos e fluxos de caixa entre essas empresas foram eliminados, bem como os ganhos não realizados. As perdas não realizadas são igualmente anuladas, salvo se o custo não possa ser recuperado. O valor correspondente à participação dos terceiros nessas empresas, no capital próprio e nos resultados do exercício, é apresentado no balanço e na demonstração dos resultados na rubrica de interesses minoritários. As diferenças de consolidação; decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção no capitai próprio, corrigido para o justo valor dos activos e passivos, que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação ou de aquisição, foram registadas na rubrica de diferenças de consolidação (nota n.º 10).

Quando necessário, as políticas de contabilidade existentes nestas subsidiárias, poderão ser alteradas de modo a que haja consistência nas políticas do Grupo.

Investimentos em associadas:

Os investimentos financeiros representando partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método de equivalência patrimonial (nota n.º 18). Estes são investimentos onde o Grupo tem normalmente direitos de voto entre 20% a 50%, ou tem, de outro modo, uma influência significativa na gestão, mas não tem o controlo, como referido acima. Os ganhos não realizados são, eliminados até à proporção da participação ria associada. As perdas são igualmente eliminadas na mesma proporção, salvo se as perdas possam ser irrecuperáveis. Os investimentos do Grupo em associadas podem incluir um valor de trespasse — goodwill, que pode ser activo, capital próprio ou proveito diferido, de acordo com a nota n.º 18. A aplicação do método de equivalência patrimonial deixa de existir quando o valor contabilístico da participação atinja um montante nulo, salvo se o Grupo tiver assumido o compromisso de compensar as perdas e todas as responsabilidades da empresa associada, momento em que constituirá uma provisão para essas participadas. Os resultados das operações destas empresas associadas são registados na demonstração dos resultados financeiros do Grupo, desde a data em que foi assumida a influência significativa até ao seu desaparecimento.

Conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira:

As diferenças, de câmbio originadas pela conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira, foram incluídas no capital próprio, na rubrica de outras reservas. A conversão dos activos, passivos, rubricas do capital próprio e da demonstração dos resultados é efectuada pela aplicação da taxa de câmbio vigente à data do balanço.

Para as subsidiárias ou associadas que operem em locais com economias com inflação muito elevada, é feita a conversão de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 29, usando índices adequados previamente à conversão para euros. Critérios valorimétricos adoptados:

a) Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas incluem fundamentalmente despesas de investigação e desenvolvimento assentes no melhoramento contínuo de métodos e técnicas afectos à actividades das diversas empresas do Grupo. Estes custos são capitalizados até ao momento em que exista a expectativa de virem a gerar benefícios económicos futuros. Despesas incorridas na investigação são registadas em custos quando ocorrem. As despesas com desenvolvimento que foram capitalizadas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, com início no momento em que o produto ou técnicos desenvolvida produz os benefícios esperados.

Estas imobilizações incluem igualmente as diferenças de consolidação geradas em conformidade com as notas $n.^{os}$ 10 e 18, as quais estão a ser amortizadas num período de cinco anos.

As despesas com o desenvolvimento e manutenção de programas de software são na generalidade incluídos em custos aquando da sua ocorrência. Contudo, despesas que estão directamente relacionadas com programas de *software* específico controlados pelo Grupo e existem fortes probabilidades que os seus benefícios ultrapassem um ano, são reconhecidos como imobilizado incorpóreo, bem como outras despesas de desenvolvimento posterior que complementem a aplicação informática.

Do mesmo modo, as despesas incorridas com estudos diversos no Grupo são habitualmente registadas em custos do exercício. Porém, as que se referem a estudos e análises referentes à organização e expansão do Grupo, desde que existam fortes probabilidades que os seus benefícios económicos ultrapassem um ano, são imobilizadas e amortizadas no seu período de vida útil, o qual não deverá ultrapassar cinco anos.

Quando existem indicações credíveis de que o activo inicialmente considerado como imobilizado incorpóreo sofreu uma desvalorização, incluindo diferenças de consolidação, o valor da mesma é apurado e eliminado até ao seu valor recuperável.

b) Imobilizações corpóreas. — Os terrenos, onde estão instaladas as fábricas e os escritórios das empresas incluídas na consolidação, a partir do exercício de 1998, estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores. De acordo com o plano, durante o exercício de 2000 foi efectuada nova reavaliação dos terrenos. O aumento ou diminuição para o valor actual, quando materialmente relevante, é registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 16 — reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Tocas as restantes imobilizações corpóreas, são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição ou de produção. O custo de aquisição ou de produção inclui o preço da factura, despesas de transporte e montagem, diferences de câmbio e encargos financeiros de empréstimos contraídos especificamente para o investimento e suportados durante o período de construção. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na nota n.º 41 (ver também nota n.º 42).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, situando-se entre os limites mínimo e máximo indicados no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento, de acordo com a sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Terrenos	25-50 8-12 4-5 4-8 4-6

Os ganhos e ou perdas nas alienações ou abates são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico (activo bruto — amortizações acumuladas) e o seu valor de alienação ou abate, sendo neste último caso nulo. Os resultados são incluídos nos resultados do período.

Pela amortização ou venda de bens reavaliados, é calculada a parte da reserva realizada, a qual é sujeita a um registo contabilístico interno separado, uma vez que a sua utilização para incorporação em capital social ou para cobertura de prejuízos passa a ser possível.

Quando o valor líquido de um activo registado em imobilizações corpóreas é superior ao seu valor recuperável, por utilização na actividade corrente de cada uma das empresas ou por venda, a diferença é registada em custos do período.

Os encargos com reparações e manutenções de natureza corrente são registados como custos no período em que ocorreram. As reparações relacionadas com a substituição de partes de equipamentos quando representem aumentos dos benefícios económicos futuros, são registadas como imobilizações corpóreas e amortizadas de acordo com a sua vida útil esperada.

c) Investimentos financeiros. — Nas empresas cujas participações são em associadas é seguida a política contabilística referida na nota n.º 18. Os restantes investimentos financeiros estão registados ao mais baixo valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor líquido de realização. Este último é calculado tendo por base o valor da proporção no capital próprio e ou os fluxos de tesouraria previstos que provenham do investimento.

d) Locações. — As empresas do Grupo seguem os critérios preconizados na Directriz Contabilística n.º 25 — locações, tendo presente o princípio da substância sob a forma. Na maior parte dos casos, os activos imobilizados adquiridos sob a forma de locação financeira, bem como as correspondentes, responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do bem é registado em imobilizado corpóreo, a responsabilidade assumida com a locadora é registada no passivo em fornecedores de imobilizado, os juros incluídos nas rendas são levados a resultados financeiros, e a amortização do activo a amortizações do exercício, nos resultados operacionais, de acordo com a política estabelecida na nota n.º 3, alínea b). As locações que forem consideradas operacionais, nomeadamente pela inexistência de intenção de ficar com o activo sujeito à locação, entre outras condições previstas naquela directriz, são apenas registadas pelo valor da renda em custos operacionais.

e) Existências. — As existências estão registadas ao mais baixo valor entre o custo e o valor líquido de realização. Este último representa a melhor estimativa de preço de venda no decurso normal da actividade de cada urna das empresas, deduzido dos custos de acabamento e colocação no cliente final.

Matérias-primas, mercadorias e produtos acabados estão registados ao custo padrão; apurado de acordo com princípios técnicos e contabilísticos periodicamente revistos. Os materiais, adquiridos a terceiros especificamente para a produção em curso são contabilizados pelo respectivo custo de aquisição. Os custos padrões utilizados nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo e nas mercadorias consideram-se adequadamente representativos dos respectivos custos reais de aquisição, incluindo despesas de compra. No que respeita aos produtos acabados e semi-acabados e aos produtos e trabalhos em curso, os custos padrão aplicados reflectem adequadamente os respectivos custos reais directos e indirectos de produção. Na determinação do valor em curso são usadas estimativas relativas aos graus de acabamento e facturação das respectivas obras ou instalações em curso.

f) Reconhecimento de proveitos e custos nos contratos pluria- O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos, de medição ou outras formas que permitam estimar, com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente, Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, são reconhecidos apenas com a entrega do produto, adoptando-se aqui o critério da obra completa. Neste caso, os custos incorridos ficam registados em existências produtos e trabalhos em curso. Nos exercícios anteriores, o reconhecimento do proveito era efectuado pelo grau de facturação ou pelo grau de acabamento, dos dois o mais baixo, estimando-se contudo que este método não produzia efeitos substanciais) nos proveitos a reconhecer, nem, consequentemente, nos resultados apurados. Conforme referido na nota n.º 37, o efeito em 2004 desta alteração gerou um aumento do resultado líquido consolidado de cerca de 900 000 euros.

Os custos dos contratos incluem matérias-primas e materiais directos, mão-de-obra directa e também a imputação de custos indirectos, distribuídos de acordo com a especificidade do contrato. Despesas com vendas e administrativas são registadas em custos quando ocorrem;

São constituídas provisões para as perdas previsíveis decorrentes da realização do contrato no período em que elas são determinadas, sendo reconhecidas de, imediato nos resultados. Alterações aos contratos ou a estimativas e previsões de custos e ou proveitos e margens, decorrentes de renegociação das condições com os clientes ou de produtividade interna, são reconhecidos em resultados a partir do período em que ocorrem e atendendo aos graus de acabamento. Nos contratos cujo custo de serviços pós-venda não esteja coberto por seguros específicos, é diferido parte do proveito a reconhecer (2% a 5% do total de proveitos), que só é reconhecido aquando da ocorrência do custo ou no fim do período dado como garantia. Noutros casos, a empresa reconhece provisões para fazer face a eventuais perdas no serviço pós-venda.

Quando existem materiais que não foram ainda objecto de utilização e aplicação na obra ou instalação, o balanço apresenta saldo na rubrica de produtos e trabalhos em curso, correspondendo a uma situação de crédito sobre os clientes que não está ainda facturada e, portanto, não reconhecido a margem daí decorrente. Quando ocorre a situação contrária, o grau de facturação é superior ao grau de acabamento, existe um proveito diferido, do lado do passivo, o qual, representa um crédito do cliente perante a obra desenvolvida.

g) Dívidas a receber. — As contas a receber estão relevadas pelos valores das facturas correspondentes, diminuídas das estimativas feitas para créditos de cobrança duvidosa, tendo por base as análises a facturas vencidas e ainda não cobradas, a antiguidade do crédito e a situação ou natureza do devedor. As dívidas consideradas como incobráveis são eliminadas das contas a receber no período em que forem identificadas.

h) Transacções em moeda estrangeira. — Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros às taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas rio exercício, favoráveis e desfavoráveis, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do balanço, por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício.

i) Especialização de exercícios. — Os proveitos; e custos, relativos a receitas e despesas, são registados de acordo com o princípio do acréscimo ou da especialização de exercício, pelo qual, aqueles são reconhecidos, na medida em que são gerados, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os dois momentos dão origem a um registo nas rubricas de acréscimos e diferimentos (nota n.º 53).

j) Uso de estimativas. — A preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que os membros da gestão de cada uma das empresas que integram o consolidado, façam estimativas e previsões, os quais afectam os valores dos activos e das responsabilidades expressos no balanço, a apresentação e divulgação de activos e passivos nos relatórios e notas anexas, bem como os proveitos e custos reconhecidos no período. A gestão revê as suas estimativas e pressupostos em todos os períodos e na data do balanço tendo por base a continuidade das operações e segundo a informação que tem disponível. As alterações de factos e circunstâncias podem resultar na revisão das estimativas e os resultados actuais serem diferentes dos estimados.

Uma parte significativa das actividades das empresas do Grupo refere-se a contratos de longo prazo. Adicionalmente, alguns produtos e serviços do Grupo são negociados com os clientes envolvendo a constituição de garantias por mais de um ano. A preparação das demonstrações financeiras consolidadas envolve assim o uso de estimativas relacionadas com aquelas actividades, incluindo as que se relacionam com os custos a incorrer para o acabamento da obras e com a manutenção e custos das garantias. O Grupo, é assim obrigado a rever e a acompanhar com muita regularidade a informação disponível para que as estimativas sejam o mais realísticas possíveis.

k) Complemento de pensões de reforma e invalidez. — Os complementos de pensões de reforma e invalidez, concedidos facultativamente pela sociedade foram, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 19, objecto de um estudo actuarial da respectiva responsabilidade assumida. Para tal, foi constituída em 1998, uma provisão para riscos e encargos; cuja contrapartida foi levada directamente ao capital próprio. O valor desta provisão vai variando em função da estimativa de pagamentos futuros e dos pagamentos efectuados durante o exercício. Em 2004, foi efectuada uma actualização

da responsabilidade não coberta 31 de Dezembro de 2004, tendo sido registado em capital próprio cerca de 395 000 euros.

l) Subsídios ao investimento relacionados com imobilizações incorpóreas e corpóreas. — Os subsídios para aquisição de imobilizado corpóreo e para estudos de desenvolvimento classificados como imobilizado incorpóreo são diferidos no balanço, na rubrica de proveitos diferidos (nota n.º 53), sendo posteriormente reconhecidos como proveitos de acordo com a vida útil dos bens adquiridos ou dos projectos, de desenvolvimento, sob a rubrica de proveitos e ganhos extraordinários (nota n.º 45), em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade.

m) Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos. — A Efacec Capital — SGPS, optou pelo regime de tributação pelo lucro consolidado a partir do exercício de 1993, actualmente denominado de Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, (artigo 63.º do Código do Imposto, sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas — CIRC). Foram incluídas no perímetro: da consolidação fiscal todas as sociedades do Grupo com sede em território nacional e sujeitas ao regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nas quais a participação directa ou indirecta é superior a 90%, de acordo com a legislação aplicável. O imposto sobre o rendimento consolidado é determinado a partir da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações periódicas individuais.

Os impostos diferidos são calculados para cada uma das entidades quando existam diferenças temporárias entre os valores considerados para efeitos fiscais e os montantes relevados na contabilidade em activo ou passivo, custos ou proveitos. O imposto diferido passivo representa impostos a pagar no futuro, dependendo a sua realização do valor, na contabilidade que o originou. O imposto diferido activo é reconhecido no activo não corrente e representa um crédito de imposto futuro, cuja realização dependerá igualmente da realização do valor no balanço e ou na demonstração dos resultados que originou a existência deste imposto diferido alterações do valor de imposto diferido decorrente de alterações nas taxas de IRC são reconhecidas nos resultados no momento em que ocorrem. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias e associadas são registados, excepto se a reversão da diferença temporária for controlada e não seja provável que a reversão se dê num futuro previsível. As principais diferenças temporárias no Grupo resultara de provisões para reestruturação e outras cujo encargo dedutível não é considerado no momento em que o custo é registado nas demonstrações financeiras, as quais só quando se materializarem os respectivos custos e as perdas fiscais reportáveis serão consideradas para efeitos fiscais (nota n.º 46). A taxa de imposto que tem servido de base à determinação dos impostos diferidos é a prevista na legislação actual acrescida da derrama - 2,5%.

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), e por força da Directriz Contabilística n.º 18, de 18 de Dezembro de 1996, e mais recentemente da Directriz Contabilística n.º 28 — impostos sobre o rendimento, que só se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2002, são reconhecidos impostos diferidos activos e passivos sempre que os respectivos efeitos sejam significativos para a melhoria da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da entidade.

n) Provisões. — As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem um compromisso legal ou decorrente de uma decisão formal de gestão, relacionada com eventos passados, seja provável que venha a resultar num despender de recursos para cumprir esse compromisso, e a estimativa possa ser calculada com razoável fiabilidade.

Provisões para reestruturação, incluindo indemnizações a pagar ao pessoal, perdas com a desactivação ou alienação de imobilizado corpóreo, e outras que sejam previsíveis são reconhecidas no período em que o Grupo passa a assumir o compromisso ou exista uma grande probabilidade de um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. O seu reconhecimento no exercício pressupõe um grau de irreversibilidade elevado, incluindo a existência de um plano formal que identifique o negócio ou parte dele, as localizações, as funções e os números de empregados que serão retribuídos por terminarem os seus serviços, os dispêndios que serão suportados e a data em que o plano irá ser implementado.

São igualmente realizadas provisões sempre que no decorrer de uma obra plurianual se estime com algum grau de fiabilidade uma perda potencial para o final dessa obra. A provisão é feita pelo valor total da perda e de imediato em resultados, independentemente do grau de acabamento da mesma.

o) Facturação e adiantamentos de clientes. — Nas actividades correntes de produção e venda de produtos ou prestação de serviços a curto prazo, as facturas emitidas pela empresa são registadas em proveitos operacionais — vendas ou prestações de serviços. Quando se tratam de facturas emitidas por respeito a facturações parciais previstas nos contratos de longa duração, como não representam obrigatoriamente os proveitos respectivos a reconhecer (nota n.º 23, alínea f)), são relevadas em proveitos diferidos.

Os adiantamentos dos clientes relacionados com fornecimentos futuros são reconhecidos na rubrica de adiantamentos de clientes no passivo corrente, traduzindo uma fase inicial da obra (com a adjudicação p.e.), cujos custos incorridos são poucos ou mesmo inexistentes e ou quando respeitam a recebimentos efectivos dos clientes. O montante é posteriormente regularizado de acordo com o referido no parágrafo anterior.

p) Cobertura de riscos financeiros e cambiais. — O Grupo opera internacionalmente dando origem a exposições de mercado, nomeadamente a alterações de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de matérias-primas. Alguns instrumentos financeiros são usados pelo Grupo para reduzir estes riscos. Porém, o Grupo não utiliza qualquer tipo de instrumentos financeiros que não sejam para se assegurar de riscos do seu negócio e actividades (hedging purposes).

Nas vendas e prestações de serviços, o Grupo tem realizado operações significativas com países fora da zona euro, nomeadamente em divisas como os dólares americanos (USD). As empresas do Grupo tem vindo a proceder a uma gestão cuidada da cobertura cambial tendo presente a margem operacional dos negócios, desde a data da proposta, em alguns casos, ou da encomenda noutros casos (quando a proposta é mais duvidosa), até às vendas ou facturações parciais. Deste modo, não só os valores registados no activo ou no passivo no balanço estão na sua maioria cobertos por estas fixações a prazo, mas também as vendas futuras, indexadas às propostas (considerando uma margem aceitável de sucesso) e às notas de encomenda. Surge assim uma cobertura que pode decorrer durante vários anos, enquanto o projecto ou instalação estiver a decorrer, dada a plurianuidade das obras realizadas pelo Grupo ou pelas empresas individuais. O tratamento dado a estes instrumentos financeiros como referido acima (alínea h), não segue o previsto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 39 — Instrumentos financeiros, dadas as dúvidas ainda não esclarecidas pela Comissão de Normalização Contabilística quanto à sua aplicação no normativo nacional. Segundo esta norma, se forem satisfeitas as condições que suportam instrumentos de cobertura, a porção do ganho ou perda do instrumento de cobertura, deve ser reconhecida directamente no capital próprio. Caso não se traduza em instrumento de cobertura, a parte de ganho ou perda é imediatamente reconhecida nos resultados do período. Por falta de normalização e informação completa e rigorosa nesta matéria contabilística, a contrapartida do passivo, no caso em que sejam admitidas perdas futuras, é a de provisões para outros riscos e encargos. No momento em que o ganho ou perda se realizar, será feita a regularização da provisão (no caso de perda) ou activo (no caso de ganho), afectando directamente o capital próprio, não tendo qualquer efeito em resultados. A análise será feita no final de cada período, sendo acertada a provisão ou activo correspondente. Uma vez que não foi realizado qualquer registo contabilístico para o tratamento destes forwards apenas estão divulgadas as situações de compromisso assumida (nota n.º 21), sendo destacada a diferença, consubstanciada num custo de oportunidade, entre duas situações: a taxa de câmbio fixada e a taxa do dia 31 de Dezembro de 2004 e os recebimentos previstos e as responsabilidades já registadas nas empresas.

q) Resultados por acção. — Estes resultados obtêm-se pela divisão dos resultados líquidos do período (deduzidos dos correspondentes às acções preferenciais) pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o mesmo período.

r) Activos e passivos contingentes. — Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a empresa. A empresa não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento; é apropriado.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando a entidade está conjunta e severamente comprometida a uma obrigação que se espera seja satisfeita. É reconhecida uma provisão pela parte da obrigação em que seja provável um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos, excepto nas circunstâncias raras em que nenhuma estimativa fiável possa ser calculada.

24 — Cotações utilizadas para a conversão em euros das principais moedas estrangeiras:

Na consolidação das sociedades do Grupo sedeadas no estrangeiro, os valores constantes das demonstrações financeiras relativos a activos e passivos e incluídos na demonstração de resultados, foram convertidos para Euro pela aplicação de taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2004 como segue:

	2004	2003
Para uma unidade monetária — euro	Fecho	Fecho
Dólares americanos (USD)	1,362	1,260
República Checa — coroa (CZK)	30,464	32,038
Tunísia — dinar (TND)	1,635	1,5327
Brasil — real (BRL)	3,615	3,665
Colômbia — peso (COP)	3 264,70	3 508,0
Venezuela — bolívar (VEB)	2 612,4	2 017,6
Argentina — peso (ARS)	4,05	3,6947

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Comentário às rubricas de despesas de instalação, despesas de investigação e desenvolvimento e imobilizações incorpóreas em curso:

As despesas de instalação referem-se fundamentalmente a despesas com aumentos de capital, emissão de obrigações e com a organização e expansão das empresas do Grupo. As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se essencialmente a gastos relacionados com o estudo e desenvolvimento de novos produtos que são capitalizados em conformidade com a política referida na nota n.º 23, alínea a). As imobilizações incorpóreas em curso, respeitam em grande parte a despesas com desenvolvimento de produtos e técnicas e estudos no âmbito da organização e expansão do Grupo, as quais não estão ainda terminadas nem representam para já benefícios económicos.

A natureza das imobilizações incorpóreas mais importantes, em 31 de Dezembro de 2004, pode ser apresentada do seguinte modo:

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Despesas de instalação:			
Licenças e estudos na instalação de <i>software</i>		552 835 625 024	18 820 182 693
Aumentos de capitai e empréstimos obrigacionista na Efacec Capital Estudos de organização e expansão	26 692	26 692 4 419 079	90 071
	5 915 214	5 623 630	291 584
Despesas de investigação e desenvolvimento:			
Projecto Atlantis na área das telecomunicações		_	_
Projecto SARA — Solução Avançada para Redes de Acesso Desenvolvimento de produtos na área das telecomunicações		3 035 331	2 453 325 859
Projectos na área da electrónica, centros de comando e redes digitais		845 763	985 557

_	Valor	Amortizações	Valor
	bruto	acumuladas	líquido
Projectos de desenvolvimento na área de energia	13 276 698	12 806 280	470 418
	938 666	841 453	97 213
	5 058 635	4 579 098	479 537
	24 468 963	22 107 925	2 361 037

Para os investimentos incorpóreos em despesas de investigação e desenvolvimento é possível identificar em cada uma das empresas do Grupo a viabilidade económica de cada um dos projectos. Grande parte dos projectos incorpóreos tem vindo a ter associados recebimentos de subsídios a fundo perdido os quais estão evidenciados na nota n.º 53.

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas de activo imobilizado e amortizações:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizado incorpóreo, corpóreo e investimentos financeiros, assim, como nas correspondentes amortizações estão, apresentados nos quadros seguintes e comentados nas situações consideradas mais importantes.

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas (nota n.º 25):					
Despesas de instalação	6 037 337	204 592	97 682	_ 229 033	5 915 214
Despesas de investigação e desenvolvimento	36 959 488	198 835	_	-12689360	24 468 963
Propriedade industrial e outros direitos	922 286	118 727	24 750	716	1 016 979
Imobilizações em curso	301 269	118 395	_	_ 290 383	129 281
Diferenças de consolidação (nota n.º 10) (a)	1 251 486	551 193	_	_	1 182 679
	45 471 866	1 191 742	122 432	— 13 208 060	33 333 116
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos a recursos naturais (nota n.º 41) (g)	17 327 571	_	20 700	_	17 306 871
Edifícios e outras construções	54 367 876	412 474	62 101	_ 283 410	54 434 839
Equipamento básico	44 392 147	478 832	255 599	94 406	44 709 736
Equipamento de transporte	7 536 937	508 719	245 046	_ 40 230	7 760 380
Ferramentas e utensílios	4 444 656	235 371	414	15 705	4 695 318
Equipamento administrativo	17 151 897	622 457	30 880	— 156 554	17 586 920
Outros imobilizações corpóreas	_	2 445	_	35 689	38 134
Imobilizações em curso	729 072	1 904 610	_	_ 40 282	2 593 400
	145 950 156	4 164 908	614 740	_ 374 676	149 125 648
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo (b)	6 060 027	143 566	_	_ 164 502	6 039 091
Empréstimos a empresas do grupo	1 397 917	_	1 397 917	_	_
Partes capital em empresas associadas (c)	6 543 128	392 100	_	— 126 416	6 808 712
Empréstimos a empresas associadas	472 448	108 000	_	_	580 448
Partes capital em empresas participadas (d)	1 501 117	2 955	_	_ 2	1 504 070
Empréstimos a empresas participadas	627 488	18 349	_	_	645 837
Títulos e outras aplicações financeiras (nota n.º 6) (e)	698 885	1 731	498 836	_ 410	201 370
	17 301 01	666 601	1 896 753	_ 291 330	15 779 530

Os movimentos ocorridos nas amortizações e provisões podem ser vistos como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Transferências e regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	5 893 944 32 593 643 533 210 566 046	111 659 2 221 826 197 368 423 469	- 381 973 - 12 707 544 - 22 700	5 623 630 22 107 925 707 878 989 515
Imobilizações corpóreas:	39 586 843	2 954 322	<u>— 13 112 217</u>	29 428 947
Edifícios e outras construções	36 406 908 32 933 293 6 273 314 3 994 438 12 552 547 	1 763 899 2 519 113 342 448 163 089 1 596 382 3 960 6 388 891	- 325 042 - 232 037 - 212 863 1 562 - 114 262 20 766 - 861 876	37 845 765 35 220 369 6 402 899 4 159 089 14 034 667 24 726 97 687 516
Provisões para investimentos financeiros (f)	8 250 062			8 250 062

(a) Estas diferenças de consolidação dizem respeito ao goodwill (valor bruto) relativos às seguintes aquisições:

	2004	2003
ENT (¹)	517 896	517 896
Efacec Florida	14 400	14 400
Tech M5GT (2)	205 603	62 038
Tech M5 CAP, SGPS (2)	71 060	71 060
Tech M5 TOR (2)	201 034	201 034
Tech M5 MAP (2)	233 988	233 988
Tech M5 CEL (2)	151 070	151 070
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co	200 000	_
O & M Serviços	207 628	-
	1 802 679	1 251 487

(1) Este goodwill respeita à aquisição de 49.4% da ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (21,2% em Dezembro de 2000 e mais 28% em 2001), deduzido do acerto efectuado em 2003 no seguimento da alienação de 0,97% do capital Capital Global (v. nota n.º 1).

(2) Este *goodwill* foi gerado na aquisição do Grupo Tech M5 no 2.º semestre de 2003, corrigido do prémio pago em 2004 aos anteriores accionistas (v. nota n.º 1).

 $(^3)$ Este goodwill foi gerado no aumento da participação do grupo nesta associada de 22,6% para 36,38%, o qual, tendo em conta o valor negativo dos capitais

(*) Este goodwill diz respeito ao aumento da percentagem de interesse do grupo nesta associada, que anteriormente pertencia à Efacec – sões, S. A., detida em 75% pelo Grupo Efacec.

(b) Os movimentos verificados nas partes de capital em empresas do grupo não integradas podem ser assim justificados:

	2003	Movimentos	2004
Partes de capital em empresas do Grupo:			
MSEG — Sistemas de Segurança, L.da Efacec Oriente, L.da (nota n.º 2) Outros	2 076 5 988 951 69 000	- 2 076 - 18 860	5 988 951 50 140
	6 060 027	— 20 936	6 039 091

A principal sociedade incluída em partes de capital em empresas do grupo mostrava a seguinte decomposição (não consolidados):

		Capital	Proveitos	Resultado	Participaçã	o no capital
Investimento	Activos	s Capital próprio	totais	líquido	Percen- tagem	Montante
Efacec Oriente (31 de Dezembro de 2004) (a) e (b)	4 126 343	— 1 008 732	886 427	— 108 272	100	(b)

(a) Contas disponíveis não auditadas

(b) Esta participação foi totalmente provisionada a partir de Outubro de 2001 (notas n.ºs 2 e 14).

(c) Os movimentos verificados nas partes de capital em empresas associadas podem ser assim justificados:

	2003	Movimentos	2004
Partes de capital em empresas associadas:			
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co. (¹) Godrej Efacec Automation & Robotics (²) Aguas da Figueira, S. A. (²) Sesco Efacec SDN BHD (³) O & M Serviços (⁴) EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento, S. A. (³) S2M — Sociedade de Manutencão de Metropolitanos (°)	2 258 442 194 877 722 674 1 081 426 339 072 1 946 637		2 258 442 173 712 796 305 1 012 681 269 389 2 178 183 120 000
Provisão (¹) (nota n.º 46)	6 543 128 2 259 554 4 283 574	265 584 - 265 584	6 808 712 2 259 554 4 549 158

 $(^1)$ Durante o 1.º semestre de 2000 o capital desta empresa foi aumentado, passando a sociedade a ser detida em 22,58% e assumindo no balanço a condição de empresa associada. Porém, e dadas as restrições às transferências de fundos da China, foi decidido não aplicar o método de equivalência patrimonial, estando assim apresentada ao seu custo de aquisição e totalmente provisionada. Em Julho de 2004, foi aumentada a participação de 22,6% para 36,38%, tendo sido aplicado o método de equivalência patrimonial em 2004. Este aumento de capital gerou um *goodwill* de 200.000 euros (nota n.º 10).

200.000 euros (nota n.º 10).

(²) A diferença face a Dezembro de 2003 resultou da apropriação dos resultados do ano e de outras variações de capital próprio, nomeadamente variações cambiais.

(³) Esta sociedade é detida pelo Grupo Efacec em 20,2%, sendo parte detida directamente pela Efacec Energia — 12,2% e o restante indirectamente pela Efacec Capital (via Efacec Malaysia que é controlada pela Efacec International Financing — SGPS). Esta sociedade está em fase de investimento e expansão esperando-se que nos próximos anos venha a constituir um importante veículo para o crescimento da actividade

global do Grupo Efacec na Malásia, onde é igualmente detida a Efacec Malaysia, referida no quadro anterior, que serve de sociedade financeira veículo para os investi-

rida no quadro anterior, que serve de sociedade financeira veículo para os investimentos financeiros. O movimento do ano decorre de variações cambiais, variações de capitais próprios e quota-parte dos resultados do ano de 2004.

(*) A variação do ano decorre da quota-parte dos resultados do ano de 2000, (*) Esta sociedade passou a associada durante o exercício de 2000, quando o Grupo passou a deter 25,1%. Foi aplicado o método de equivalência patrimonial tendo gerado um badwill (nota n.º 10). Durante este ano de 2004 foi apurado um resultado positivo de 229 782 euros. A administração prevê a recuperação do investimento através do aumento das vendas e dos resultados futuros.

(*) Sociedade constituída no final de 2004, com início de actividade em 2005.

Em 31 de Dezembro de 2004, as principais sociedades incluídas em partes de capital em empresas associadas mostravam a seguinte decomposição:

		Capital			Participaç	ção no capital	Valor
Investimento	Activos	próprio	totais	Resultado líquido	Percen- tagem	Montante	da conta- bilidade
EID — Emp. Inv. e Des. (a) e (b)	23 450 364 19 868 826 4 543 599	8 712 731 (304 042) 2 876 934	13 204 864 6 467 622 1 965 578	919 128 127 034 38 326	25,00 36,38 35,2	2 178 183 (110 610) 1 012 681	2 178 183 - 1 012 681

(a) Contas não auditadas.

(b) A actividade da empresa passa quase exclusivamente pela realização de projectos de investigação e desenvolvimento ligados à electrónica, sendo neste momento credível a viabilidade global desses projectos, pelo que o conselho de administração não admite perdas significativas inerentes a esses processos.

(d) As partes de capital em outras empresas participadas tiveram a seguinte evolução:

	2003 — Valor da participação	Variação	2004 — Valor da participação
Partes de capital em empresas participadas:			
Portugália — Companhia Portuguesa Transportes Aéreos, S. A. Águas da Costa de Cascais, S. A.	99 760 1 050 919	- -	99 760 1 050 919

	2003 — Valor da participação	Variação	2004 — Valor da participação
Portugal Space — Tecn. Serv. Espaciais, S. A. Outras	325 000 25 438	_ 2 953	325 000 28 391
	1 501 117	2 953	1 504 070
Provisão	— 4 933	_	— 4 933
	1 496 184	2 953	1 499 137

(e) O valor incluído títulos e outras aplicações financeiras respeita a edifícios não afectos à actividade da empresa, os quais estão registados ao valor de aquisição. (f) As provisões para investimentos financeiros reflectem essencialmente as pro-

visões criadas para a Efacec Oriente e Liaoyang Efacec E. E., pelas razões apontadas nas notas n. ≈ 2 e 4.

(g) Em 31 de Dezembro de 2004, o valor dos terrenos, inclui a avaliação inde-

(g) Em 31 de Dezembro de 2004, o valor dos terrenos, inclui a avaliação independente realizada nos exercícios de 1998 e 1999, a qual, provocou um aumento no montante de 15 916 875 euros. No final de 2000, foi realizada nova reavaliação aos terrenos por uma entidade independente (nota n.º 41), tendo aumentado aquele excedente em 2 284 494 euros. Com a alienação das instalações de Carnaxide no exercício de 2002 e a amortização de parte do imobilizado, o montante correspondente ao excedente decorrente da reavaliação independente no valor de 3 379 690 euros foi transferida para resultados transitados em 2002, 1 295 737 euros em 2003 de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 16 (nota n.º 57). Em 2004, foi transferido para impostos diferidos passivos o montante de 316 288 euros relativo à reavaliação dos terrenos da filial, Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A.

36 — Distribuição das vendas e prestação de serviços por actividades e mercados geográficos:

O Grupo tem vindo a fazer a gestão das várias empresas tendo em atenção o sector de actividade em que se insere. A composição de cada um dos sectores, referidos no início das notas, pode variar com o tempo, podendo, inclusivamente, alterar a forma como o Grupo se posiciona em cada um desses sectores ou actividades e como mede a rentabilidade e o interesse em cada um deles.

Segmento de negócio:

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo, comprometido em fornecer um produto ou serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

Segmento geográfico:

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou: serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos.

Reporte por segmentos de actividade:

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográficos e de negócio do Grupo. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

Nos anos de 2004 e 2003, a informação não consolidada por actividades ou segmentos, pode ser vista como segue:

	Serviços de gestão (a)	Energia	Engenharia e serviços	Electrónica e telecomu- nicações	Automação e robótica	Outros	Consolidação	Total
1 de Janeiro a 31 de De- zembro de 2004:								
Vendas líquidas Prestação de serviços	6 363 000	93 730 697 10 241 002	102 104 983 26 758 919	67 242 806 587 024	11 625 062 1 055 263	11 554 969 12 492 348	36 197 02819 924 190	250 061 489 37 573 366
	6 363 000	103 971 699	128 863 902	67 829 830	12 680 325	24 047 317	_ 56 121 218	287 634 855
Resultado operacional Resultado líquido Investimentos brutos Activo líquido Passivo	3 279 237 — 527 062 15 697 626 121 846 781 66 591 764	3 982 633 3 443 389 1 296 203 114 381 132 72 883 194	4 320 496 4 356 745 2 394 807 107 713 590 74 551 826	3 574 362 3 726 013 592 375 70 414 526 40 898 230	165 187 303 625 73 907 11 162 349 10 440 239	2 152 236 2 615 696 8 348 099 61 082 803 27 051 954	 411 179 3 844 064 22 379 765 217 522 709 90 754 831 	17 062 971 10 074 340 6 023 252 269 078 471 201 662 375
zembro de 2003:								
Vendas líquidas Prestação de serviços	5 813 000	88 953 330 11 104 381	107 055 617 12 865 503	67 473 570 790 263	10 944 903	12 067 607 4 424 601	<pre>- 41 110 771 - 8 377 872</pre>	245 384 256 26 619 875
	5 813 000	100 057 711	119 921 120	68 263 833	10 944 903	16 492 208	_ 49 488 643	272 004 131
Resultado operacional Resultado líquido Investimentos brutos Activo líquido Passivo	2 605 510 8 273 856 838 628 125 495 971 66 481 660	2 991 120 988 671 2 610 420 102 813 319 64 758 770	2 540 147 2 686 155 1 230 615 95 459 494 64 737 276	3 728 101 3 698 898 1 951 304 62 959 389 33 999 710	- 172 302 - 159 365 46 533 11 233 857 10 815 372	168 415 5 925 876 3 026 853 58 825 900 25 977 776	- 362 683 - 13 140 236 - 1 121 672 - 210 095 644 - 81 431 054	11 498 309 8 273 856 8 582 681 246 692 286 185 339 509

⁽a) Este valor acaba por ser na sua maioria repartido pelas várias empresas do Grupo, e inclui os serviços de consolidação, jurídicos, fiscais, financeiros, administração e outros serviços gerais de gestão das participações.

Nos mesmos períodos, a informação geográfica reparte-se do seguinte modo:

Portugal	Resto da Europa	Extremo Oriente	Médio Oriente	África	América Latina	Outros (a)	Total
----------	--------------------	--------------------	------------------	--------	-------------------	------------	-------

1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2004:

Vendas + prestação de serviços

210 914 917 25 019 522 4 815 797 1 839 430 12 965 671 11 464 985 20 614 531 287 634 854

_	Portugal	Resto da Europa	Extremo Oriente	Médio Oriente	África	América Latina	Outros (a)	Total
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2003:								
Vendas + prestação de serviços	188 172 052	18 823 652	3 615 817	2 871 412	24 801 362	8 809 646	24 910 190	272 004 131

(a) No ano de 2003 inclui essencialmente vendas para a América do Norte.

37 — Efeitos da utilização de critérios de valorimetria de base fiscal ou não previstos nas normas de consolidação:

Como referido nos critérios valorimétricos, nota n.º 23, alíneas e) e f), o Grupo passou, a registar os seus proveitos e as margens decorrentes das obras de carácter plurianual, tendo por base o preconizado na Directriz Contabilística n.º 3 — tratamento contabilístico dos contratos de construção e o parágrafo 5.3.17 do Plano Oficial de Contabilidade, a qual prevê que os produtos e trabalhos em curso sejam valorizados, pelo método da percentagem de acabamento ou, alternativamente, mediante a manutenção dos respectivos custos até ao acabamento. Nos exercícios anteriores, o Grupo registava1 os seus proveitos e as margens decorrentes das obras de carácter plurianual, tendo por base genérica os critérios protagonizados na circular n.º 5/9G, emanada da Direcção-Geral de Impostos, a qual prevê o registo dos proveitos de acordo com a comparação entre os graus de facturação e graus de acabamento, sendo o registo feito na maioria dos casos pelo mais baixo. O efeito desta alteração consubstanciou-se num aumento do resultado consolidado líquido do exercício em cerca de 900 000 euros.

38 — Diferenças entre impostos imputados ao exercício ou a exercícios anteriores e pagos ou apagar:

Em virtude da adopção da Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), no exercício de 1998, e Grupo passou a relevar nas suas demonstrações financeiras, quando relevante para a sua compreensão, os impostos diferidos (nota n.º 23, alínea m)).

Deste modo, independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da empresa, ou, neste caso, do Grupo

O saldo dos impostos diferidos no grupo Efacec pode ser analisado como segue:

Descrição	Montante
Provisões para investimentos financeiros:	
Empresas associadas:	
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., (1)	621 377
Empresas do grupo:	
Efacec Oriente (2)	1 646 033
Provisões para perdas potenciais em obras em curso Provisões para outros devedores:	376 685
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., Outros devedores	1 283 906 1 030 159
Provisões para clientes	171 954 563 540 220 000 178 177
	6 091 832

O apuramento deste imposto diferido relativamente às provisões surge dado que o Grupo não contará com estas provisões para efeitos fiscais nestes exercícios mas apenas nos próximos, quando os custos ou despesas efectivas forem evidenciados nas contas da sociedade. Deste modo, quando os custos decorrentes das provisões agora efectuadas se tornar definitivos nas contas das empresas, os impostos diferidos activos serão regularizados, aumentando o valor da estimativa para o imposto sobre o rendimento (i.e. tornando-a mais negativa). De igual modo, os prejuízos fiscais representam um crédito de imposto sobre os resultados dos exercícios futuros em que forem apurados lucros

Todos os impostos diferidos activos registados têm por base uma taxa de imposto de 27,5%

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2004 referem-se aos impostos diferidos relativos à constituição; de provisões (335 793 euros), à constituição dos impostos diferidos activos relativos aos benefícios fiscais de investigação e desenvolvimento, reportáveis à data de 31 de Dezembro de 2004 (220 000 euros) e à anulação de 2 860 263 euros relativos à utilização de prejuízos fiscais. Esta regularização encontra-se reflectida na linha do imposto sobre o rendimento do exercício na demonstração dos resultados consolidados (nota n.º 52).

Na regularização do imposto diferido activo está igualmente inerente a condição de benefício económico como em qualquer outro activo. O facto do Grupo apresentar resultados económicos e fiscais positivos, implicou neste exercício a utilização de imposto diferido no montante de 2 860 263 euros, sendo expectativa da administração a recuperabilidade dos restantes 398 177 euros através dos resultados dos próximos exercícios, tendo em conta as perspectivas futuras positivas sobre a evolução das vendas do grupo e dos respectivos resultados consolidados.

Os impostos diferidos activos restantes afectos a provisões serão proporcionalmente regularizados, à medida que vão sendo utilizadas as respectivas provisões.

No final do ano, existem nas contas do Grupo Efacec 6 091 832 euros de impostos diferidos activos os quais, vão influenciar o montante de estimativa para imposto sobre rendimento registada na demonstração dos resultados futura, não afectando porém os encargos a pagar de imposto sobre o rendimento mas sim a apresentação e a especialização económica dos resultados.

De salientar que aquele activo pressupõe a realização de proveitos futuros que impliquem uma matéria colectável de pelo menos 1 447 916 euros (398 177 euros/27,5%). Foi utilizada a taxa de IRC prevista para o ano em curso. Alterações de taxas de imposto deverão afectar os resultados em que ocorrerem. Ruía análise dos planos de actividades o conselho de administração assume ser possível atingir aqueles, resultados no período máximo de seis anos, limite imposto pelas regras fiscais.

39 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais no período:

O montante de remunerações auferido pelos membros dos órgãos sociais das diversas empresas do Grupo, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

_	2004	2003
Conselho de administraçãoFiscal único	844 426 140 000	828 632 154 590

41 — Legislação utilizada para a reavaliação do imobilizado corpóreo:

As empresas incluídas na consolidação, procederam em anos anteriores à reavaliação do seu activo imobilizado corpóreo (nota n.º 23, alínea b)), ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decretos-Leis n.ºs 126/77, de 2 de Abril; 219/82, de 2 de Junho; 399-G/84, de 28 de Dezembro; 118-B/86, de 27 de Maio; 111/88, de 2 de Abril; 49/91, de 25 de Janeiro; 264/92, de 24 de Novembro e 31/98, de 11 de Fevereiro.

⁽¹) A provisão relativa à participação na Liaoyang Efacec, Elect. E., Co, no valor de 2 259 554 euros foi registada em capital próprio, assim como o respectivo imposto diferido activo de 621 377 euros, sendo o valor líquido registado de 1 638 177 euros. (²) A depreciação para a participação detida na Efacec Oriente (notas n.ºº 2 e 46), constituída em 2001 no montante de 5 985 575 euros foi registada directamente em capital próprio. O respectivo imposto diferido activo no montante de 1 646 033 euros foi igualmente relevado em capital próprio.

euros foi igualmente relevado em capital próprio.

(3) Este montante corresponde aos prejuízos fiscais das filiais pertencentes ao subgrupo, Tech, não integrado no regime especial de tributação de grupo considera poder vir a recuperar nos próximos períodos

Os bens transferidos em Junho de 1990 para as empresas afiliadas foram reavaliados para preços de mercado.

Como referido na nota n.º 23, alínea *b*), os terrenos foram avaliados ao preço de mercado durante o exercício de 1998, por uma entidade independente, credenciada neste tipo de avaliações. No final de 2000 foi feita nova avaliação pela mesma entidade. As avaliações tiveram por pressupostos:

No cálculo do valor dos terrenos afectos às instalações actualmente em uso, foi considerada a avaliação pelo método do Uso Continuado. Entende-se por valor em uso continuado como sendo o valor pelo qual uma propriedade pode ser transaccionada entre um possível comprador e um possível vendedor, ambos tendo conhecimento de todos os factos pertinentes sem agirem sob pressão indevida e com equidade para ambas as partes, podendo ser assim definido pelo montante que se justifica a posse; Considera-se ainda que haverá uma continuação dos usos e actividades para as quais a propriedade foi criada no pressuposto de que a propriedade tem capacidade para gerar benefícios actualmente e no futuro. Assim, a definição de valor em uso continuado, pressupõe que os benefícios previstos serão suficientes para gerar o reembolso do investimento efectuado com uma justa rentabilidade;

Para os terrenos que não estão no momento afectos à actividade principal ou representam remanescentes de espaço das instalações em utilização foi considerada a avaliação pelo método do uso alternativo. Nesta modalidade, o valor actual considera que o imóvel poderá ser utilizado para fins diferentes daquele para que foi inicialmente concebido ou para o qual se encontra adaptado: Nestas circunstâncias foi adoptada uma metodologia de rendimento sendo a propriedade avaliada considerando a sua máxima e melhor utilização, em conformidade com as condicionantes legais e os regulamentos de planeamento municipal em vigor. O valor de mercado contempla assim não só as construções existentes e adaptadas ao uso alternativo mas também o valor residual do terreno afecto às construções potenciais e adicionais possíveis.

Os principais terrenos avaliados decorrem do primeiro método, sendo a aplicação deste segundo de forma residual.

O efeito destas reavaliações no valor líquido dos terrenos e do restante imobilizado do Grupo pode ser visto na nota seguinte.

42 — Efeito das sucessivas reavaliações no valor líquido do imobilizado corpóreo:

O aumento no imobilizado corpóreo líquido, condicionado pelas sucessivas reavaliações; ao abrigo da legislação aplicável, e no caso dos terrenos, de avaliação livre, em, 31 de Dezembro de 2004, é apresentado como segue:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reava- liações (a) e (b)	Valores contabi- lísticos reavalia- dos (a) e (b)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	600 283	16 706 588	17 306 871
Edifícios e outras construções	15 135 947	1 453 127	16 589 074
Equipamento básico	8 676 912	812 505	9 489 417
Equipamento de transporte	1 288 558	68 923	1 357 481
Ferramentas e utensílios	520 343	15 885	536 228
Equipamento administrativo	3 548 211	4 042	3 552 253
Outras imobilizações corpóreas	13 408	_	13 408
	29 783 662	19 061 070	48 844 732

⁽a) Líquido de amortizações.

No final de 31 de Dezembro de 2003, o efeito das sucessivas reavaliações no imobilizado corpóreo ascendia a 19 481 573 euros.

O valor incluído na coluna das reavaliações diminui de ano para ano, mediante a alienação ou abate de bens reavaliados não totalmente amortizados e pelo excesso das amortizações do exercício sobre o imobilizado corpóreo, decorrente das reavaliações. Deste excesso, calculado anualmente aquando das amortizações do exercício, 40% não é aceite fiscalmente como custa para determinação da matéria colectável, em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) (nota n.º 52). Atendendo ao valor resultante deste aumento no valor do imposto anual, entendeu-se não registar impostos diferidos passivos, os quais, no final do ano de 2004, ascenderiam a cerca de 258 993 euros.

A reavaliação económica realizada sobre os terrenos do Grupo, apenas, será sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas se forem vendidos, sendo realizada a reserva incluída no capital próprio decorrente da mais valia gerada. De outro modo, ao contrário dos bens amortizáveis cuja realização decorre da sua utilização e reintegração correspondente, apenas haverá, impostora pagar no futuro decorrente da reavaliação caso o terreno seja alienado. De acordo com o estipulado na Directriz Contabilística n.º 28, foram registados neste exercício os passivos por impostos diferidos resultantes das

reavaliações passadas dos terrenos. Estes impostos diferidos passivos ascendem a 31 de Dezembro de 2004 a cerca de 3 877 156 euros (com correcção monetária), tendo sido apresentados em rubrica própria na rubrica de acréscimos e diferimentos — passivo.

43 — Comentário às contas das demonstrações financeiras, cujo conteúdo não é comparável:

Os efeitos da alteração do perímetro em termos de activo, passivo e proveitos encontram-se referidos na nota n.º 14.

Os efeitos da alteração do reconhecimento do proveito nas obras em curso (nota n.º 23, alínea f)) pelo grau de acabamento e não pelo grau de facturação ou acabamento, dos dois o mais baixo, foram os seguintes:

	Ac proveitos	Existências	Vendas	Resultado
Efeito global	5 861 854	_ 4 959 854	5 861 854	902 000

44 — Demonstração dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, podem ser demonstrados como segue:

Custos e perdas:

<u> </u>	2004	2003
Juros suportados (a)	2 563 581	2 982 836
Perdas em empresas do Grupo e associadas (a)	100 375	218 004
Diferenças de câmbio desfavoráveis (b)	1 805 310	5 965 162
Descontos de pronto pagamento concedidos	96 895	124 821
Outros custos e perdas financeiros	481 504	545 686
Total dos custos financeiros	5 047 665	9 836 509
Resultados financeiros	2 413 787	5 116 463
	2 633 878	4 720 046

⁽b) Englobam as sucessivas reavaliações.

Proveitos e ganhos:

_	2004	2003
Juros obtidos	266 482 400 042	290 162 266 980
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (a) Rendimentos de participações de capital Diferenças de câmbio favoráveis (b)	400 042 - 1 802 227	266 980 - 2 884 828
Descontos de pronto pagamento obtidos Outros proveitos e ganhos financeiros	98 504 66 622	170 006 1 108 070
Total dos proveitos financeiros	2 633 877	4 720 046

⁽a) As perdas em empresas do grupo e associadas correspondem essencialmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, respectivamente à empresa do Grupo Efacec Moçambique (68 378 euros) (notas n.º 3 e 27) e Godrej (10 081 euros). Os ganhos em empresas do grupo e associadas referem-se essencialmente à quota-parte do resultado da EID (229 782 euros) e à amortização do badwill da EID no valor de 116 002 euros (nota n.º 10).

(b) A gestão cambial do Grupo decorre do descrito na nota n.º 23, alíneas h) e p). No final de cada período actualizam os saldos incluídos nos activos e passivos ao

45 — Demonstração dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários consolidados no final do ano de 2004 e 2003, podem ser demonstrados como segue:

Custos e perdas:

	2004	2003
Donativos	47 478	40 200
Dívidas incobráveis	200	59 316
Perdas em existências	_	10 597
Perdas em imobilizações (a)	8 017	703 030
Multas e penalidades	67 440	33 547
Aumentos de amortizações e provisões (b)	2 600 000	480 000
Outros custos e perdas extraordinárias (c)	1 619 081	3 199 786
Total dos custos extraordinários	4 342 216	4 526 476
Resultados extraordinários	_ 1 071 813	3 422 173
	3 270 403	7 948 649

Proveitos e ganhos:

	2004	2003
Ganhos em existências	10 656	279 214
Ganhos em imobilizações (d)	573 547	1 055 857
Reduções de provisões (e)	1 516 721	4 206 309
Outros proveitos e ganhos extraordinários (f)	1 169 479	2 407 269
Total dos proveitos extraordinários	3 270 403	7 948 649

⁽a) Esta rubrica incluía em 2003 a menos-valia apurada na venda da participação de 5% na Biorope no valor de 192 604 euros (nota n.º27), sendo o restante referente

	2004	2003
Provisão para reestruturação	_	550 000
Provisão para investimentos financeiros (Biorope)	_	269 350
Provisões para garantias	409 954	1 695 480
Provisões para garantias	_	316 333
Provisões para outros riscos e encargos	681 774	698 317
Provisões para outras perdas	424 993	676 829
	1 516 721	4 206 309

⁽f) Neste montante estão incluídos 997 296 euros referentes à afectação a proveitos de subsídios ao investimento (em 2003, 1 438 197 euros (nota n.º 23, alínea l)). A diminuição prende-se com subsídios que ficaram completamente amortizados

46 — Movimentos ocorridos nas contas de provisões:

Os movimentos verificados nos saldos das rubricas de provisões durante o ano foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Previsões para cobranças duvidosas:				
Clientes de cobrança duvidosa	6 231 826	316 386	1 068 370	5 479 842

câmbio fixing reportado à data, excepto aqueles registados ao câmbio fixado com a instituição de crédito.

⁽a) Esta rubrica incluía em 2003 a menos-valia apurada na venda da participação de 5% na Biorope no valor de 192 604 euros (nota n.º 27), sendo o restante referente a alienações de imobilizado corpóreo.

(b) Esta rubrica incluí a provisão constituída este ano para os valores a receber da Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A., no valor de 2 100 000 euros (nota n.º 50) e uma provisão para outros riscos e encargos no valor de 500 000 euros para cobrir os prejuízos da subsidiária, Efacec Oriente, não integrada conforme nota n.º 2.

(c) Esta rubrica incluí custos com rescisões no âmbito da reestruturação das diversas unidades industriais e actividades no valor de 1 361 196 euros, sendo que, em 2003, os mesmos ascendiam a 535.179 euros (nota 46).

(d) Esta rubrica incluí a mais-valia gerada no exercício pela alienação da Efacec — Colômbia no valor de 241 960 euros. Em 2003, esta rubrica incluía as mais-valias geradas na alienação das participações na Normed (206 694 euros) e Oniway (143 943 euros).

(e) Esta rubrica incluí a redução das seguintes provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empresas associadas	-	4 668 748	-	4 668 748
Outros devedores	5 970 147	2 100 000	5 208 748	2 861 399
Total de provisões para cobranças duvidosas	12 201 973	7 085 134	6 277 118	13 009 989
Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para pensões não cobertas por fundo	319 576	347 125	14 888	651 813
Provisões para participações financeiras	260 873	419 230	_	680 103
Outros riscos e encargos	5 234 477	810 243		6 044 720
Total de provisões para riscos e encargos	5 814 926	1 576 598	14 888	7 376 636
Provisões para depreciação de existências:				
Produtos e trabalhos em curso	344 964	_	344 964	_
Matérias-primas e materiais diversos	95 625	_	_	95 625
Produtos acabados	34 916	-	_	34 916
Mercadorias	36 759	24 017	_	60 776
Total de provisões para depreciação de existências	512 264	24 017	344 964	191 317
Provisões para investimentos financeiros:				
Potenciais perdas em investimentos	8 250 062			8 250 062
	26 779 225	4 017 001	6 636 970	24 159 256

Provisões para cobranças duvidosas:

Outros devedores:

Nesta rubrica estão incluídos essencialmente saldos relativos à actividade do Grupo no mercado chinês. O aumento relativo a este semestre no valor de 2 100 000 euros refere-se à constituição da provisão para a dívida da Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A. (nota n.º 50).

O montante apresentado em redução de provisões corresponde à utilização das respectivas provisões à medida que os respectivos custos vão sendo reconhecidos, ou relativas a outras situações que deixaram de existir, para além da transferência de 4 668 748 euros da provisão da Liaoyang Efacec Electric Equipment, Corp. para a rubrica de empresas associadas.

Provisões para participações financeiras:

O reforço da provisão diz respeito à aplicação do método de equivalência patrimonial à participação na Efacec — Moçambique, tendo a contrapartida parcialmente sido registada em perdas em empresas associadas (68 378 euros).

Provisões para outros riscos e encargos:

Esta rubrica inclui essencialmente provisões para fazer face a montantes a receber de companhias de seguros (1 646 033 euros), penalidades e desvios negativos em obras em curso.

Estes montantes são relativos a situações que têm vindo a ser objecto de análise continuada pela gestão das diversas empresas e que se referem a problemas em discussão com os clientes relacionados com a imputação de responsabilidades e cujo desfecho desfavorável para a empresa se tornou neste exercício mais verosímil. Desde 2000 que tem sido feita uma análise rigorosa ao comportamento e andamento de todas as obras a decorrer no Grupo. Em resultado desta análise exaustiva às obras e instalações em curso foram verificadas algumas situações que podem vir no futuro a determinar perdas. Para estas,

perdas, e no respeito dos princípios de prudência preconizados na Directriz Contabilística n.º 3, foi decidido proceder à constituição de provisões.

Durante os vários exercícios o Grupo tem vindo a incorrer em custos de manutenção e assistência pós-venda. Desde 2000 que os custos com este serviço têm vindo a ser analisados e se significativos tem vindo a ser constituídas provisões para estas perdas futuras, apresentando de forma mais apropriada as responsabilidades potenciais futuras do Grupo.

O montante apresentado em redução de provisões corresponde à utilização das respectivas provisões à medida que os respectivos custos vão sendo reconhecidos, ou relativas a outras situações que deixaram de existir.

Provisões para investimentos financeiros:

O saldo desta provisão está relacionado com as participações na Liaoyang Efacec Electric Equipment, Corp. (notas n.ºs 4 e 27) e Efacec Oriente (nota n.º 2) no valor de 2 259 554 euros e 5 985 575 euros, respectivamente.

Os cálculos para as perdas de valor foram efectuados tendo por base os valores de mercado e a estimativa de fluxos de caixa futuros, dos dois os mais baixo.

Provisões para depreciação de existências:

O montante apresentado em redução de provisões corresponde à utilização das respectivas provisões à medida que os respectivos custos vão sendo reconhecidos, ou relativas a outras situações que deixaram de existir.

47 — Valor contabilístico de bens utilizados em regime de locação financeira e aluguer de longa duração:

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo mantinha os seguintes contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, registados de acordo com a política referida na nota n.º 23, alínea d):

	Valor dos contratos	Rendas pagas neste exercício	Rendas a pagar (nota n.º 21)
Contratos de locação financeira	486 861 6 825 970	150 059 1 340 249	164 189 1 932 538
	7 312 831	1 490 308	2 096 727

VII — Outras informações:

49 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

Para além do que está referido ao longo das diversas notas deste anexo, é de acrescentar que o Grupo Efacec tem a sua situação de contribuições perante a segurança social, devidamente regularizada (Decreto-Lei n.º 11/91, de 17 de Outubro).

50 — Dívidas de terceiros a médio e a longo prazo:

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas com a natureza de médio e longo prazo são as seguintes:

	2004	2003
Empréstimo à Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A. (1)	2 593 749 123 512	2 818 205 247 026
Efacec Colômbia	27 000 65 000 -	125 000 57 676
Provisão (Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A.) (1)	$\frac{-2\ 100\ 000}{709\ 261}$	3 247 907

(¹) Durante o exercício de 1999 a Efacec Capital — SGPS, procedeu à reestruturação das suas actividades de reparação, fabrico e comercialização de motores eléctricos. Neste contexto, foi constituída a 4 de Maio desse ano a Efacec Universal Motors, S. A., a qual se dedica à actividade de produção de motores eléctricos. Assim, foram trespassados para esta nova sociedade todos os activos e passivos afectos a essa actividade, mantendo, contudo, na Efacec Motores Eléctricos, S. A., o negócio de reparação e beneficiação de motores e transformadores eléctricos. Em consequência, o valor dos empréstimos efectuados até àquela data à afiliada Efacec Motores Eléctricos, S. A., no montante de 4 489 181 euros, foram também transferidos para a nova sociedade então criada.

Motores Eléctricos, S. A., no montante de 4 489 181 euros, foram também transferidos para a nova sociedade então criada.

Inicialmente, o empréstimo concedido era amortizado em parcelas semestrais, e sucessivas durante 10 anos com início no 4o ano, inclusive. Os juros eram calculados à taxa de 3% durante os três primeiros anos e nos períodos subsequentes à taxa Euribor a seis meses, relativamente à quantia em dívida, na data respectiva. Em Julho de 2003 com base num acordo celebrado com data de 22 de Julho de 2003, foi acordado proceder, a um reescalonamento da dívida até Julho de 2012 após o pagamento de 1 000 000 euros, tendo a dívida sido reescalonada com base neste acordo.

Tendo em conta as dificuldades financeiras recentes desta, sociedade, foi constituída uma provisão para parte da dívida a 30 de Junho de 2004 apresentada a curto.

Tendo em conta as dificuldades financeiras recentes desta, sociedade, foi constituída uma provisão para parte da dívida a 30 de Junho de 2004 apresentada a curto prazo e médio e a longo prazos no valor de 2 100 000 euros, a qual foi registada em custos e perdas extraordinárias (nota n.º 45), em virtude da existência de penhores mercantil sobre imobilizado corpóreo, existências e saldos de clientes, dadas à Efacec para garantia de cumprimento da obrigação do pagamento daquele empréstimo.

(²) No final de 2000, o conselho de administração considerou o negócio de produção e comercialização de bombas e ventiladores não estratégico. Em Fevereiro de 2001 foi feita a alienação da totalidade do capital da empresa que se dedicava àquele objecto social. Na altura da vendai existia um empréstimo no montante global de 648 437 euros feito pela Efacec Capital àquela entidade, o qual foi considerado em dívida pelos novos accionistas.

Este empréstimo não vence juros e deverá ser amortizado em 42 mensalidades

Este empréstimo não vence juros e deverá ser amortizado em 42 mensalidades iguais e sucessivas, após 18 meses de carência, a contar da data de celebração do contrato de venda das acções, em 16 de Fevereiro de 2001, ou seja Agosto de 2002.

Para garantia do cumprimento, foi feito um penhor de créditos sobre clientes até ao montante de 748 197 euros, à escolha da Efacec, sendo disponibilizado a qualquer momento relação dos terceiros para execução da penhora, nos termos da lei civil e comercial.

(³) Este montante diz respeito ao montante a receber da Solução — Corretores e Consultores, L.^{da}, pela venda da participação da Normed.

51 — Outros devedores:

A rubrica de Outros Devedores em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 apresentava o seguinte detalhe:

	2004	2003
Outros devedores — activo circulante:		
Pessoal	549 618	238 850
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., Ltd. (c)	_	4 806 959
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., Ltd. (c)	447 843	149 639
Seguros a receber por perdas em existências Liftech (a)	1 897 321	2 008 428
Liftech (a)	359 188	360 583
Efacec Oriente, L.da	321 752	512 689
Outros — diversas entidades (b)	2 892 225	2 777 485
	6 467 947	10 854 633
Provisão realizada (c)	— 761 399	_ 5 970 147
	5 706 548	4 884 486

⁽a) O saldo com a Liftech refere-se ao montante a receber pela filial Efacec — Sistema de Electrónica, resultante da vendada divisão de elevadores (nota n.º 50).

52 — Estado e outros entes públicos:

As rubricas incluídas nos saldos com o Estado e outros entes públicos tinham em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, a seguinte decomposição:

	2004	2003
Saldos a favor do Grupo — activo:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas — IRC (a)	396 655 - 349 441	484 955 - 449 551
	746 096	934 506

⁽b) São várias entidades com saldos de diversa natureza que no seu conjunto, apesar do aumento verificado no ano, são considerados aceitáveis atendendo às actividades operacionais do Grupo.

⁽c) A provisão constituída diz respeito à Efacec Oriente (512 000 euros) e montantes a receber de companhias de seguros. Em 2003, esta provisão incluía uma provisão para os saldos em dívida da Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., no valor de 4 806 959 euros. A diminuição em 2004 deve-se à transferência do saldo desta entidade para a rubrica de empresas associadas, na sequência do aumento da participação verificada em 2004 (nota n.º 3).

	2004	2003
Saldos a favor do Estado — passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — retenções	1 116 939 6 089 178 1 995 852 87 428	1 061 754 2 366 018 1 868 390 133 927
	9 289 397	5 430 089

(a) Este saldo tem sido calculado em conformidade com os princípios e normas fiscais relacionadas com a determinação do lucro consolidado, a partir de 2001, Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, para a maior parte das empresas do Grupo e segundo as regras normais de apuramento da matéria colecempresas do Ordro e segundo as registas normais de aputamento da nateria corectável para as restantes empresas, deduzido dos valores pagos por conta durante o exercício. O montante apurado diz, essencialmente, respeito ao IRC a pagar relativamente à tributação autónoma e derrama do grupo no valor de 457 550 euros deduzida das retenções na fonte e pagamentos especiais por conta da Efacec Capi-

tal e das empresas que não integram o grupo para efeitos fiscais.

Dados os prejuízos fiscais acumulados e benefícios fiscais relativos a despesas de investigação e desenvolvimento não deduzidas em anos anteriores, não foi constituída qualquer estimativa para pagamento de IRC, excepto no que respeita às tri-butações autónomas e derrama no montante de 457 550 euros como referido anteriormente. O montante para as filiais que não sé encontram incluídas no regime especial de tributação foi registada com base na estimativa efectuada nessas socie-

As divergências entre critérios contabilísticos e fiscais, no que respeita às diferenças permanentes ou temporárias, tem originado diferenças entre o valor a pagar de IRC e o encargo referido na demonstração dos resultados e no balanço (nota n.º 38), cuja reconciliação pode ser vista como segue (em euros):

Tributação autónoma e derrama	_	457 550
Efacec Oriente)		715 000
Impostos diferidos activos — benefícios fiscais		220 000
Anulação de impostos diferidos activos — utilização de pro-		
visões	_	388 221
Anulação de impostos diferidos activos — utilização de pre- juízos fiscais — 2 860 263		
Reserva fiscal ao investimento	_	84 000
Estimativas fora da tributação pelo grupo de sociedades	_	511 100
Total	_ 3	3 366 134

A regularização de impostos diferidos activos decorre da utilização de provisões não consideradas para fins fiscais no ano da sua constituição e que estiveram subjacentes à constituição dos activos por impostos diferidos, tendo neste ano sido suportados os respectivos encargos, pelo que se efectuou a reversão dos respectivos impostos diferidos no valor de 379 207 euros. Por outro lado, foi registada a reversão dos impostos diferidos activos pela dedução de prejuízos fiscais relativos ao lucro tributável do semestre (2 860 263 euros).

Para além do referido na nota n.º 38, as situações que podem afectar os impostos objectos por pedimento a pagar no futuro. São as seguintes:

tos sobre o rendimento a pagar no futuro, são as seguintes

i) De acordo com a legislação vigente, as declarações fiscais estão sujeitas a revi-são por correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro

nos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, cujos, em determinados casos previstos na lei, podem ver os prazos prolongados ou a conta-gem suspensa. Deste modo, as declarações fiscais apresentadas pelo Grupo referentes aos exercícios de 2001 a 2004 podem vir ainda a ser sujeitas a revisão (já efectuadas pela administração fiscal até 2000). A administração do Grupo Efacec considera que,

pela administração fiscal até 2000). A administração do Grupo Efacec considera que, as correcções que poderão surgir decorrentes de revisões ou inspecções por parte da administração fiscal àquelas declarações, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2004;

ii) Como consequência da não-aceitação como custo, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, da parte correspondente a 40% do excesso nas amortizações do exercício decorrentes das reavaliações efectuadas (nota n.º 42), a matéria colectável para os exercícios futuros será aumentada em 941 793 euros;

iii) De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apro-priação de resultados de empresas participadas pelo método de equivalência patrimo-nial não são considerados como proveitos e custos, respectivamente, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo apenas tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. A Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista) — Imposto sobre o Rendimento, obriga a que estes sejam registados na contabilidade, inde-pendente da sua aceitação fiscal, desde que se verifique simultaneamente os seguintes critérios: a reversão seja verificada num período futuro previsível e a empresa-mãe controle a reversão dessa diferença temporária;

iv) Como referido na nota n.º 23, alínea m), a empresa adoptou desde 1998, o

tratamento preconizado na Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista) (NIC), por força da Directriz Contabilística n.º 18, a qual refere aquela como adop-(NIC), por torça da Directriz Contabilistica n.º 18, a qual refere aqueia como adoptável quando a situação não esteja devidamente tratada no Plano Oficial de Contabilidade ou nas Directrizes Contabilísticas e, mais recentemente, a Directriz Contabilística n.º 28 — Impostos sobre o Rendimento, com aplicação prevista a partir de exercícios com início em 1 de Janeiro de 2002. Os impostos diferidos, previstos naquela NIC e nesta directriz, têm sido registados apenas nas situações cujo efeito seja considerado significativo na leitura das demonstrações financeiras do Grupo (nota n.º 38).

(b) Estas contribuições, incluem o valor a pagar correspondente à parcela retida aos trabalhadores (taxa geral de 11% sobre os rendimentos sujeitos) e a parte correspondente à empresa (taxa geral de 23,75% sobre os rendimentos atribuídos sujeitos a este imposto).

53 — Acréscimos e diferimentos:

Os saldos destas rubricas, incluídas no activo e no passivo, em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, apresentavam a seguinte:

	2004	2003
Acréscimos de proveitos — activo:		
Valores a facturar (a) Outros	26 342 095 78 658	11 666 213 12 424
	26 420 753	11 678 637
Custos diferidos — activo:		
Encargos com obras e conservação plurianual	411 846 134 040 133 695	59 823 133 801 78 023
	679 581	271 647
Impostos diferidos — activo (nota n.º 38)	6 091 832	8 396 302
Acréscimos de custos — passivo:		
Encargos com remunerações	257 261 2 832 072 142 499 545 200 1 600 160	6 659 247 2 954 422 103 985 571 499 1 636 549
	12 377 192	11 925 702
Proveitos diferidos — passivo:		
Subsídios ao investimento (c)	2 570 572 46 603 227	2 959 522 35 217 547

	2004	2003
Diferença de consolidação <i>badwill</i> — (nota n.º 10)	133 403 471 941	264 873 156 883
	49 779 143	38 598 825
Impostos diferidos — passivo (nota n.º 38)	3 877 156	3 560 868

(a) Estes montantes referem-se a projectos e obras em curso, cujo grau de acabamento é superior ao grau de facturação ou encontram-se numa fase cuja obra esteja substancialmente concluída. Esta rubrica encontra-se influenciada em, aproximadamente, 5 861 854 euros pela alteração do reconhecimento do proveito nas obras em curso (nota n.º 23, alínea/)), pelo grau de acabamento e não pelo grau de facturação ou acabamento, dos dois o mais baixo.

(b) Algumas das empresas do Grupo reconheceram nas suas obras em curso custos adicionais com a conclusão de alguns trabalhos que foram registados nesta conta de acréscimos de custos.

(c) Durante este ano foram recebidos subsídios relativos a projectos de inves-

(c) Durante este ano foram recentos substitios relativos a projectos de investimento no valor de 608 345 euros, tendo sido transferido para proveitos 997 296 euros (nota n.º 45), segundo o exposto na nota n.º 23, alínea l).

(d) Os planos de facturação acordados com os clientes não respeitam estritamente os graus de acabamento que acabam por ser reconhecidos nas obras. Assim, sempre que são emitidas facturas para clientes elas são primeiramente registadas nesta conta, sendo regularizadas na medida dos graus de acabamento atribuídos pelos responsáveis dos projectos e que traduzem os graus de reconhecimento das obras (nota $n.^{\circ} 23$, alíneas f) e o)).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos e os descobertos bancários, as suas taxas anuais médias e outras condições podem ser assim apresentados:

_	2004	2003
Médio e a longo prazos:		
Subsídios reembolsáveis Financiamento bancário	118 37 500 000	593 505 14 036 538
	37 500 118	14 630 043
Curto prazo:		
Em préstimo por obrigações		15 000 000
Papel comercial	9 321 599 9 848 752 298 978	20 091 610 15 749 279 434 202
	19 469 329	36 275 091

Financiamento bancário:

No final do ano de 2004, o Grupo tem contratado os seguintes empréstimos de médio e de longo prazos:

O primeiro empréstimo, no valor de 8 000 000 euros foi contratado em 4 de Dezembro de 2003. Vence juros semestrais à taxa Euribor a seis meses, acrescido de 1,5% de spread. Este empréstimo, com uma vida útil máxima de cinco anos, tem previsto oito reembolsos semestrais de capital a partir do 18.º mês. O risco de taxa de juro deste empréstimo foi completamente coberto até ao fim da sua vida útil, através de opções no valor de 3 000 000 euros. Não foi ainda realizada qualquer amortização: de capital até 31 de Dezembro de 2004, sendo o valor a amortizar no exercício de 2005 de 2 000 000 euros, apresentado em curto prazo;

O segundo empréstimo, no valor de 6 000 000 euros foi contratado em 31 de Dezembro de 2003. Vence juros semestrais à taxa Euribor acrescido de 1,45% de spread. Este empréstimo tem um período de carência de capital de 18 meses, oito reembolsos semestrais de capital e uma vida útil máxima de cinco anos. O risco de taxa de juro deste empréstimo foi igualmente coberto através de opções no valor de 6 000 000 euros. O valor a amortizar no exercício de 2005 ascende a 1 500 000 euros, tendo sido apresentado em curto prazo;

O terceiro empréstimo, no valor de 27 000 000, euros foi contratado em 16 de Novembro de 2004 junto do Banco Europeu de Investimento. Vence juros semestrais à taxa Euribor, acrescido de spread máximo de 0,13. A primeira amortização de capital será efectuada em 15 de Junho de 2008, sendo as restantes efectuadas anualmente até 15 de Junho de 2013.

Empréstimo por obrigações:

O empréstimo obrigacionista emitido em 25 de Novembro de 1999 no valor de 15 000 000 euros foi liquidado em 31 de Dezembro de 2004.

Subsídios reembolsáveis:

Resultam, de contratos de projectos de investimento financiados por fundos comunitários e nacionais no âmbito de PEDIP's e ou POE's. O valor está repartido por várias empresas do Grupo tendo vários prazos de reembolso previstos.

Contas correntes bancárias:

Estas contas correntes bancárias não têm prazo de reembolso definido podendo este renovar-se em vários períodos, embora assumam a natureza de curto prazo. A taxa média destas contas correntes assenta na Euribor acrescida de um spread de cerca de 1,1%.

55 — Composição do capital social:

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital social é de 41 641 416 euros, estando representado por 41 641 416 acções escriturais com o valor nominal unitário de 1 euro cada.

56 — Entidades com participação igual ou superior a 20% no capital social da Efacec Capital:

Em 31 de Dezembro de 2004, as entidades com uma percentagem directa ou indirecta, igual ou superior a 20%, eram as seguintes (em percentagem):

Têxtil Manuel Gonçalves, S. A.	25,4
José de Mello — SGPS, S. A	25,4

57 — Movimentos na rubricas do capital próprio:

Os movimentos ocorridos nas contas de capital próprio durante o período findo em 31 de Dezembro de 2004, foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo final
Capital social (a)	41 641 416	_	_	41 641 416
Acções próprias — valor nominal (b)	_ 900 000	_	_	_ 900 000
Acções próprias — descontos e prémios (b)	-1094719	-	_	-1094719
Prémios de emissão de acções	125 254	_	125 254	_
Diferenças de consolidação (nota n.º 10)	3 080 052	_	_	3 080 052
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (c)	— 5 739 118	_	632 296	-6371414
Reservas de reavaliação (notas n.ºs 41 e 42)	15 899 429	58 776	2 762 370	13 195 835
Reservas:				
Reservas legais	2 696 573	413 693	_	3 110 266
Outras reservas	_	2 162 818	_	2 162 818

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo final
Resultados transitados (d)	 4 968 431	_	_ 4 968 431	_
Subtotal	50 740 456	2 635 287	1 448 511	54 824 254
Resultados consolidados líquidos	8 273 856	10 074 340	— 8 273 856	10 074 340
Total do capital próprio	59 014 312	12 709 627	- 9 722 367	64 898 594

⁽a) Em Dezembro de 2003 foi efectuada uma redução de capital em 27 760 944 euros, para cobertura de prejuízos, e substituição das acções por três novas acções com valor nominal de 1 euro. O capital passou assim a ser representado por 41 641 416 acções de 1 euro cada.

(b) No final do primeiro semestre de 2004, mantinha em carteira 900 000 acções, valorizadas ao preço de custo unitário de 2,22 euros.

() 0						1. 1	/	\ \
(c) Os movimentos em	auistamentos o	de nartes de	capital	nodem ser	assim	explicados	(em	euros).
(c) os mormentos em	ujustumentos .	ac partes ac	cupitui	Podem ser	COUNTIL	chiphredados	(caros).

Ajustamentos com participações	503 578 5 977 500 510 425 194 232 50 995
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	<u> </u>
Movimentos de 2004:	
Ajustamentos relacionados com o método de aplicação patrimonial	— 632 294
Total	<u> </u>
(1) Em 31 de Dezembro de 2004 as provisões levadas directamente ao capital próprio nos exercícios anteriores são:	
Provisão constituída para a participação detida na Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co.	2 259 554
Provisão constituída para a participação detida na Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co	5 985 575 — 2 267 629
Total	5 977 500

Assim, no final do ano de 2004, a rubrica de resultados transitados apresentou as seguintes evoluções:

Descrição	Euros
Ajustamentos para custos de reestruturação e conversão cambial	_ 4 788 914
Transferência dos resultados líquidos de 2000 a 2002 — aplicação dos resultados	
Alienação da Efacec Bombas Hidráulicas e Vent. — transferência de ajustamentos de partes de capital	_ 571 124
Transferência de reservas de reavaliação	4 675 427
Redução de capital	27 760 944
Outros movimentos de consolidação	_ 2 094 526
Saldo em de Dezembro de 2003	_ 4 968 431
Transferência de prémios de emissão de acções	125 254
Transferência dos resultados líquidos de 2003 — aplicação dos resultados	3 862 900
Outros movimentos de consolidação	980 277
	_

As reservas de reavaliação, resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos de legislação aplicável e livre no caso dos terrenos (notas n.ºs 41 e 42). De acordo com a legislação em vigor e as práticas contabilísticas aceites em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas, só podendo ser utilizadas para aumentar o capital ou cobrir prejuízos, mas tal só se pode verificar quando estiverem realizadas, o que acontece via reintegração dos bens ou pela alienação dos mesmos. Assim no seguimento da alienação do edifício de Carnaxide em 2002, a respectiva reserva livre no valor de 3 379 690 euros foi transferida para resultados transitados, assim como a parte já amortizada da reserva de reavaliação de 1998 em 2003 no valor de 1 295 737 euros. Por outro lado, no exercício de 2003, foram transferidos para impostos diferidos passivos os impostos relativos aos terrenos no valor de 3 560 868 euros. Em 2004, foram transferidos para impostos diferidos passivos os impostos relativos aos terrenos da filial, Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., no valor de 316 288 euros.

As reservas legais, bem como os montantes relativos a prémio de emissão, não estão disponíveis para distribuição, apenas podendo ser utilizadas para aumentar o capital ou compensar prejuízos. De acordo com a legislação comercial, as empresas do Grupo, são obrigadas a transferir para esta reserva, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja os 20% do capital social.

58 — Fornecimentos e serviços externos:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os principais fornecimentos e serviços externos, foram os seguintes:

_	2004	2003
Subcontratos	33 180 871	26 888 446
Trabalhos especializados	10 295 772	9 981 845
Deslocações e estadas	5 579 340	4 742 857
Transporte de mercadorias	4 742 639 4 540 397	6 241 238 4 109 416
Rendas e alugueres Conservação e reparação	2 269 288	2 286 451
Seguros	1 904 318	2 122 798
Comunicação	1 451 779	1 306 699
Electricidade	1 158 104	1 013 667
Publicidade e propaganda	465 026	1 003 529
Outros fornecimentos e serviços	8 943 898	11 165 534
	74 531 432	70 862 479

Atendendo à actividade do grupo, não se consideram existir variações anormais dignas de realce. A rubrica de subcontratos é inerente aos vários projectos do grupo e pode variar em função do tipo de projectos em curso.

59 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, o detalhe dos interesses minoritários é como segue:

	Interesses minoritários (percen- tagem)	2004	2003
Microprocessador	45,75	820 338	794 420
Investimentos e concessões	25,00	239 790	122 420
International Financing — SGPS, S. A.	45,00	173 045	199 379
Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A.	3,11	686 820	645 660
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A.	0,97	58 339	54 997
SVEP	8,00	1 539	5 509
M5 CEL		4 974	13 383
Efacec Colômbia		-13650	-78352
Efacec Sistemas Venezuela		1 416	1 420
Efacec Malaysia	39,00	240 257	277 489
Bauen	46,67	304 633	302 204
		2 517 502	2 338 467

Os resultados atribuíveis aos interesses minoritários durante o semestre findo em 31 de Dezembro de 2004 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, têm a seguinte composição:

_	2004	2003
Microprocessador	31 928	31 603
Investimentos e concessões	-62766	-66280
International Financing — SGPS, S. A	1 628	875
Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A	129 675	150 521
ENT — Empresa Nacional de Telecomuni-		
cações, S. A.	5 699	7 088
SVEP	_ 3 971	1 901
M5 CEL	750	13 383
Efacec Colômbia	-13650	— 89 695
Efacec Sistemas Venezuela	_	-16175
Efacec Malaysia	3 194	2 879
Bauen	44 410	33 956
	136 897	70 056

60 — Instrumentos financeiros:

Conforme referido no relatório de gestão a Efacec procede à cobertura dos riscos inerentes ao seu negócio, utilizando ferramentas eficientes e de reduzido custo para minimizar eventuais variações negativas do activo subjacente.

Risco de taxa de câmbio:

A cobertura de risco de taxa de câmbio é efectuada através de opções, estando activas no grupo, nesta data, 26,1 milhões de dólares norte-americanos, cujo justo valor à data do final deste exercício ascende a cerca de 591 milhares de euros.

Risco de taxa de juro:

À data de 31 de Dezembro de 2004, a Efacec tinha em carteira opções de taxa de juro no montante de 24,5 milhões de euros e de 4 milhões de dólares, cuja avaliação de mercado era de — 69 e 8 milhares de euros, respectivamente.

Preço de commodities:

No final do ano, o grupo Efacec detinha em carteira opções de cobertura do preço do cobre para 1700 toneladas; cuja avaliação de mercado era positiva de cerca de 182 milhares de euros.

61 — Informações sobre matérias ambientais:

Em conformidade com o disposto na Directriz Contabilística n.º 29, a síntese dos investimentos de carácter ambiental concluídos e ou em curso, assim como os dispêndios ambientais de carácter corrente

imputados durante 2004 e anos anteriores, podem ser apresentados da seguinte forma:

Área	Montante
Diagnósticos ambientais	80 500 962 000 98 923

Incentivos públicos recebidos/atribuídos — foram recebidos em anos anteriores 520 000 euros a fundo perdido e cerca de 1 080 000 euros a título de empréstimo à taxa zero;

Passivos de carácter ambiental incluídos nas contas — não existem; Passivos de carácter contingente de carácter ambiental — não existem; Despesas com multas e outras penalidades — não foram incorridas despesas materiais desta natureza;

Despesas extraordinárias de carácter ambiental — não foram incorridas quaisquer despesas extraordinárias.

62 — Notas explicativas à demonstração por funções:

O custo das vendas e prestação de serviços apresentado na demonstração dos resultados por funções foi calculado como segue:

_	Produtos acabados, intermédios e em curso	Prestações de serviços
Existências iniciais	25 334 761	_
Entradas da produção	196 061 154	28 180 024
Existências finais	17 763 007	_
Custo das vendas e das prestações de serviços	203 632 908	28 180 024
	202 002 700	20 100 02 1

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do que está definido no Plano Oficial da Contabilidade para a demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor total de (1 071 813) euros, apresentado em resultados extraordinários na demonstração dos resultados por naturezas, foi reclassificado na demonstração dos resultados por funções, e na sua totalidade, para resultados correntes.

63 — Eventos subsequentes:

Não são conhecidos eventos subsequentes que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

- 1 *Introdução*. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Efacec Capital SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de 269 078 471 euros, um total de interesses minoritários de 2 517 502 euros e um total de capital próprio de 64 898 594 euros, incluindo um resultado líquido de 10 074 340 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa dó exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.
- 2— Responsabilidades. E da responsabilidade do conselho de administração da empresa (i) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.
- 4 Âmbito. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações, financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; é (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
- 7 Opinião. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Efacec Capital SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 22 de Março de 2005. Bernardes, Sismeiro & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *Carlos Alberto Alves Lourenço*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

- 1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração de Efacec Capital SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.
- 2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos
- 3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
 - 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
- i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa:
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.
- 5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:
 - i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;
 - ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.
- 22 de Março de 2005. Bernardes, Sismeiro & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Carlos Alberto Alves Lourenço*, revisor oficial de contas. 2008070158

GOLDEN BROKER — SOCIEDADE CORRETORA, S. A.

Relatório n.º 13-M/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 58 010/030415; identificação de pessoa n.º 506396878; pasta n.º 26 941; número e data da apresentação: PC-339, 23 de Maio de 2005.

Maria Conceição Ribeiro da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifico que, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2004, referente à sociedade em epígrafe.

Está conforme.

4 de Maio de 2005. — A Escriturária Superior, *Maria Conceição Ribeiro da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração apresentar o relatório de gestão da actividade da Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A. (doravante, Golden Broker), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.